

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

**Fabíola Emanuele Silva Ferreira**

**VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM...: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE  
O PROCESSO DE REMOÇÕES NO PROGRAMA VILA VIVA -  
SANTA LÚCIA, BH, MG.**

Belo Horizonte – MG

2018

Fabíola Emanuele Silva Ferreira

VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM...: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O  
PROCESSO DE REMOÇÕES NO PROGRAMA VILA VIVA - SANTA  
LÚCIA, BH, MG.

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Socioambientais da Universidade Federal de Minas  
Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Andre Luiz Freitas Dias

Belo Horizonte – MG

2018

## AGRADECIMENTOS

Por incrível que pareça, esta é a parte mais difícil de ser escrita neste trabalho, não é fácil falar de quem amo e das pessoas que colaboraram com o meu crescimento, sem deixar de fazer um texto clichê e repetitivo, mas, mesmo com o tempo gasto pensando em o que escrever aqui, não consigo fugir do lugar-comum em que habitam a maioria dos agradecimentos, e, dessa forma, vou acabar levando o meu texto para o mesmo caminho. No entanto, a parte boa é que, tenho em mente exatamente de quem falar e o que descrever de cada pessoa, porque, mesmo que não diretamente, as pessoas que irei citar aqui contribuíram na minha graduação e na vida, seja com os trabalhos de faculdade ou sendo parceiro nos momentos felizes e difíceis.

Primeiro, eu não posso deixar de falar dos meus pais, o Sr. Antônio, como era popularmente chamado, conhecido por ser um homem bravo e de personalidade forte, características que eu convencionalmente herdei por (para os adeptos da astrologia) termos nascido no mesmo dia. Enfim, de bravo mesmo acho que ele só tinha a expressão, o que infelizmente eu só fui perceber depois de algum tempo da sua partida, e com meu amadurecimento, mas isso não é um problema, eu sou muito grata por ele ter lutado tanto e conseguido oferecer uma vida boa para a nossa família. Meu pai, começando do zero conquistou muito, hoje, eu não tenho metade da dedicação que ele tinha, mas só de me apoiar e ter a força do meu pai como inspiração para mim, já é suficiente para lutar pelos meus objetivos. Resumindo, meu pai foi a pessoa que me incentivou a entrar em uma universidade, que queria ver a filha estudando e com um diploma na mão, mesmo esse sendo um desejo que também era meu, só de ter o apoio de uma pessoa que você ama isso aumenta a vontade de conseguir.

Agora, irei falar da pessoa que mais se irrita comigo, mas, com toda a convicção do mundo, eu falo que é a pessoa que mais me ama e também a que eu mais amo. Foram muitos “mais” que foram usados na frase anterior, então vou empregar o “mas”, porque, mesmo esta sendo uma faculdade pública, os alunos enfrentam muitas dificuldades, mas, a mulher de quem eu falo, sempre me ajudou, algumas vezes além do que o necessário, só para me ver estudando. É muito difícil escrever ou falar da pessoa que mais importa na sua vida, tente fazer esse exercício você aí leitor, tudo vai se resumir na frase “a pessoa que eu amo e

me importo". Na verdade, tudo que eu faço é para ela, e por ela, se eu penso nas minhas conquistas, elas são para dar orgulho para essa mulher, não é pensando em retribuição, mas em merecimento, porque, mesmo se ela não me apoiasse o tanto quanto ela apóia, eu ainda estaria conquistando as coisas por ela. Você mulher, não tem ideia o quanto meu coração se alegra ao ver um sorriso em seu rosto, principalmente devido a algo que eu fiz, mas saiba que eu não fiz sozinha, não faria nem a metade sem você sendo a minha meta. Vejam que eu nem precisei citar a pessoa da qual eu falei por todo esse tempo, pois, já sabemos que é você, mãe.

O que seria da vida sem alguém para compartilhar as travessuras que aprontamos, a maioria delas pararam na infância, mas, a parte boa é que, temos dezenas de histórias para contar. A verdade é que, eu acho que esgotamos a cota de confusões e brigas quando éramos mais novos, e que agora o relacionamento se baseia em tirar sarro do outro e ter bons momentos em grupo. Posso dizer que, não consigo enxergar uma vida sem meus irmãos, ela seria, com toda certeza, mais calma, mas também seria mais triste. Obrigada por existir Leandro e Renato, além do meu irmão Alex, mesmo morando tão distante. Esta outra pessoa irei introduzir no mesmo parágrafo, porque, ela é a minha irmã desde os 12 anos de idade, Cathy, meu fubá, obrigada por ser muito chata e compartilhar vários momentos comigo, mesmo com a distância que hoje nos separa, eu te amo, espero que possamos viver próximas uma da outra de novo, o quanto antes, mas mesmo que isso não aconteça, sei que na nossa amizade, mesmo que fiquemos dias sem conversar, nada muda.

Ainda, mudando de parágrafo, mas não de assunto, gostaria de dedicar grande parte desta conquista a alguns amigos de longos anos, que, quando saindo do ensino médio, nunca imaginávamos manter contato uns com os outros, mas, um cursinho pré-vestibular fez o papel de destino e nos juntou novamente. Queria agradecer ao meu amigo nota 10 em 10, Bruno Santana, e as irmãs Evelyn e Alerrandra, sou grata em dividir com vocês horas incontáveis de estudo, ajudando um ao outro, com o que tinha mais facilidade, até que todos nós conseguíssemos alcançar nossos sonhos. Que venham muitos outros pela frente, e que possamos estar um pelo outro quando precisar. Deixo um espaço também para as pessoas que foram entrando na minha vida durante o percurso,

mesmo que não façam parte do meu universo acadêmico, me ajudaram a manter a cabeça no lugar e seguir em frente, como a Li, que é minha cunhada favorita e meu grande amigo Diego Lapôrais.

Eu só consegui escrever coisas tão sentimentais e sensíveis, sendo afetuosa, com a ajuda de uma pessoa que entrou na minha vida de uma forma tão inesperada, e permanece nela como um evento surpreendente. Muitas pessoas não conseguem entender onde a minha Ragger (Jacqueline Costa, Jacque, Jacquelininda, embuste) se encaixa na minha vida, acredito que eu mesma não saiba responder de onde essa pessoa veio e qual lugar ela ocupa, o que eu consigo esclarecer é que, se hoje eu sou alguém que não tem vergonha de falar de mim e de meus sentimentos para as pessoas, é graças a Jacque. Mas não se trata apenas disso, eu gostaria que todas as pessoas boas do mundo tivessem a oportunidade de serem amigos dela também, mas ao mesmo tempo eu não queria, porquê teria que ficar dividindo atenção. Obrigada por ser tão espontânea e sincera comigo.

Ainda, a minha “dupla” de graduação merece um agradecimento mais do que especial neste trabalho, Arlete Soares, sempre fizemos os trabalhos da faculdade juntas, além do mais, é uma pessoa de uma inteligência admirável, sempre quer o melhor de todo mundo. Uma vez eu disse à Arlete que, quando eu crescer, quero ser igual a ela. Acho que ainda cabe espaço para homenagear a melhor “panela” desta universidade, grupo de sujeitos que vai além de uma reunião de pessoas nas redes sociais, e se estende às viagens com os amigos, uma passada no bar depois da aula para aliviar e falar das questões da prova, entretanto, o melhor disso é que eu sei que, cada um está seguindo seu caminho, mas o grupo não está se desfazendo. Então, fica aqui um eterno agradecimento aos meus amigos Bárbara, Jon, Júnia, Mary, Pedro Dias e Pedro Reis, que, de tantas pessoas que já passaram por esse grupo, só permaneceram os melhores. Em especial, agradeço ao meu amigo Pedro Reis, que me ajudou na busca dos mapas que compõem este trabalho, sem você ele não ficaria tão completo.

Finalmente, agradeço ao Professor André, por sua dedicação e tantos textos recomendados para leitura, além das inúmeras orientações sobre a organização

e preparação de um trabalho bem feito, por isso, estou muito orgulhosa do que produzi para a academia, e agradeço muito ao professor pela ajuda. Cheguei até você para pedir uma orientação, por conhecer o quão competente é em relação ao assunto estudado, e saio com essa convicção ainda mais consolidada.

## RESUMO

Utilizando o programa de intervenções urbanísticas, denominado Vila Viva, a cidade de Belo Horizonte vem realizando interferências em diversos aglomerados urbanos, no entanto, essa política urbana objetiva atingir apenas os moradores que foram ou serão removidos das comunidades, para serem realocadas em unidades habitacionais dentro e fora dos aglomerados urbanos, ou indivíduos que recebem indenizações, não abrangendo as pessoas e famílias que permanecem nesses locais. Dessa forma, o presente trabalho desejou analisar quais são os efeitos dos processos de remoções urbanas realizados pela prefeitura, para as pessoas que permanecem no Aglomerado Santa Lúcia, localizado na região centro-sul da cidade, durante e após o processo de intervenção. Ainda, pretendeu-se averiguar qual o papel dessa parcela da população, que não será removida, ocupa nas políticas públicas do Vila Viva, e, qual a importância que o poder público dá à essas pessoas. A pesquisa se baseou no método da pesquisa exploratória, com algumas visitas de campo para entrevistas semi-estruturadas, com 9 famílias do aglomerado Santa Lúcia, objetivando extrair dos moradores as suas experiências com o programa. Pode-se notar que, aspectos físicos e sociais interferem na vida desses moradores, muitos problemas se repetem em diferentes entrevistas, concluindo-se que, tais problemas são recorrentes, além disso, é notável a falta de apoio que a prefeitura oferece para estas pessoas que não serão removidas, sendo, muitas vezes, desconsideradas como parte do processo da intervenção.

### **Palavras chave:**

Vila Viva; atingidos; Santa Lúcia; intervenções urbanas; aglomerados; favelas.

## **ABSTRACT**

Using the program of urban interventions, called Vila Viva, the city of Belo Horizonte has been interfering in several urban areas, however, this urban policy aims to reach only the residents who were or will be removed from the communities, to be relocated in housing units inside and outside the urban settlements, or individuals receiving indemnities, not covering the persons and families who remain in those places. Thus, the present study sought to analyze the effects of the urban removal processes carried out by the city hall, for the people who remain in the Santa Lúcia Agglomerate, located in the center-south region of the city, during and after the intervention process. Still, it was intended to find out what role this part of the population, which will not be removed, occupy in the public policies of Vila Viva, and how important the public power gives these people. The research was based on the exploratory research method, with some field visits for semi-structured interviews, with 9 families from the Santa Lúcia cluster, aiming to extract from the residents their experiences with the program. It can be noted that physical and social aspects interfere in the life of these residents, many problems are repeated in different interviews, it is concluded that, such problems are recurrent, in addition, it is remarkable the lack of support that the municipality offers for these people which will not be removed and are often disregarded as part of the intervention process.

### **Keywords:**

Vila Viva; affected; Santa Lúcia; urban interventions; agglomerates; shanty towns.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO .....	12
2.1 Práticas de remoções e mobilidades forçadas em Belo Horizonte .....	12
2.2 A proposta do empreendimento Vila Viva e críticas .....	24
2.3 Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia .....	36
3. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICO) .....	47
3.1 Geral .....	47
3.2 Específicos .....	47
4. MÉTODO .....	47
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU INICIAIS) .....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	94
ANEXOS: .....	99
APÊNDICES: .....	100

## **1. APRESENTAÇÃO**

A presente monografia de conclusão de curso baseia-se no tipo de pesquisa classificada como Pesquisa Exploratória. De acordo com Manerikar e Manerikar (2014), a Pesquisa Exploratória é necessária quando o pesquisador tem dados limitados sobre uma informação, esse tipo de pesquisa normalmente conduz o pesquisador e outros estudiosos interessados no assunto a um clareamento sobre o assunto.

No campo das intervenções urbanas, grande parte das pesquisas são dedicadas às famílias que houveram suas casas removidas de algumas comunidades, e, por sua vez, foram realocadas em outros locais. No entanto, há um campo enorme e pouco explorado, com muito conteúdo a ser descoberto, que diz respeito às pessoas que não são consideradas atingidas pelas intervenções, pelo poder público e pela comunidade, porque não foram removidas, mas que consideramos ser atingidas por diversos fatores das intervenções, porque os mesmos modificam de variadas maneiras a vida dos moradores que permanecem.

As principais motivações para pesquisar o tema vieram dos trabalhos feitos no núcleo do programa Polos de Cidadania da faculdade de Direito da UFMG, que ficava localizado no aglomerado Santa Lúcia. O estágio foi realizado no período de 01/03/2014 à 28/02/2015, juntamente com a comunidade, o contato era diretamente com os moradores e a equipe se localizava na Rua Principal do morro, a equipe era composta por profissionais do Direito e da Psicologia, além de estagiários de diversos cursos.

No núcleo, a equipe era responsável por auxiliar os moradores, tratando dos problemas da comunidade, que, em sua maioria, correspondiam a atendimentos jurídicos e psicossociais. Além disso, assistência com as principais atividades relacionadas às intervenções do programa Vila Viva na comunidade, auxiliando as pessoas no contato com o poder público. A equipe da qual fiz parte, infelizmente foi uma das últimas a atuar pelo programa Polos na Comunidade, mas atuou em um momento de decisões da comunidade enquanto conjunto, como também das pessoas individualmente, em decorrência das mudanças que estavam ocorrendo.

O curso de Ciências Socioambientais apresenta, em sua grade curricular, uma liberdade que permite ao aluno percorrer por um universo interdisciplinar. Mesmo não havendo disciplinas específicas relacionadas à área das intervenções urbanas, eu procurei sempre incluir nos assuntos das aulas das diversas disciplinas, o tópico das intervenções, pois, era um tema de interesse próprio e que eu tinha facilidade em discutir.

Os trabalhos realizados no programa Polos fizeram parte de um dos momentos mais marcantes da graduação, por estar em contato diário e direto com os moradores, devido a isso, posteriormente, quando na condição de pesquisadora, a introdução na comunidade foi mais tranquila, pois, alguns moradores já conheciam o trabalho anteriormente realizado pelo programa, como também, algumas lideranças da comunidade já eram conhecidas por mim. Portanto, a escolha pelo tema é decorrente de uma identificação com as pessoas do aglomerado, e também com os problemas diariamente enfrentados por eles.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO**

### **2.1 Práticas de remoções e mobilidades forçadas em Belo Horizonte**

Desde a criação da cidade de Belo Horizonte, em 1897, a cidade recebeu grande contingente de massa de trabalhadores destinados a atuar na construção da capital. Nesse primeiro momento, a ocupação dos funcionários deu origem às favelas urbanas, entretanto, a partir das décadas de 40 e 50, o poder público passou a dar mais atenção para as questões relacionadas às ocupações urbanas, surgindo então um novo modelo de planejamento urbano, que era baseado na “visão higienista”, que se preocupou em retirar a massa de trabalhadores da área urbana da cidade e transferir para as regiões mais afastadas do centro da cidade. (PEREIRA et al., 2013).

Então, a partir desse momento, as vilas e favelas passaram a ser vistas como obstáculos para uma cidade que pretendia ser planejada desde a sua origem. Dessa forma, as favelas começaram a sofrer constantemente com intervenções da prefeitura, realizadas com o objetivo de afastar essa população da área “nobre” da cidade e transferi-la para outras regiões, com um discurso sempre voltado para a melhoria das condições de vida dos moradores desses territórios. Para Pimenta et al. (2013), não havia interesse na melhoria de tais lugares ocupados pelas camadas populares, mas, o que se pretendia, era o controle da expansão de tais classes, que ameaçam a “cidade moderna”.

Desde então, houveram muitos projetos voltados para as intervenções em aglomerados urbanos, até que em 2000 o governo do prefeito então eleito Fernando Pimentel criou o Programa Vila Viva. Nas palavras de Pimenta et al. (2009).

Os objetivos oficiais do Programa Vila Viva são a redução de parcela do déficit habitacional, a melhoria e recuperação de um estoque de moradias já existentes por meio da reestruturação física e ambiental dos assentamentos, o desenvolvimento social e econômico e a melhoria das condições de vida da população, com o acompanhamento constante da comunidade e o exercício da cidadania. Tais objetivos se encontram no escopo da Política Municipal de Habitação, cujo objetivo é promover o acesso à moradia para aqueles que não possuem condições financeiras para adquiri-la ou pagar aluguéis, vivendo em situações extremamente precárias (PIMENTA et al., 2009. p 4).

Para Silva e Cançado (2015), os argumentos utilizados para as remoções no Aglomerado Santa Lúcia, localizado na região centro-sul de Belo Horizonte/MG, foram os de risco geológico, insalubridade das casas, riscos na rede elétrica e

existência de habitação em áreas protegidas ambientalmente ou pretendidas pelo poder público para construção de vias.

Retomando o histórico das favelas na cidade, como descrito anteriormente, desde sua inauguração, a cidade de Belo Horizonte foi marcada por forte concentração de operários na região central da cidade e próximos aos canteiros de obra, onde os mesmos construam suas casas, objetivando ficarem mais próximos do local de trabalho. Porém, assim como relata Costa (2008), com o passar do tempo o poder público passou a não mais tolerar tais invasões e a expulsar os trabalhadores dessas regiões, deixando transparecer assim, o padrão de remoções que seria implantado naqueles primeiros anos da capital mineira. Na medida em que as áreas da cidade estavam valorizando, os pobres eram cada vez mais empurrados para as regiões mais afastadas da grande centralidade.

Como relatado por Costa e Arguelhes (2008), Belo Horizonte recebeu um fluxo de pessoas muito superior ao inicialmente imaginado, quando foi elaborado o planejamento da cidade, dessa forma, a infra-estrutura não supriu os serviços básicos que deveriam ser oferecidos para os pobres e trabalhadores. Desde o projeto inicial da cidade, não foi imaginado uma Belo Horizonte para as camadas populares, tal fator contribuiu para uma segregação socioespacial que predomina até os dias atuais na capital mineira.

Guimarães (1992) argumenta que, em 1902, como estratégia para conter o avanço da população de operários sobre a área nobre da cidade, foi criada a Área Operária, com o intuito de abrigar as famílias mais pobres da cidade. Entretanto, o fluxo de trabalhadores era constante e não cessava, sendo então criadas novas favelas em Belo Horizonte, levando ao insucesso de tal estratégia. Essa área operária foi implantada na parte central da cidade, mas, devido às forças do mercado, ela foi perdendo tamanho até que, em 1909, não era mais uma região ocupada pela população favelada.

Estabelece-se, então, entre Prefeitura e trabalhadores uma dinâmica que se torna característica do processo de ocupação do solo em Belo Horizonte: estes ocupavam, sob os auspícios do poder público e às vezes com a conivência dele, áreas desvalorizadas e/ou onde fazia-se necessária a presença de mão-de-obra, até o momento em que eram dali retirados pela própria Prefeitura quando sua presença não mais interessava, ou quando o crescimento da cidade tornava valorizada aquela área. (GUIMARÃES, 1992, p. 3).

Desde a inauguração de Belo Horizonte até quando o poder público se viu obrigado a lidar com o “problema” da urbanização desenfreada e a incorporação da favela na cidade, as autoridades começaram a tratar as populações de baixa renda e os locais que ela ocupava como os responsáveis pela criminalidade na cidade, principalmente na região central, sendo também taxada como local anti-higiênico, onde não havia saneamento básico e causador de doenças, com isso, o governo se eximia da obrigação de atender às necessidades daquela população, colocando a culpa dos problemas da cidade sobre os próprios moradores de baixa renda.

Como ainda acontece, sendo afirmado por Costa (2008), a partir da década de 30 o poder público de Belo Horizonte passou a intervir nesses problemas da cidade e a promover as remoções, principalmente nas áreas mais nobres da cidade, respondendo ao interesse do mercado imobiliário ascendente.

Porém, vale ressaltar que, segundo Maricato (2003), as remoções e intervenções que ocorriam nas favelas não eram necessariamente decorrentes de políticas públicas de habitação, mas se manifestavam com o objetivo de atender a lógica do mercado imobiliário, e também em ações ocorridas em épocas eleitorais, como forma de ganho de voto e barganha política.

Com a pressão dos movimentos populistas dos favelados, na década de 50 a prefeitura começa a tratar a questão das favelas como problema social, como expõe Guimarães (1992). A autora argumenta que, em 1955 foi criado o departamento de bairros populares (DBP), para tratar das remoções na cidade, que apenas ocorreriam com a construção de conjuntos habitacionais para alocar a população, porém, tal órgão da prefeitura municipal atuou apenas uma vez e posteriormente as remoções voltaram a acontecer como no passado, com irrisórias indenizações e a expulsão da população pobre do centro da capital.

A década de 60 foi marcante devido às mudanças significativas na política de habitações em favelas, seguido de um surpreendente retrocesso. Como exposto por Guimarães (1992), a Prefeitura Municipal, juntamente com o movimento de favelados, planejavam uma revitalização de 4 favelas em Belo Horizonte, que permitiriam o direito do morador de permanecer no local depois das intervenções, mas com o Golpe Militar de 1964 tal política não durou muito tempo, e as favelas começaram a ser tratadas mais uma vez com repressão e como local onde a

criminalidade deveria ser combatida com força policial, além da retomada das remoções justificadas pela necessidade da abertura de vias públicas.

Destaca-se que, as remoções não pretendiam à melhoria da qualidade de vida das pessoas ou uma reformulação no sistema viário e de saúde, ao contrário, as remoções serviam apenas para afastar ainda mais a população pobre das áreas nobres da cidade.

Porém, ainda como exposto por Maricato (2003), essa atitude somente ocasionava colocar a população em situação cada vez pior, pois, já na década de 70, com o baixo valor das indenizações e conseqüente falta de opções para compra de lotes, as famílias ocupavam novos terrenos cada vez mais inadequados para vivência humana, em áreas propícias a deslizamentos e enchentes.

Para tanto, esse é um quadro que ainda existe atualmente, o baixo valor das indenizações faz com que apareçam novas áreas ocupadas em regiões mais afastadas da cidade, ou até mesmo dentro do próprio aglomerado.

Uma nova forma de pensar as políticas da cidade começa a emergir com o passar do tempo, deixando para trás os instrumentos pautados no zoneamento, que não consideravam as especificidades de cada região. Sendo assim, de acordo com BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002), a partir da década de 70 os trâmites do planejamento urbano tradicionais começam a ser questionados pela população e por setores representantes dos movimentos sociais que estavam emergindo na época, fazendo pressão para que ocorresse uma reforma urbana. A nova concepção, diferente da antiga que separava planejamento de gestão, pressupõe que uma cidade é planejada pelos diversos agentes presentes nela, para que haja consenso, até que se chegue ao interesse social comum para as políticas públicas.

No entanto, parece que o poder público não aprende com os erros do passado, a mudança de governança e forma de gestão parece fazer com que os políticos esqueçam como as coisas aconteceram no passado e o que isso causou para a população. A boa gestão urbana de um município não depende apenas da existência de boas leis, deve haver também uma gestão que colabore para que os instrumentos sejam aplicados da forma necessária.

Tal fenômeno não é apenas restrito à Belo Horizonte, e não podemos apenas culpar a forma como se deu a ocupação das cidades no passado pela forma como ela é hoje. Como exposto em BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002), o poder público, a partir de suas ações, procura expulsar os mais pobres das áreas mais bem localizadas da cidade, construindo os conjuntos habitacionais em terrenos mais periféricos, contribuindo assim, para o aumento da desigualdade e deslocando os mais pobres da área mais provida de serviços básicos. Portanto, a culpa não é somente da falta de planejamento das cidades, mas sim do modelo excludente que beneficia uma parcela muito pequena da sociedade.

Além do mais, a política de habitação funciona como uma troca de “favores” para o poder público, em que o discurso das intervenções em assentamentos irregulares e desprovidos de infra-estrutura é usado pelos governos para manipular a população, principalmente nas questões eleitorais, agindo como se tais ações do estado na cidade não fossem obrigação dos governos, e sim um favor que estão fazendo para a população pobre.

Além do mais, em geral há certos fatores que influenciam na aplicação ou não de leis habitacionais. Segundo Maricato (2003), na maioria dos casos as leis e programas habitacionais são aplicados em regiões localizadas em terras de interesse do mercado imobiliário, em favelas que estão fixadas em áreas nobres da cidade. Certeza disso são as áreas ambientalmente frágeis, nascentes de rios ou próximas de córregos, locais que acabam sobrando para a população mais pobre morar, pois, essas áreas não são de interesse imobiliário, o que ocasiona em falta de atenção por parte das políticas públicas. Ainda, segundo a mesma autora “A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário”.

Mesmo que a população pobre permaneça morando nas regiões mais nobres da cidade ou possua a propriedade de suas moradias, o acesso aos serviços públicos não é o mesmo para as duas classes sociais opostas, mesmo que tenham suas moradias próximas umas das outras. Para Pereira (2009), tal proximidade pode gerar sentimento de inferioridade para os mais abastados, decorrente da disparidade de condições de vida, colocando de forma ainda mais evidente uma condição segregacionista.

Em 1983 foi criado o PRÓ FAVELA, assim como explicitado por Guimarães (1992), programa responsável pela regularização fundiária de moradores de favelas e comunidades de Belo Horizonte, garantindo assim, o direito dos moradores de não só permanecerem em suas casas, como também de ter a garantia de posse.

De acordo com Costa (2008), só em 1984 que foram criadas as zonas denominadas Setor Especial 4 (SE-4), responsáveis por realizar a urbanização de 124 favelas, finalmente visando a permanência dos moradores no local, exceto em casos de risco para a vida das pessoas ou a realização das obras urbanísticas. Esse modelo de gestão urbana, considerando o período desde a criação da cidade de Belo Horizonte, é o que mais se parece com o que ocorre atualmente. Porém, os esforços não foram suficientes para resolver o problema urbano, visto que, nas décadas de 80 e 90 a população urbana cresceu vertiginosamente.

Então, em 1986 foi fundada a URBEL, Companhia de Urbanização de Belo Horizonte, órgão da prefeitura responsável por diversas ações realizadas nas comunidades, como titulação de posse, remoções, regularização e urbanização. Guimarães (1992).

A partir de então foi crescendo o número de entidades e grupos representativos que buscavam atender e defender o interesse das pessoas que vivem nas comunidades de Belo Horizonte. Esse esforço ganhou mais um aliado quando em 2007, assim como exposto em BRASIL (2010), o Governo Federal criou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com um eixo voltado para a infraestrutura Social e Urbana que conta com recursos destinados a investimentos na área de habitação, “contando com expressivos investimentos destinados à execução de ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social”. (BRASIL, 2010).

Para determinação da alocação de recursos, a habitação foi o parâmetro escolhido para representar os setores precários e necessitados de infraestrutura, em que as condições são classificadas como subnormais. Tal estratégia é importante para definir as áreas de interesse para obras feitas com os recursos do PAC.

Assim, os projetos de urbanização de assentamentos precários inseridos no PAC contemplam ações, obras e serviços visando proporcionar a superação das condições de precariedade dos assentamentos escolhidos,

incorporando-os à cidade formal, com **abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária, social e ambiental**. (BRASIL, 2010, p. 13).

Ainda, segundo o mesmo autor, outra questão relacionada às obras do PAC diz respeito à necessidade de dar prioridade para os locais que estejam inseridos dentro das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), por lei municipal, que serão explicadas mais detalhadamente adiante.

Em belo horizonte, a política habitacional está fortemente direcionada para realização de obras urbanas e revitalização de áreas verdes, com menor foco para a regularização fundiária das moradias, para as pessoas habitantes dos aglomerados e favelas, o que se opõe aos objetivos elaborados inicialmente pelo PAC, assim como argumenta Fernandes & Pereira (2010):

Entretanto, recentes conflitos sociopolíticos e jurídicos parecem indicar que, em vez de promover a inclusão socioespacial prometida pelo governo Lula – que é um dos objetivos principais do PAC –, a forma pela qual esses recursos federais têm sido utilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte estaria agravando processos históricos de segregação socioespacial no município, especialmente devido às recentes remoções de dezenas de milhares de pessoas em decorrência da implementação de obras e projetos de urbanização de favelas e vilas. (FERNANDES & PEREIRA, 2010, p 173).

Dessa forma, os programas que visam melhorar a infraestrutura urbanística de Belo Horizonte estão mais preocupados em revitalizar áreas urbanas e melhorar a visão que as pessoas têm da cidade, já que as favelas são taxadas por muitos como locais de sujeira e criminalidade, ao invés de promover a permanência da população de baixa renda nos locais em que elas estão, principalmente aqueles locais situados próximos ao grande centro.

Com isso, há uma promoção da especulação imobiliária nesses lugares, afastando ainda mais o pobre do local de maior produção de riqueza da cidade e promovendo a precarização da vida dessas pessoas. Isso porque, após as intervenções e a realocação dos moradores, eles são obrigados a viver longe do local de trabalho, muitas vezes sujeitos a piores condições de saúde e aparato social. Ou seja, atualmente em Belo Horizonte, a política de urbanização é falha em seus objetivos, pois, ela pretende reformular a cidade, mas não a vida do cidadão de baixa renda que vive nela.

Para Fernandes e Pereira (2010), a gestão municipal de Belo Horizonte de vilas e favelas apresenta uma série de problemas ligados às obras do PAC. O

primeiro e mais problemático está relacionado à localidade das obras realizadas, em sua maioria ou sua totalidade estão na região central da cidade, que são locais com maior presença de serviços públicos para atender à população em comparação com outras regiões mais periféricas da cidade, o que demonstra um eminente interesse na gentrificação da cidade e das áreas mais nobres.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito às obras de grande impacto e extensão, que implica em enorme quantidade de remoções que poderiam ser evitadas ao se promover a revitalização das áreas e a regularização fundiária das casas, além dos valores muito baixos das indenizações, que não condizem com o valor real do terreno, impedindo as pessoas de continuarem morando na mesma região da cidade.

Fazendo uma releitura do que já vimos anteriormente, a política habitacional de Belo Horizonte sempre foi guiada para atender os interesses de apenas uma classe, e para segregar a população mais pobre da mais rica, sendo assim, segundo Fernandes e Pereira (2010), esse aspecto ainda existe como herança na política municipal da cidade, pois, os ocupantes das terras públicas, diante da visão tradicional da Procuradoria do Município de Belo Horizonte, são ocupantes de má fé das terras e com isso não merecem ter direito de ser indenizados por um lugar que não os pertencem. O mesmo autor reforça que:

É esse entendimento jurídico restritivo que dá suporte à atuação discricionária – quando não arbitrária – do poder público municipal na definição da forma de intervenção urbanística e de indenização dos moradores de vilas e favelas. (FERNANDES & PEREIRA, 2010, p. 176).

Também em relação a este último ponto, embasado no entendimento jurídico da “ocupação de má-fé” e da percepção institucional de tratar-se de uma “questão social” e não de direito, o critério utilizado pela prefeitura é de que seja indenizado somente o valor das benfeitorias realizadas sobre o imóvel e não o valor integral do mesmo, uma vez que os moradores não possuem a titularidade do domínio. (FERNANDES & PEREIRA, 2010, p. 177).

Portanto, os argumentos e discussões anteriormente citadas são responsáveis pelo processo de segregação que se deu na cidade de Belo Horizonte no decorrer de sua história e que predomina até os dias atuais, reforçando que o culpado por promover essa segregação e precarização das camadas mais pobres da população foi o próprio poder municipal, que, ao contrário do que deveria fazer, exclui os

cidadãos dos direitos assegurados a eles, e não promove a segurança jurídica dos mesmos.

Para planejamento e resolução de tais conflitos, é competência do município legislar sobre os assuntos relacionados aos interesses da sociedade. Tais atribuições estão definidas no Estatuto da Cidade<sup>1</sup> - Lei 10.257, de Julho de 2001 - que rege os princípios a ser guiado para cada município produzir um Plano Diretor<sup>2</sup>, que contenha as suas especificidades.

Com relação ao Município, a Constituição atribui a competência privativa para legislar sobre assuntos de interesse local, complementar a legislação federal e a estadual no que couber, e de promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano, de acordo com o artigo 30, incisos I, II e VIII.

O município, com base no artigo 182 e no princípio da preponderância do interesse, é o principal ente federativo responsável em promover a política urbana de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, de garantir o bem-estar de seus habitantes e de garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social, de acordo com os critérios e instrumentos estabelecidos no Plano Diretor, definido constitucionalmente como o instrumento básico da política urbana. (BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 28).

Um instrumento que garante a ação dos governos sobre as aglomerações urbanas são as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), estabelecidos por Lei específica, que em Belo Horizonte é assegurado pela Lei nº 8.137 de 21/12/2000.

Assim como exposto em BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002), as ZEIS começaram a aparecer na década de 80 a partir de lutas populares, buscando uma adaptação nos padrões de intervenção urbanística, para evitar as remoções e dar preferência para a melhoria da qualidade de vida e de habitação, além da regularização fundiária.

---

<sup>1</sup> O Estatuto abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos - e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não poderia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma política urbana local. (BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 21).

<sup>2</sup> A base para a aplicação de todos os instrumentos do Estatuto da Cidade é o projeto de cidade que se produzirá no nível municipal – projeto que deve estar explicado no Plano Diretor. Cabe ao Plano Diretor cumprir a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbanas. (BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 41).

A proposta da política é voltar os esforços para adequar às intervenções aos padrões particulares de cada assentamento, considerando que há diversos padrões diferenciados de ocupações urbanas, e garantindo que as intervenções realizadas em comunidades de baixa renda sejam priorizadas para fins de habitação. O Plano Diretor irá definir os loteamentos de maior interesse social, e o poder público municipal fica encarregado de assegurar e destinar os recursos necessários para a realização das intervenções, garantindo os interesses das populações habitantes dos locais.

Para lidar com os assentamentos ilegais e promover a remoção das pessoas, seja forçada ou espontânea, bem como a regularização fundiária, o reconhecimento de alguns direitos aos cidadãos são garantidos a partir da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (MP nº 2.220/2001) e/ou da Concessão de Direito Real de Uso (Decreto-Lei nº 271/1967).

Assim como consultado em BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002), em relação à Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, tal aparato legal ampara a população de classe-baixa, que ocupe terras públicas, sendo usado como instrumento para a regularização fundiária de tais imóveis. Há alguns critérios para aplicação dessa concessão, que pode ser vista mais detalhadamente na MP. Já a Concessão de Direito Real de Uso é aplicável a terrenos públicos e particulares com o objetivo de urbanização em áreas de interesse social, que irão trazer algum benefício ou retorno para a população, tal direito pode ser utilizado para programas e projetos habitacionais, de industrialização, desde que sejam administrados pelo poder público especializado na área.

As duas opções são aplicáveis nos casos das ocupações de Belo Horizonte, pois, a maioria da população não detém o registro ou a posse dos imóveis, mas, ao fazer valer a função social da terra sendo ocupantes de tal espaço, as pessoas passam a ter o direito de ser considerados posseiros. Além do mais, a prefeitura através da URBEL propõe programas de habitação nas favelas de Belo Horizonte, podendo ser totalmente amparados pela Concessão de Direito Real de Uso.

Entretanto, apesar da existência dos direitos, a partir dos casos analisados em Belo Horizonte, não é comum haver a regularização fundiária das famílias que

permanecem nos aglomerados após as intervenções estruturantes, que nomearemos neste trabalho de “Demais Moradores”.

De acordo com PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA (2011), a maioria dos moradores detém comprovante de compra e venda do imóvel, mas não possuem a segurança de posse, principalmente após as remoções de seus vizinhos, gerando uma insegurança ainda maior nas pessoas que permanecem, pois, o fato de seus vizinhos que foram removidos haverem estado nas mesmas condições de insegurança de posse que eles, e foram removidas, essas pessoas que permanecem no aglomerado não têm certeza das chances de haverem novas intervenções.

Além disso, com o vai e vem das obras todos os dias, a insegurança contribui para aumentar a sensação de que um dia pode ser a vez dele, de que o projeto pode mudar a qualquer momento e a próxima casa a ser demolida será a dele. Tal fato é agravante para o aumento da insegurança dos moradores, e conseqüente agravamento na perda do capital social para tais pessoas.

Cabe ressaltar que a motivação das pessoas que disseram possuir maior segurança antes do Vila Viva do que agora, deriva, na maioria das vezes, de um sentimento pessoal de propriedade, desatrelado de documentação, baseado somente em suas raízes históricas e que tal fato as levou a morar na antiga casa. (PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA, 2011, p. 83).

Mesmo que haja em algum momento a segurança de posse para os moradores do aglomerado, esse fato não é suficiente, a não ser que seja assegurada também a segurança espacial.

Para Fernandes (2006), uma região provida de legalização formal de posse, mas sem equipamentos de transporte, sem serviços básicos, não faz mais do que expor os moradores ainda mais a situações de vulnerabilidade, tal como a expulsão pelo mercado decorrente da privatização, pois, fatores sociais, políticos e institucionais geram uma sensação de segurança em comunidades mais carentes. Para o autor “Trata-se tão somente de uma forma de reconhecer o direito social de moradia, que não pode ser reduzido ao direito de propriedade”. Fernandes (2006).

Ainda, um fator prejudicial para a população que vive nas comunidades diz respeito à falta de participação e estratégias que são tomadas que contribuem para o enfraquecimento da participação popular na política urbana.

Para Libânio (2016), mesmo que a constituição brasileira de 1988 buscou introduzir um modelo participativo da população na tomada de decisões que modifiquem a vida da população, o que se vê no cenário atual é um esvaziamento da participação popular na tomada de decisões, que se nega a participar do jogo político e de interesses que ronda as esferas públicas brasileiras. Em âmbito municipal, a mesma autora traduz muito bem o processo que ocorre em Belo Horizonte:

No caso de Belo Horizonte, a participação direta foi sendo gradativamente substituída pelas decisões colegiadas, através dos conselhos de políticas públicas, bem como por mecanismos de consulta pontual à população, notadamente o Orçamento Participativo – OP e o OP digital. Mesmo nos casos em que se espera a participação direta do cidadão, como o das conferências e dos fóruns, não há um trabalho prévio de informação e instrumentalização da população para que possa se apropriar dos conteúdos e processos e exercer de forma autônoma seu direito à voz e ao voto. (LIBÂNIO, 2016, p. 774).

Portanto, o que se vê é um “efeito sanfona” que ocorreu na política urbana brasileira e especialmente na cidade de Belo Horizonte desde a sua criação, e que atualmente vive um retrocesso em sua política de habitação voltada para as questões sociais. É notável que haja uma atual política voltada para atender o capital imobiliário em parceria com o poder público, que se apóia no argumento de revitalização e urbanização para favorecer o mercado financeiro e imobiliário, além da evidente falta de participação popular nas tomadas de decisões, fato que seria essencial, visto que o principal atingido é a população.

## 2.2 A proposta do empreendimento Vila Viva e críticas

A cidade de Belo Horizonte possui uma política habitacional de intervenção jurídico-urbanística em vilas e favelas que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida de pessoas e comunidades em condições diversas de vulnerabilidade social (COSTA, 2008).

Entretanto, essa lógica é baseada em uma visão de moradia unilateral e heterônoma, que desconsidera as demais formas de ocupação e significação do espaço, geralmente e historicamente construído pelas comunidades em vilas e favelas na cidade de Belo Horizonte (POLOS, 2014).

O problema é que, as intervenções feitas no aglomerado Santa Lúcia são baseadas nos Planos Globais Específicos<sup>3</sup>, que por sua vez estão desatualizados e não contam com as especificidades de cada local. Além do mais, eles não atuam de forma correta no processo participativo da população da região, sendo assim, as decisões são tomadas de forma arbitrária, não havendo participação popular.

No entanto, na maioria das vezes essa visão de cidade e de qualidade de vida do ponto de vista do poder público não vai ao encontro da visão dos moradores das favelas. As obras criam novas vias de acesso e destroem outras, sem considerar as significações que as pessoas que vivem naquele local dão para certos espaços, ou às atividades que antes eram histórica e culturalmente desenvolvidas ali. (MOTTA, 2012).

Por não considerar as especificidades dos moradores removidos, alguns projetos habitacionais acabam por não preservar os laços sociais, de pertencimento, da configuração de uma identidade cultural das favelas removidas. Em muitos projetos de habitação social, o objetivo está em alocar o maior número possível de pessoas visando, primeiramente, atingir metas quantitativas. Neste contexto, as diferentes realidades sociais dão lugar um projeto impessoal e desprovido de participação popular, em que a população não se reconhece, permanecendo em isolamento frente ao urbano (DE ARRUDA, 2013, p. 80).

---

<sup>3</sup> O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que norteia as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade destas áreas, considerando os aspectos urbanístico, sócio-econômico e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nestes locais e integrá-los ao conjunto da cidade (Supervisão de Planos Globais/URBEL, 2015).

Para Ramos e Koga (2011), no campo social das remoções urbanas, as condições de vida das populações não são analisadas como pertencentes a um local específico, ou seja, há uma tendência de homogeneização das situações, desconsiderando as peculiaridades e particularidades de cada comunidade e local, assim, “situações que parecem deslocadas das dinâmicas socioterritoriais individuais e coletivas às quais são parte intrínseca”. (p. 338).

Além do mais, os PGE's não abrangem corretamente a opinião da população, e, muitas vezes, as pessoas não entendem as referências técnicas e acabam por concordar com algo não totalmente explicado.

Dessa forma, Silva e Cançado (2015) argumentam com mais clareza a respeito da falta de participação no processo decisório.

Os moradores por sua vez, questionados, manifestaram-se, majoritariamente de forma negativa quanto a terem participado de alguma forma do projeto apresentado. A comunidade propôs várias alternativas de vias para melhorar a circulação, mas nenhuma foi aceita pelo Município; além de demonstrar insatisfação quanto a insuficiência relativa aos valores das indenizações, e a não indenização da posse. Várias reclamações versaram sobre a perda de vínculos sociais e culturais, bem como problemas de segurança e acessibilidade aos prédios; também se pronunciaram sobre metragem insatisfatória dos apartamentos e a alegação de que o Programa “*é uma forma de limpeza visual da vila*”. “Observa-se que os moradores não se sentiram participantes do processo. Assim é de se questionar se apenas a quantificação numérica das reuniões faz presumir a existência de efetivo processo participativo, no qual as opiniões são consideradas e as temáticas postas claramente para entendimento da população (SILVA & CANÇADO. 2015, p. 11).

Tal participação popular é garantida pela Lei nº 10.257, o Estatuto da Cidade de 2001, como consta no capítulo I, art. 2º, inciso II do BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002), “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

A participação popular é garantida por uma série de órgãos colegiados da política urbana, como afirmado em BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002), por exemplo, conselhos, conferências, debates e audiências públicas, e são nesses espaços que os representantes da população podem fazer parte das tomadas de decisões, e acabar com a velha política de barganha de votos que beneficiava apenas os interesses das elites nas políticas públicas. Porém, o trabalho citado

expõe que, existem casos em que os membros dos órgãos são compostos apenas por personalidades notáveis da cidade, e que esses nem sempre estão presentes para defender os interesses da população mais pobre.

Quando acontecem as intervenções do programa Vila Viva em aglomerados urbanos na cidade de Belo Horizonte, os moradores são caracterizados em quatro diferentes grupos, assim como foram distribuídos nos estudos do PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA (2011). A primeira das opções corresponde aos “Reassentados”, aquelas pessoas que houveram as suas casas demolidas em decorrência das intervenções, e em consequência disso foram realocadas nos chamados “predinhos”, nome dado pelos moradores da comunidade, ou Unidades Habitacionais. Essas habitações são, em sua maioria, construídas nas próprias comunidades, e por isso é a opção comumente mais desejada pela maioria das pessoas, devido à proximidade com os amigos e familiares, aos serviços públicos e de transporte que estão normalmente concentrados na região central da cidade. No entanto, a quantidade de habitações que são construídas não condiz com a quantidade de moradores desalojados, fazendo com que grande parte dos moradores pertença aos segundo e terceiro grupo, que por sua vez são os “Indenizados Santa Lúcia” e os “Indenizados não Santa Lúcia”.

O grupo dos “Indenizados não Santa Lúcia” são as pessoas que receberam uma quantia em dinheiro por haverem que sair de suas casas, e que não puderam ou optaram por não continuar vivendo no aglomerado, sendo assim, compraram casas em outras localidades da cidade ou em cidades vizinhas.

Os “Indenizados Santa Lucia” correspondem ao grupo representado pelas pessoas que receberam uma indenização por precisarem sair de suas casas em decorrência das obras de habitação, que por consequências das obras foram demolidas, mas os moradores continuam vivendo no aglomerado.

Segundo Motta (2012), as indenizações são avaliadas de acordo com a benfeitoria da casa, ou seja, a qualidade e quais tipos de materiais que foram utilizados na construção da casa. Quer dizer, quanto mais caros e de maior qualidade os materiais que foram utilizados, maior será também o valor da indenização.

Silva e Cançado (2015) contestam também que, pelo fato dos moradores não possuírem o documento de propriedade do lote que será removido, isso contribui como um argumento a mais a ser utilizado para que essas pessoas sejam indenizadas apenas pelo valor das benfeitorias.

Isso é um dos fatores que mais incomodam os moradores das comunidades, principalmente os que pertencem ao grupo dos indenizados que não permanecem na comunidade, pois, o valor das indenizações é muito baixo, impossibilitando que muitas famílias permaneçam em suas comunidades, porque, com as intervenções, aumenta-se a especulação imobiliária dentro do aglomerado, e, com isso, para muitas pessoas a única opção é comprar casa em regiões mais afastadas da grande centralidade.

No entanto, segundo os critérios da ONU (2010), há uma série de ferramentas que podem ser usadas para calcular os prejuízos causados por remoções forçadas e que vão muito além dos prejuízos materiais, abrangendo também os bens imateriais afetados com a remoção, que integram questões de saúde, psicológicas e relacionadas à comunidade.

Com isso, a ONU (2010) fez uma série de estudos que discutem e determinam quais são os critérios que devem ser utilizados para indenização de pessoas e famílias em processos de remoções espontâneas e forçadas. Entre as perdas não materiais, se destacam as relacionadas ao acesso à saúde, ao espaço de vida, os problemas psicológicos, a desestruturação da família, as perdas comunitárias e a marginalização política e social.

Para expressar tal fato com mais clareza, podemos analisar os argumentos propostos pela ONU (2007):

Cuando el desalojo es inevitable y necesario para la promoción del bienestar general, el Estado debe proporcionar o garantizar una indemnización justa e imparcial por cualesquiera de las pérdidas de bienes personales, inmobiliarios o de otro tipo, en particular los derechos y los intereses relacionados con la propiedad. Debe proporcionarse indemnización por cualquier daño económicamente evaluable, de forma apropiada y proporcional a la gravedad de la violación y a las circunstancias de cada caso, como, por ejemplo: pérdida de vida o de un miembro; daños físicos o mentales; oportunidades perdidas, en particular de empleo, educación y prestaciones sociales; daños materiales y pérdida de ingresos, en particular la pérdida de las posibilidades de obtener ingresos; daño moral; y los gastos necesarios para la asistencia letrada o de expertos,

medicamentos y servicios médicos, y servicios psicológicos y sociales. (ONU, 2007. p 13).

En la medida en que la evaluación de los daños económicos no entre en la asistencia para la reinstalación, esta evaluación debe tener en cuenta las pérdidas y los gastos, por ejemplo, de las parcelas y las estructuras de la casa; el contenido; infraestructuras; hipotecas y otras deudas pendientes; vivienda provisional; gastos burocráticos y costas; vivienda alternativa; salarios e ingresos perdidos; oportunidades educacionales perdidas; atención sanitaria y médica; gastos de reasentamiento y transporte (especialmente en el caso de reinstalación lejos de la fuente de sustento). (ONU, 2007. p 14).

Além do mais, assim como consta no guia da ONU (2011), as violações dos direitos humanos que ocorram antes, durante ou após o processo de desocupação devem ser pagas em dinheiro, referente e proporcional à gravidade da violação ocorrida, bem como às suas consequências.

Visto isso, é sabido que as opiniões divergem a respeito das formas de ação da prefeitura nos aglomerados, há moradores que se sentem satisfeitos com a nova condição de moradia, há outros que não aceitam a atual condição e as mudanças propostas. Sabe-se que existem inúmeros trabalhos que abrangem essa população e que tratam dos assuntos relacionados às intervenções em vilas e favelas e suas consequências, como as pesquisas realizadas pelo programa Cidade e Alteridade (2013) e (2015).

Retomando as classificações dadas pelo PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2011), a pesquisa aqui realizada não envolve as famílias e pessoas citadas acima, ou seja, não abrange os sujeitos que foram removidos e estão nas Unidades Habitacionais construídas pela PBH, nem os que receberam indenizações e ainda continuam morando no aglomerado, tampouco os que foram morar em outros bairros da cidade ou outros municípios. No entanto, o trabalho pretende contribuir para a área de estudo sobre remoções e mobilidades forçadas.

Dessa forma, esse trabalho abrange o grupo dos “demais moradores”, representado pelas pessoas que não tiveram suas casas demolidas, mas que, por sua vez, são atingidas pelo processo de intervenção na comunidade. Ou seja, o presente estudo pretende analisar se há possíveis efeitos na vida das pessoas e famílias que moram no aglomerado Santa Lúcia, e que por sua vez não foram removidas pelo programa Vila Viva.

Será que essas pessoas tiveram suas vidas afetadas pelas obras do programa em razão de estarem próximas de áreas que sofreram intervenções? Se sim, quais foram esses efeitos? Dessa forma, pretende-se entender como o processo de intervenção do Vila Viva no aglomerado Santa Lúcia promoveu mudanças na condição de vida da população não removida pelo programa.

Uma pesquisa realizada pelo PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE (2015) nas Vilas São Tomás e Aeroporto constataram que, com as intervenções do programa Vila Viva, as relações sociais entre a vizinhança e em comunidade se deterioraram, perdendo os laços antes existentes e a força política enquanto comunidade. Além disso, registrou-se uma insatisfação dos afetados em relação às intervenções feitas, devido a diversos fatores, tal qual, a precariedade dos serviços públicos que são prestados à comunidade e a consequente perda de qualidade de vida.

Como já dito anteriormente, o programa Vila Viva em sua atuação remove casas e famílias dos aglomerados e favelas para transferi-las para outras habitações dentro da comunidade ou fora dela, com os argumentos de melhoria da qualidade de vida das pessoas ou para urbanizar a favela, abrindo vias e construindo áreas de lazer. Porém, muitas pessoas que moram nesses locais ainda convivem com os entulhos provenientes das demolições, que permanecem nos locais onde eram as antigas casas dos moradores que foram removidos. Essas pessoas que permanecem estão sujeitas a uma crescente e incessante vulnerabilidade ambiental, social e de saúde.

Para De Arruda (2013), essas famílias que tem seus locais de vida afetados passam por muito mais que apenas uma realocação espacial, ou, mesmo que permaneçam em suas casas, mais do que uma mudança apenas do espaço visível. Para a autora, essas pessoas perdem uma identidade que foi construída socialmente com os seus vizinhos e com o local em que habitam.

A mudança física da paisagem também causa uma mudança social e simbólica, e pode provocar um sentimento de perda de pertencimento ao local antes tão conhecido. De certa forma, os espaços físicos, juntamente com a perda do capital social, se convergem na transformação do sentimento de perda, pois, espaços como sede da associação de moradores, igrejas, comércios, esquinas, são

os mesmos lugares onde são formados os laços sociais de uma comunidade e de cada pessoa.

Habitar não significa apenas ocupar um lote e possuir uma edificação, mas estar ligada a elementos que garantam qualidade de vida, dentre outras coisas, a existência de atividades econômicas, culturais, sistemas de transportes, comunicação e de abastecimento. Além disto, existe toda uma significação emocional no habitar, já que este é o local das interações e da construção da história de vida dos indivíduos. Os moradores constroem e reconstróem o espaço e dão a ele um caráter único, um significado partilhado por seus membros (TEIXEIRA, 2004, apud DE ARRUDA, 2011, p. 4).

Além disso, o PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE (2013) fala da perda dos referenciais espaciais em decorrência das demolições das casas e a permanência do que restou dela. Para quem permanece, há uma perda nas referências espaciais, que anteriormente serviam de orientação ou de lembranças de certos acontecimentos na vida: locais como lojas antes presentes em uma esquina ou uma rua de referência, ou a casa de alguém aonde chegavam as correspondências, pois muitas pessoas não têm o endereço cadastrado e não podem fazer compras em seu nome.

As comunidades desejam a urbanização das vilas e favelas e uma melhora na sua qualidade de vida, mas a destruição do local não é algo desejado por quem fica e nem por quem sai da comunidade (Comunicação pessoal).

O poder público diz se preocupar com a melhoria das condições de vida das pessoas dos aglomerados, melhorando o saneamento básico com a implantação de redes de esgoto e água canalizada, mas se esquece ou simplesmente desconsidera os impactos sociais de suas ações. Dado que as pessoas precisam manter seu capital social, a prefeitura precisa agir de forma que essa perda tão traumática seja amenizada.

No que diz respeito às pessoas que ficam no aglomerado após as intervenções do programa Vila Viva e que, por sua vez, são objeto de estudo deste trabalho, a prefeitura poderia agir de forma a minimizar os danos, recolhendo rapidamente os entulhos e restos das casas que foram demolidas, com o intuito de tornar o mínimo possível o sentimento de perda, além das questões relacionadas à saúde. Seria importante um acompanhamento da forma que é feito, ou como é dito que é feito, com as pessoas que são indenizadas ou vão para os predinhos, que é

chamado de “pós morar”, um acompanhamento das mudanças que ocorreram na vida dessas pessoas após as intervenções e como possíveis problemas podem ser solucionados.

O programa Vila Viva é financiado com recursos federais oriundos de programas como o Pró-Moradia, que utiliza os recursos do orçamento operacional do FGTS para investir em melhoria das condições de moradia da população de baixa renda. Desse modo, o programa Pró-Moradia tem como uma de suas normas um acompanhamento do momento após os reassentamentos (Silva e Cançado, 2015).

No entanto, essas ações não sanariam as perdas que estas pessoas, que são os objetivos de estudo deste trabalho, passaram e ainda estão passando, mas acredito que tornaria esse processo menos traumático possível. Dessa forma, a perda de capital social é imensa para essa parcela da população que permanece nas comunidades, porque, além dos agravos sociais, ainda são esquecidas e obrigadas a viverem em meio aos entulhos.

As comunidades têm uma relação muito específica de apoio mútuo, em que as pessoas se complementam no que precisam, quase uma espécie de “escambo” onde uns ajudam aos outros que estão em situação de desvantagem. O PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE (2013) argumenta que, a perda dos laços sociais nestas comunidades traz prejuízos econômicos e emocionais, pois, as relações de trocas são vitais para a sobrevivência dessas pessoas. Os mesmos se ajudam na falta de um mantimento, ou nos cuidados dos filhos para que a família possa trabalhar ou sair de casa por algumas horas. Também é comum empréstimo de dinheiro, cuidados médicos, levar o filho do colega para a escola, entre outras coisas.

A destruição das estruturas e a remoção das famílias gera a perda dos laços sociais existentes na comunidade e, assim, desestrutura a lógica de vida local. Mesmo aqueles que não serão removidos alteram a sua relação com o espaço, vez que "comprar fiado" ou "deixar os filhos aos cuidados do vizinho" não será mais possível com a destruição da comunidade. (SANTOS et al., 2014, p. 7).

Além desses problemas já citados, segundo De Arruda (2011), as remoções enfraquecem também o engajamento político da comunidade e a vontade de lutar por seus direitos, pois, acontece uma inevitável dissipação das associações de

moradores. Ainda, por serem graduais, as remoções vão causando nos moradores uma sensação de insegurança e impotência, de que, inevitavelmente os que ainda permanecem serão os próximos a serem removidos, e não há nada que se possa fazer para evitar tal fato.

Além disso, quando da intervenção do programa no aglomerado em questão, muitas famílias receberam indenizações porque tiveram as suas casas destruídas para a construção de outras obras, porém, em muitos desses locais ainda permanecem entulhos e restos de material de construção remanescentes das demolições, e que estão muito próximos às outras casas de moradores, que antes eram vizinhos dessas famílias que tiveram que se mudar em decorrência do programa Vila Viva.

Portanto, as famílias que ainda estão morando nesses locais convivem diariamente com o entulho, sujeira e animais que trazem perigo à saúde humana, estando constantemente expostas aos riscos gerados por esses restos de demolição. Além da forçada convivência com um cenário que é prejudicial à saúde e ao bem-estar, essas famílias também não recebem nenhuma atenção ou indenização por parte da prefeitura por estarem em condição precária. Ou seja, na perspectiva do poder público, essas famílias não são consideradas atingidas pelo programa Vila Viva.

Este tipo de situação é relatada pelo PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE (2015), em um estudo feito na Vila São Tomás e Aeroporto, também na cidade de Belo Horizonte:

Um aspecto importante quanto às intervenções é a alteração da dinâmica local que essas provocam. Além das mudanças nos padrões de moradia e da ruptura dos laços comunitários causados pelo Programa, os atrasos na conclusão das obras expõem as famílias a ambientes inadequados, devido ao volume de lixo e entulho acumulado nas ruas. Os espaços alterados pela presença de entulho e lixo, também precariamente iluminados, geram o aumento da insegurança dos moradores em função das obstruções dos acessos, principalmente à noite. A situação tem gerado outros problemas, inclusive de limpeza e de saneamento. Além disso, os focos de sujeira e acúmulo de água favorecem a proliferação de doenças, fato que afeta o cotidiano da população. Constatou-se a ausência do Poder Público na provisão de serviços, em ações conjuntas de políticas voltadas para a garantia de saúde e qualidade de vida da população. Verifica-se, portanto, uma priorização das obras de intervenção urbana, muitas vezes executadas em períodos longos devido a atrasos causados por fatores diversos, incluindo a dificuldade para obtenção de mão de obra. (PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE et. al., 2015, p. 3).

Além disso, os mesmos autores argumentam que, o processo de demolição e desocupação das casas não é homogêneo, e que isso pode ser uma estratégia para forçar as pessoas a decidirem mais rapidamente qual forma de indenização que pretendem adotar, pois, a demolição da casa de um vizinho é feita anteriormente a de outro, forçando esse segundo a uma pressão psicológica e uma insegurança a respeito do seu futuro, além de estar sendo forçado a viver cercado por entulhos, propício aos riscos já citados anteriormente.

Uns dos principais argumentos usados pelo poder público nos programas de urbanização de vilas e favelas para retirar as pessoas de suas casas, são relacionados aos riscos ambientais e geológicos enfrentados pelas comunidades, e as más condições de saúde. Porém, quando das remoções das casas e a permanência de entulhos e lixos dentro da comunidade, é o próprio poder público que permite que essas pessoas convivam próximas a áreas de extrema vulnerabilidade, cheias de entulhos próximos de suas casas e locais de passagens cotidianas, sujeitas a várias doenças.

Quando o programa Vila Viva atua em alguma favela, ele age a partir das remoções das famílias, como já foi falado anteriormente neste trabalho. Porém, na maioria das vezes, a URBEL<sup>4</sup> não se encarrega de recolher os entulhos provenientes das demolições das casas, ou na maioria das vezes só demoli uma parte da casa e deixa algumas paredes erguidas, causando, assim, muitos transtornos para os moradores que vivem próximos dessas casas demolidas.

No estudo de Santos et al. (2014), é relatado que a própria PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) admite que esses transtornos ocorram em decorrência de atrasos nas obras, por problemas nos acordos comerciais, falta de recursos ou até mesmo em períodos eleitorais, e que, com isso, as obras ficam paralisadas e os moradores a mercê dos incômodos provenientes dos entulhos.

---

<sup>4</sup> A **Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)** é a empresa pública responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular, criada em 1993. Naquela época, pela primeira vez em sua história, a cidade incluiu entre suas prioridades a habitação para a população de baixa renda, ao considerar as vilas e favelas como parte da estrutura urbana. A partir daí, a Prefeitura passou a intervir nestes locais, de forma planejada e organizada, com o propósito de integrá-los à chamada "cidade formal" (URBEL, 2017).

No tempo em que as obras ficam paradas por tais motivos, alguns locais que foram demolidos ou parcialmente demolidos se tornam pontos de venda de drogas. Além disso, a área é comumente degradada visualmente, os locais são usados como banheiro por andarilhos e moradores, causando mau cheiro para quem mora próximo, bem como podem ser usados como esconderijos para criminosos, visto que muitas dessas casas são derrubadas apenas o teto e as paredes internas, sobrando assim as bases para que os bandidos possam se esconder.

Nesse mesmo estudo, há o relato de uma moradora que denuncia o descaso da prefeitura em relação à sua casa, que está do lado de outra casa que foi demolida. A moradora da Vila São Tomás fala que, o trabalho feito para a demolição das casas dos seus vizinhos deixou o encanamento de sua casa furado, aumentando assim a presença de mosquitos, que por sua vez podem transmitir doenças como dengue, zika, chikungunya, toxoplasmose, tétano, leishmaniose, diarreia e verminoses. A prefeitura só resolveu o problema depois de ter se passado um mês.

Os entulhos também vêm impedindo a passagem das pessoas pelas ruas e becos, além de causar perigos de queda em decorrência dos terrenos irregulares, principalmente para idosos, pessoas com dificuldade de locomoção e crianças que brincam e correm nas ruas.

Desta forma, a política de urbanização está indo contra os próprios objetivos da prefeitura, que seria a diminuição da criminalidade nas comunidades que recebem a intervenção de programas do governo, especialmente as vilas e favelas urbanas, além dos problemas advindos das doenças que se proliferam nos locais insalubres.

Com os objetivos de aproximar o morador do processo de decisões, a URBEL cria grupos compostos por moradores das comunidades que recebem as intervenções, tais grupos são denominados “Grupo de Referência”.

O Grupo de Referência tem como atribuições, entre outras, acompanhar a elaboração e a execução do PGE em todas as etapas, bem como participar da análise dos pedidos de exclusão de áreas de ZEIS e atuar como interlocutor entre a comunidade e o Poder Público, assim como agente multiplicador das informações no processo. (SILVA E CANÇADO, 2015, p. 15).

De acordo com o PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE (2015b), tais grupos de referência são instrumentos referentes aos PGEs de cada localidade, mas com a distância temporal entre a criação do PGE e o início das intervenções, o grupo de referência original não é mantido, além disso, a terceirização do serviço contribui para o fracasso dos grupos de referência, pois, as empresas não estão interessadas em manter contato com os moradores e ouvirem as suas opiniões, elas estão apenas interessadas na execução das obras.

Assim, os Grupos de Referência tornam-se meros instrumentos para facilitar a entrada dos técnicos nas vilas e favelas na fase de planejamento, e a falta de qualquer mecanismo de manutenção dos grupos no longo prazo, faz com que se dissolvam e percam sua legitimidade. Quando chegam as empresas terceirizadas, raramente há articulação coletiva e novos grupos só começam a se formar para resistir às imposições dos projetos. Vale ressaltar que o PGE aponta diretrizes, o projeto (sempre terceirizado e sem participação popular) é que define o que de fato vai ser feito. Ainda que a URBEL fiscalize projeto e obra e tenha um apoio de serviço social, isso não é suficiente. Não há um expediente para participação da comunidade no processo de projeto. Quando resistem, precisam se mobilizar muito para que sejam ouvidos, e na maioria das vezes são derrotados. (PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE, 2015b, p. 24.).

Especificamente sobre os Grupos de Referência que atuam no Aglomerado Santa Lúcia, o relatório feito pelo PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015) afirma que, tais espaços estão sendo utilizados para reafirmar ações que são desejadas pela URBEL, e não para receber a proposta de moradores, além disso, tais espaços estão contribuindo para uma desarticulação comunitária e desentendimento entre as lideranças.

Os acontecimentos são grandes responsáveis pela desarticulação política da comunidade, pois, os diferentes grupos com diferentes concepções se envolvem em uma disputa de ego e de interesses sem fim, e não é alcançado um consenso entre os moradores, com isso, quem sai ganhando é a URBEL, que vê nesse cenário o momento exato para impor a sua opinião, visto que os próprios moradores não se entendem.

Além do mais, uma pequena parcela de moradores participa de tais grupos, sendo assim, os interesses não circulam entre a diversidade de locais presentes no aglomerado, fazendo com que o interesse geral não seja atendido. O aglomerado é um local que abriga uma grande parcela da população pobre da cidade, mas dentro do espaço há interesses diversos, cada Vila tem suas dificuldades e necessidades. Dessa forma, os Grupos de Referência deveriam ser pensados para ser mais

participativos e abranger mais partes do aglomerado, não apenas as pessoas que são referências.

Para Silva e Cançado (2015), os moradores se sentem desanimados em participar dos grupos por não acreditarem ter interferência no projeto, pois, suas vozes não serão ouvidas. Realmente, os grupos só existem porque constam como obrigatórios na fase de elaboração do PGE.

Em PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE (2015b), a própria diretoria da URBEL fala da ineficiência dos Grupos de Referência, pois, os moradores que participam não são sempre os mesmos, então, quando há uma reunião subsequente a outra, os mesmos assuntos precisam ser retomados, e, algumas vezes, propostas que foram aprovadas pelo grupo anterior não são bem vindas pelo novo grupo de pessoas, o que atrasa o processo e há necessidade de rediscussão da ação.

### **2.3 Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia**

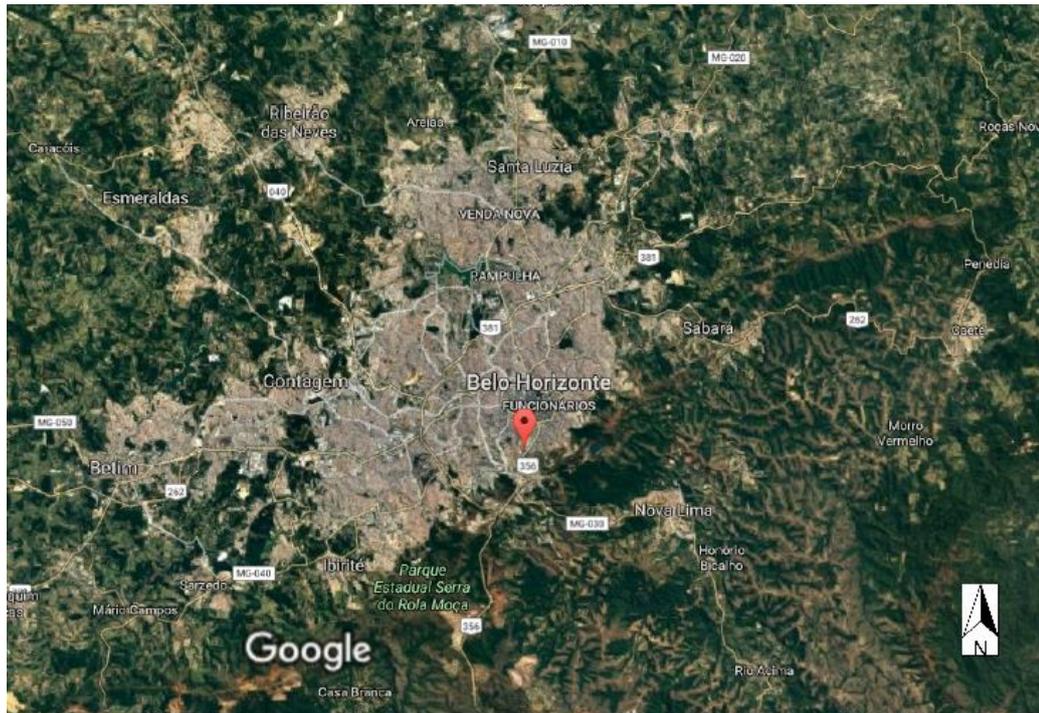
Já é sabido que as intervenções estruturantes do Programa Vila Viva em Belo Horizonte, em sua maioria, são desviadas do seu objetivo principal que é atender a comunidade das vilas e favelas, para estar voltada à ótica do capital imobiliário. O Aglomerado Santa Lúcia faz fronteira com os bairros mais nobres da zona centro-sul da cidade, sendo assim, alvo de muitos interesses.

A Avenida Nossa Senhora do Carmo, uma das principais de Belo Horizonte, serve de fronteira entre o Aglomerado Santa Lúcia e os bairros Belvedere, São Pedro, Santo Antonio e Sion, todos na região Centro-Sul.

O Aglomerado Santa Lúcia é composto por seis grandes vilas consolidadas, ocupando uma área estimada de 447.729,90 m<sup>2</sup>, que são: Vila Santa Rita de Cássia, Vila Esperança, Vila Barragem Santa Lúcia, Grenville, Vila Estrela e a mais recente e que representa o eixo de expansão do aglomerado, a Vila São Bento. (PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE, et al., 2015b, p. 18).

Na imagem a seguir, retirada do Google Earth, é possível perceber a localização da comunidade na área central de Belo Horizonte, um dos locais mais nobres, o objeto vermelho indica a localização do Aglomerado.

*Mapa 1- Localização Santa Lúcia na mancha urbana de Belo Horizonte.*



Imagens ©2017 Landsat / Copernicus, Dados do mapa ©2017 Google 5 km

*Fonte: Google Earth (2017)*

De acordo com Vieira et al. (2012), as intervenções estruturantes no aglomerado Santa Lúcia tiveram início em 2002 e 2003 com a realização do PGE para o aglomerado, mas somente em 2010 se iniciaram as conversas para as intervenções do Programa Vila Viva no aglomerado. Inicialmente, as intervenções eram destinadas a mais jovem vila do aglomerado, a Vila São Bento, que receberia as intervenções por, teoricamente, estar em uma área de risco geológico. Ainda de acordo com os mesmo autores, em 2002 se iniciaram ações de reintegração de posse contra alguns moradores, tais ações culminaram em grande resistência por parte dos moradores que questionavam a forma brutal como estavam ocorrendo as mudanças em suas vidas, sem considerar os muitos anos que viviam no local e a identificação que existia com o aglomerado, as remoções só foram cessadas após uma liminar.

O PGE também é responsável por garantir a participação da comunidade no processo de decisões, mas como visto anteriormente, esse processo não acontece

de maneira adequada, e grande parte da comunidade fica de fora do processo de decisões.

É importante esclarecer que o Programa Vila Viva só acontece naquelas áreas da cidade demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social 1 e 3 (ZEIS-1 e ZEIS-3).

As ZEIS-1 são constituídas por vilas e favelas caracterizadas pela ocupação desordenada por população de baixa renda. Nesses espaços, o Poder Público objetiva promover programas habitacionais, intervenção de urbanização e regularização fundiária para melhorar a qualidade de vida dos seus moradores. (SILVA E CANÇADO, 2015, p. 6.).

Analisando de uma forma mais crítica as intervenções do Programa Vila Viva na comunidade, o PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015) argumenta que, as interferências no aglomerado acontecem em três etapas, a desapropriação, seguida da desocupação e a demolição das casas nas regiões que recebem as intervenções.

No Plano Global Específico do aglomerado Santa Lúcia, contavam com intervenções nas principais localidades da favela. De acordo com Vieira et al. (2012), eram elas: o desaparecimento da Vila São Bento para a construção de um parque, os locais onde seriam construídos os conjuntos habitacionais, a construção da Via do Bicão, assim apelidada pelos moradores, que corta quase todo o aglomerado. A Via do Bicão foi alvo de grandes divergências, já que a discussão se pautava na ideia de que, se a rua seria construída para atender à comunidade ou os interesses do capital imobiliário, visto que a via irá ligar duas importantes avenidas da região, Avenida Nossa Senhora do Carmo e Avenida Prudente de Moraes.

O PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE et al. (2015b) também argumenta que as grandes avenidas ou ruas que são abertas dentro de comunidades são voltadas para atender aos problemas do trânsito da cidade, e não os problemas específicos da comunidade, que muitas vezes, se pudessem intervir, escolheriam obras de revitalização de vias que já existem dentro da própria comunidade ao invés de acontecerem grandes remoções para criar novas ruas.

Nas seguintes imagens de satélite retiradas do Google Earth, pode-se perceber a mudança no processo de intervenção do Programa Vila Viva no aglomerado Santa Lúcia com o passar dos anos. As imagens abrangem principalmente a região onde está sendo construída a Via do Bicão, próxima a Av.

Nossa Senhora do Carmo e a Rua Principal do aglomerado Santa Lúcia, também conhecido como morro do papagaio.

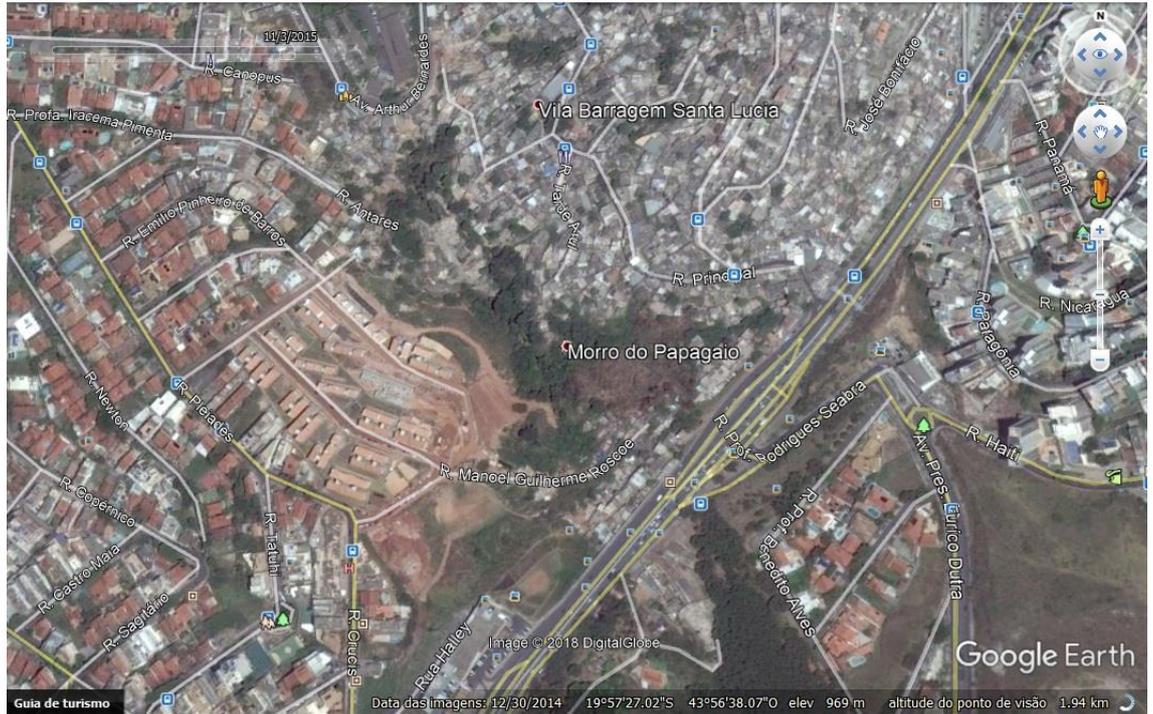
Respectivamente, o mapa 2 corresponde ao ano de 2011, o mapa 3: 2014, mapa 4: 2015 e mapa 5: 2017.

*Mapa 2*



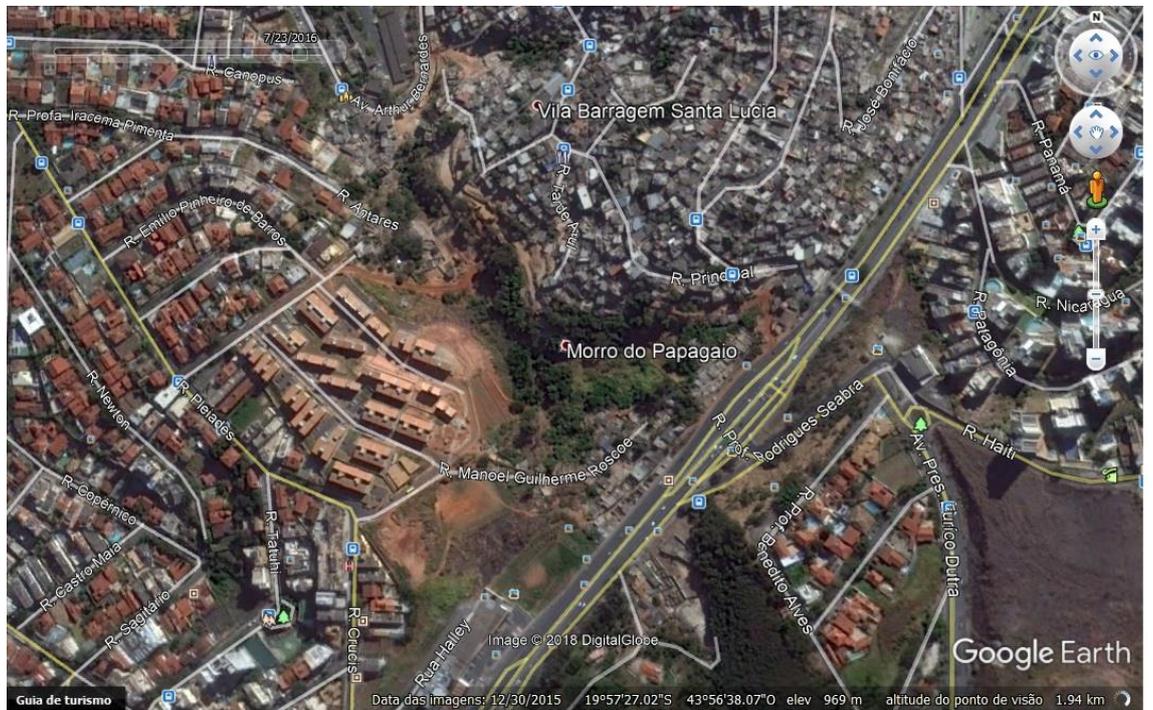
*Fonte: Google Earth (2011)*

Mapa 3



Fonte: Google Earth (2014)

Mapa 4



Fonte: Google Earth (2015)

Mapa 5



Fonte: Google Earth (2017)

Depois de vários anos do início das obras, tais intervenções se encontram da seguinte forma, para aqueles que observaram as mudanças desde o início até o presente momento. Na Vila São Bento, a maioria das casas foram demolidas e só restam os entulhos, mas as casas que margeiam a Avenida Nossa Senhora do Carmo, local de grande fluxo da capital e que liga bairros nobres da cidade, estão com suas estruturas erguidas, mesmo sem a presença de moradores, em algumas moradias ainda vivem famílias, podemos então interpretar que, as casas ainda habitadas são estratégias usadas pelo Poder Público para esconder a destruição dentro da vila.

A Via do Bicão está em processo avançado de construção, todas as moradias foram removidas e está sendo feita a compactação da via, com a presença de máquinas pesadas e grande fluxo de trabalhadores, tal intervenção está sendo uma das principais reclamações dos moradores quanto à geração de poeira e doenças respiratórias, como veremos mais a frente.

Finalmente, as unidades habitacionais da Vila São Bento já estão construídas e abrigam moradores removidos provenientes de outras localidades da comunidade

ou da própria Vila, ainda, serão construídas mais unidades habitacionais margeando a Via do Bicão.

Os danos que restam para os moradores após as intervenções estruturantes são muitos e se repetem com frequência, nos diferentes locais que recebem o Vila Viva. O PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015) expõe que, no Aglomerado da Serra os entulhos das casas provenientes das demolições ainda permanecem em alguns locais, mesmo depois de finalizadas as obras e as mudanças das famílias.

Vemos o mesmo cenário no Aglomerado Santa Lúcia, é perceptível a presença de muito entulho e lixo nas casas demolidas, que permanecem por muitos anos, sem nenhum sinal de que irão ser retirados, basta uma caminhada pela comunidade e conversar com alguns moradores para perceber que os entulhos permanecem por muitos anos, e, quando os moradores questionam a URBEL dos problemas provenientes de tais locais e quando irá haver uma solução, a resposta nunca é a esperada e uma solução permanente nunca é encontrada.

A resistência da Prefeitura em atender essas demandas mostrou-se efetiva e fundamental para a desmobilização dos moradores, a ponto de sentirem que as reiteradas reuniões e conversas com a Urbel, sem a realização das mudanças solicitadas, fazem parte de uma estratégia para que eles se cansem e desistam da luta, o que vai no sentido oposto ao esperado para um Programa que tem por objetivo formal promover a qualidade de vida dessas comunidades. (PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA, 2015, p. 19).

Os pretextos usados pela URBEL para a não retirada do entulho são frequentes. Para o PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015), o argumento mais utilizado é a impossibilidade da passagem de máquinas pelos becos para retirar os entulhos, porém, o mesmo estudo mostra que, em muitos desses locais é possível o trânsito de máquinas que possam fazer a retirada do material.

O entulho é um dos principais aspectos físicos que incomodam os moradores do Aglomerado Santa Lúcia. É perceptível que é uma questão presente há muitos anos e não é encontrada uma solução aceitável. A presença de animais que podem trazer riscos à saúde dos moradores, os danos possíveis para as crianças que, sem opção de lazer, brincam nos locais, o mau cheiro causado pela presença de animais mortos que alguns moradores jogam ou que morrem no local, bem como a presença de lixo devido ao descarte inadequado, e o perigo para os transeuntes, principalmente pessoas idosas e com dificuldade de mobilidade.

Destaca-se que a posição adotada pela URBEL em não retirar os entulhos oriundos da demolição parece configurar uma tática de "incentivo" aos moradores que ainda não foram removidos para deixarem suas casas, o quanto antes, de modo a favorecer o andamento das obras e acelerar as negociações com os moradores que ainda resistem em sair de suas casas e aceitar os termos propostos pela prefeitura. (PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA, 2015, p. 12.).

Com a demolição das casas, há uma eventual modificação na rede elétrica em algumas ruas e becos, assim como foi muito bem demonstrado em PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015). Mas é uma queixa frequente entre os moradores que a eletricidade demora a ser retomada, muitas vezes nem ocorrendo, o que causa sensação de medo e insegurança para muitos moradores, que se sentem acuados, com medo da violência, além das dificuldades em caminhar por locais escuros e com desníveis no chão.

Outro ponto importante explorado pelo PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015) diz respeito aos comprovantes de residências que são aceitos, ou não, pela URBEL para a comprovação da propriedade da casa. No Aglomerado Santa Lúcia eram aceitos comprovantes do posto de saúde da região, porém, muitos moradores nunca tiveram cadastro no local e ficavam sem alternativas para comprovar que a residência pertence à família. Ainda, com o passar do tempo a URBEL deixou de aceitar tais documentos como comprovante, alegando má fé de alguns moradores. Fato é que não tem lógica cobrar dos moradores comprovantes formais de residência, já que as favelas são construídas na informalidade.

Assim como acontece nas diversas intervenções do Programa Vila Viva e como já foi explorado anteriormente, no Santa Lúcia não seria diferente, os problemas decorrentes dos valores irrisórios das desocupações, os cálculos são feitos com o valor da benfeitoria das casas, sem considerar a posse do imóvel e a localidade das casas, que, na maioria das vezes estão em regiões super valorizadas pelo capital imobiliário.

Ainda se baseando no trabalho do PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA (2015), alguns moradores que não serão removidos não se sensibilizam com a luta de outros moradores que serão removidos e realocados, ou que irão receber as indenizações, muitas vezes devido a interesses pessoais, pois, com as mudanças feitas na comunidade há uma eminente valorização da região e conseqüentemente dos imóveis, dessa forma, podemos notar um interesse pessoal em prol de um

interesse coletivo. Tal fato pode causar intrigas e desmobilização dentro da comunidade, sendo interessante para o Poder Público.

As consequências das remoções para a população são muitas e recorrentes, independente da comunidade em que está acontecendo, questões que se repetem há anos e parece não haver esforço para serem contornadas e encontradas soluções permanentes. Mais uma vez, os problemas encontrados em outros projetos do Vila Viva se repetiram no Aglomerado Santa Lúcia, questões como a perda de identidade local, que as pessoas estão sujeitas ao verem seus vizinhos e familiares serem removidos sem que haja nenhuma forma de auxílio, e sendo totalmente desconsideradas as especificidades das regiões.

A preocupação com a comunidade é mínima ou não existe, o discurso é sempre de melhoria da qualidade de vida e adequação habitacional, mas tais quesitos estão pautados na lógica da cidade formal, que não abrange as comunidades e favelas que foram construídas em outra lógica. Com a diminuição dos laços de solidariedade devido às mudanças estruturais nas comunidades, se perde as relações antes existentes entre amigos, bem como a estruturação social.

Os projetos do Vila Viva não consideram que tais padrões são diferentes, por exemplo, muitas famílias vivem anos no mesmo terreno e quando a família cresce, a casa também cresce, e com a mudança das famílias para as caixas que são as Unidades Habitacionais, as famílias não têm opção de perpetuar um padrão de vida antes existente. Essas pessoas não têm mesmo a opção de questionar e se verem participantes do processo, tendo seus anseios atendidos, mesmo que parcialmente. “A privação de direitos e a exclusão social lesa a pessoa nos mais diversos âmbitos da vida psíquica, principalmente no que diz respeito à autopercepção, autoconfiança e autoestima.” (PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA, 2015, p. 22 e 23).

Em projetos de intervenções urbanas é garantido, na teoria, as etapas de pré morar e pós morar, que são etapas para acompanhamento das famílias antes das intervenções, para tratar de seus anseios e necessidades, e também após as intervenções, para averiguar as mudanças que ocorreram na vida das pessoas e fazer um acompanhamento social para minimizar os danos psicológicos.

No entanto, segundo o relatório do PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE et al. (2015b), com a terceirização dos projetos, o pré morar passa a ser apenas o cadastro das famílias da comunidade e assuntos que tangem as remoções, enquanto que o pós morar se quer acontece, e quando acontece não abrange os moradores que continuam na comunidade, por não serem considerados atingidos.

Quanto a participação da população, em seu estudo, Silva e Cançado (2015) expõem que houve a realização de 12 encontros entre 2011 e 2012 entre a comunidade e os responsáveis pelas obras, incluindo audiências públicas, para tratar sobre as intervenções do Vila Viva no Santa Lúcia.

No entanto, moradores alegam não terem participado de nenhuma forma do projeto, pois, ao manifestarem seus interesses em relação às obras, nenhum de seus desejos foi atendido. Sendo assim, as pessoas não se sentem parte do processo, não se trata de números de pessoas participantes das reuniões, mas sim das suas ambições serem atendidas, o que não é observado na prática. Percebemos que os desejos do município sempre se sobressaem aos da comunidade, o que vai contra os objetivos do PGE, que visa à participação da população e que as obras estejam voltadas para atender as necessidades das mesmas.

O cidadão não possui igualdade de fala ou de ação perante a Administração Pública. São desiguais os meios de atuação, notando-se colonização discursiva pelo poder. Ou seja, o direito próprio estatal apresenta certas características que tentam paralisar o discurso do indivíduo frente ao Estado, baseando-se numa pressuposta superioridade principiológica do interesse público que a si mesmo justifica.

Observa-se que o Poder Executivo, por meio de laudos técnicos, afirma aos moradores do Aglomerado Santa Lúcia que a área por eles ocupada não é adequada à moradia, pois suscetível a riscos geológicos e ambientais. Como podem os moradores contestar ou checar essa informação? Teriam o conhecimento ou acesso a informação necessária para tanto? (SILVA E CANÇADO, 2015, p. 14).

Outro fato importante citado pelo PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE et al. (2015b), refere-se ao fato da urbanização ocorrer antes da regularização fundiária, que em muitos casos não ocorre. Como os moradores de vilas e favela são considerados ocupantes de má fé pelo Poder Público, a indenização ou a Unidade Habitacional que as pessoas recebem são tratadas como presente pelo executor das obras. Com isso, as pessoas ficam desarticuladas em se mobilizarem para obter

os seus direitos, pois elas não têm a sensação de segurança de que as casas as pertencem.

Todos esses problemas e muitos outros serão detalhados no capítulo 5 deste trabalho, com situações reais e relatos de moradores do Aglomerado Santa Lúcia.

### **3. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICO)**

#### **3.1 Geral**

Analisar os efeitos decorrentes do Programa Vila Viva, em execução no aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte/MG, nas pessoas e famílias não removidas pelo Programa.

#### **3.2 Específicos**

Identificar as mudanças nas vidas das famílias entrevistadas que vivem perto dos locais onde ocorreram remoções decorrentes do Vila Viva, focando em aspectos de saúde, aspectos sociais, de segurança, perda de capital social;

Fortalecer as narrativas e lugares de fala dos moradores direta e indiretamente afetados com os processos de remoções e mobilidades forçadas em decorrência do Programa Vila Viva.

### **4. MÉTODO**

A pesquisa foi realizada com observações diretas de campo, abrangendo 9 famílias que convivem com a situação em estudo. O roteiro da entrevista é semi-estruturado, para dar mais fluidez à conversa e não limitar a resposta dos moradores, que por sua vez foram realizadas nas visitas de campo, pretendendo dar visibilidade a essas pessoas com a reconstrução de suas experiências e as mudanças que ocorreram em suas vidas.

Neste sentido, o estudo é focado na análise da história de vida dos entrevistados, que estão inseridos naquele contexto específico e que, por sua vez, são capazes de contribuir com suas experiências acerca do objeto de estudo de interesse. De acordo com Ramos e Koga (2011), “Como uma das expressões do direcionamento da análise sociológica ao sujeito social, tem se disseminado a utilização de técnicas conhecidas como “História de vida” e “Análise de trajetórias”. (p 341).

Os mesmos autores ainda classificam como trajetória de vida as pesquisas que envolvam o campo sociourbanístico, sendo que o indivíduo é representante de uma comunidade ou grupo social, e não um sujeito isolado que pretende ser estudado.

Um dos principais aspectos a serem considerados para a compreensão do uso que se faz em análises baseadas em histórias de vida é que, em última instância, não estamos interessados na história de um indivíduo. Por mais paradoxal que isto possa parecer, estamos interessados no que as experiências de vida desse indivíduo podem revelar a respeito de determinado objeto de pesquisa sobre o qual temos interesse. Buscamos com essa técnica revelar como operam sobre esse indivíduo os processos sociais nos quais ele está inserido, quais são suas redes sociais e o potencial significado na conformação da identidade de determinado grupo social. Neste sentido, há poucas alternativas ao uso deste método. A profundidade exigida para uma investigação dessa natureza acaba por definir uma estratégia de aproximação gradual de reconstituição de trajetórias de vários indivíduos. (RAMOS e KOGA, 2011, p. 341 e 342).

Matos e Senna (2011) complementam que, as lembranças não são apenas de um indivíduo, mas ele está inserido de tal forma em um contexto familiar e comunitário que as suas lembranças envolvem também a coletividade, sofrendo interferências do grupo social ao qual o sujeito está engendrado.

Na escolha da amostra a ser estudada, se deu prioridade no desígnio de famílias que vivem perto das pessoas que foram removidas, considerando que deveriam ser vizinhas de tais pessoas e que tenha tido alguma relação mais próxima com as pessoas removidas, para que se garantam informações que sejam coniventes com o objetivo da pesquisa, que por sua vez é analisar as mudanças na vida de quem não foi removido, considerando o impacto da perda de uma pessoa próxima para a qualidade de vida e capital social.

Dessa forma, a amostra escolhida foi baseada nas famílias que vivem na Rua Principal do Aglomerado Santa Lúcia ou nos becos transversais a essa rua, desde que fossem vizinhos às pessoas removidas e que demonstraram ter tido alguma ligação com as pessoas que foram removidas.

Algo muito interessante observado em pesquisa de campo e que contribuiu significativamente para a quantidade de famílias a serem entrevistadas, foi o fato de que grande parte das casas na Rua Principal estavam ocupadas por moradores novos, que declararam estar morando de aluguel no local há pouco tempo. Tal situação diminui o universo de abrangência de entrevistados, mas mostra um fato interessante sobre uma nova dinâmica ocorrendo no aglomerado, devido à especulação imobiliária.

O PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA (2011) também observa dinâmica similar acontecendo no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, e relatou que, com

muitas remoções ocorrendo, a demanda por casas dentro do aglomerado aumentou e em consequência os preços subiram, enquanto que a quantidade de imóveis permanece a mesma ou é menor, fazendo com que muitos proprietários colocassem suas residências para serem alugadas e lucrando mais com isso em comparação com antes das intervenções do Vila Viva.

Para a realização de tal tipo de pesquisa, John Dollard (1935 apud RAMOS e KOGA, 2011, p. 343) cita alguns critérios que devem ser considerados na aplicação das pesquisas de história de vida, sendo citados aqui apenas alguns deles. Dessa forma, para Dollard, o pesquisado deve estar inserido na sociedade a ser analisada e deve ser o exemplo mais adequado dentre as opções de pessoas disponíveis, para que, essa represente as atitudes e comportamento cultural que se quer observar, além de fazer parte da organização social a qual está inserido.

Devido a este fator, os selecionados para serem entrevistados na presente pesquisa são apenas pessoas que mantinham relações e contato próximo com os moradores que foram removidos, em vista de facilitar a compreensão da dimensão do processo de remoção na comunidade, considerando que as pessoas escolhidas estão mais aptas a compartilharem as suas histórias de vida de um modo mais abrangente e completo.

Outro critério importante seria considerar o aspecto socializador que a família tem dentro de uma comunidade, dessa forma, uma importante abordagem é considerar que a família como um todo tem um importante papel na transmissão da cultura de uma população. Sendo assim, este trabalho tem como prioridade entrevistar as famílias completas, desde a pessoa mais velha até as mais novas, para abranger um universo totalizador a respeito das consequências das remoções forçadas e espontâneas dos vizinhos para a família em questão.

Nessa perspectiva, mesmo que as entrevistas sejam feitas individualmente ou um relato seja pessoal, ela se apóia e demonstra as ações do indivíduo na vida social, como comunidade, assim como apontado por Nogueira (1975 apud RAMOS e KOGA, 2011, p. 344).

As entrevistas foram feitas com gravação de áudio para posterior avaliação, com o material cedido pelo Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito

da UFMG, com anterior autorização dos entrevistados através da assinatura de termo de consentimento.

Dessa forma, as entrevistas buscam conhecer as experiências das pessoas que vivem no aglomerado através da história oral de suas vidas, contadas por elas mesmas que vivenciaram e vivenciam efetivamente o processo. Essa tendência vem sendo muito comum em pesquisas nos últimos 25 anos, assim como argumenta Matos e Senna (2011), afirmando que essa prática vem crescendo nos últimos anos e ganhando mais adeptos por apresentar uma maior proximidade com o presente, já que tal modelo depende da memória do entrevistado, e, sendo assim, ela representa o presente, não podendo ir muito além no tempo.

Tal técnica se mostra ainda mais eficaz e necessária quando observamos diversos documentos e trabalhos contados a partir de documentos oficiais e relatórios institucionais, demonstrando apenas um lado da história e dos acontecimentos. Com isso, o uso da história oral é muito importante para os moradores da comunidade por “reconhecer e tratar estes indivíduos como capazes de serem sujeitos da História” Fortunato e Ruscheinsky (2004), pois, abre caminho para que possam falar e contar sua história de vida, a partir do seu ponto de vista e suas experiências.

As entrevistas foram transcritas e analisadas, contando com o recurso da análise do discurso, conforme proposto por Bardin (2009), para elaboração da versão final do trabalho de conclusão de curso.

Para cumprir com tal finalidade, foi investigada a percepção dos moradores em relação à sua vida antes e depois da chegada do programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia para saber se, de fato, houve mudanças na relação com o território.

O objetivo da presente pesquisa se baseia no método da pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa. As informações foram coletadas em pesquisa de campo, com algumas visitas à comunidade para entrevistar os moradores de interesse anteriormente selecionados.

Tais entrevistas se referem a “Entrevistas por Pautas”, assim como classificado por Gil (2008). Nessas entrevistas, o entrevistador semi-estrutura uma

conversa determinada por pontos de interesses que desejam ser explorados. As perguntas não são feitas de forma direta e seguindo uma cronologia, deixando o entrevistado livre para expor o que deseja falar, cabe ao entrevistador perceber o momento em que o assunto está sendo desviado e voltar à conversa para a pauta de interesse.

Nesse tipo de pesquisa, é importante que o pesquisador conheça o universo em que está se inserindo, e se afaste um pouco de suas concepções pessoais e acadêmicas, para que, ao final da pesquisa, ela não seja embasada nas concepções do pesquisador. Piovesan e Temporini (1995) expõem com clareza tal questão, mostrando que, é evidente que existam diferenças entre as concepções populares e as concepções científicas.

Para que o pesquisador se distancie das suas concepções pessoais, é importante que sejam feitos trabalhos diretos com a comunidade, que sejam realizadas conversas para entrar em contato direto com o universo do grupo de estudo, objetivando entender sua linguagem e suas concepções acerca do elemento de pesquisa. Na presente pesquisa, a extensão universitária realizada junto à comunidade através do Programa Polos de Cidadania foi essencial para que a pesquisadora pudesse entender o universo e as concepções da comunidade, e não se basear apenas em estudos realizados por outros pesquisadores.

Ainda, de acordo com Piovesan e Temporini (1995), é importante que nas entrevistas o pesquisador consiga expor ao máximo a subjetividade em suas perguntas, para que não leve a uma resposta direcionada do entrevistado. Para o autor, tal situação é muito difícil de ser controlada, mas deve ser levado ao máximo o esforço para que isso ocorra.

Quanto ao método de pesquisa exploratória, retomando o que já foi dito anteriormente nesse trabalho, é uma pesquisa necessária quando há quantidade limitada de informações sobre um problema, ela é necessária para melhor entendimento da situação, como também para produzir maior volume de dados para futuros estudos na área. Manerikar e Manerikar (2014) argumentam que, para problemas que ainda não tem um direcionamento adequado, é importante que haja uma orientação para o pesquisador, que é feita a partir da pesquisa exploratória. O

diagnóstico do problema é de total importância para que os problemas sejam desenvolvidos com mais profundidade em pesquisas posteriores.

No presente trabalho, foram apontados problemas presentes na comunidade, a partir de concepções dos próprios moradores. Os dados foram levantados e assinalados os problemas, todos os incômodos e apontamentos dos moradores foram diagnosticados como sendo de total importância para serem tratados pelo Poder Público em futuras intervenções.

Ainda segundo Manerikar e Manerikar (2014), na pesquisa exploratória há uma série de descobertas e apontamentos, mas ela serve justamente para demonstrar os pontos de maior significância. Sendo assim, posteriormente poderá ser realizado um estudo mais aprofundado sobre o objeto de desejo que, por sua vez, foi anteriormente exposto pela pesquisa exploratória.

Como revelado anteriormente, o estágio no Programa Polos de Cidadania ajudou a compor o interesse pela produção deste trabalho, além de contribuir para o conhecimento do local de pesquisa e das pessoas que vivem no Aglomerado Santa Lúcia.

No primeiro semestre de 2017 foi feito um pré-campo com um morador do aglomerado e que também realiza trabalhos juntamente com o Programa Polos, nesse pré-campo aconteceu uma visita à Vila São Bento, uma das Vilas mais atingidas pelas intervenções estruturantes no aglomerado, com o intuito de fazer o reconhecimento do local e conversar com alguns moradores. Na visita, foi constatado que a maioria dos moradores já haviam sido removidos, e os que ainda restavam, seriam removidos em algum momento, pois já tinham suas casas seladas pela URBEL. Visto isso, houve a conclusão de que a Vila São Bento não serviria como local de interesse para a pesquisa, porque, como já é sabido, o foco são os moradores que não serão removidos e que são vizinhos de pessoas que foram removidas.

Sendo assim, houve uma mudança sobre o local em que seriam feitas as entrevistas, sendo decidido por se fazer na Avenida Principal. Em 15/02/2017, fiz uma visita à sede da URBEL localizada no Aglomerado, para conversar com os representantes do órgão. Nessa visita, consegui obter fotos do mapa do projeto das

obras no aglomerado, que expõe as modificações que serão feitas, as casas que serão demolidas e as que permanecerão. Esse fato facilitou muito no momento de conversar com os moradores, pois era possível saber com mais clareza as casas que não seriam removidas. Posteriormente, houve uma tentativa de conseguir mapas referentes ao aglomerado antes das intervenções, para que houvesse um comparativo, mas não foi possível, pois alegaram que seria impossível fornecer essa informação.

Em Fevereiro de 2017 foi feito um pré-campo objetivando um primeiro contato com as possíveis famílias a serem entrevistadas. Com a ajuda do mapa fornecido pela URBEL, algumas idas a campo foram necessárias e houve um mapeamento das casas que se encaixavam no tema de pesquisa (famílias que eram vizinhas às pessoas que foram removidas, desde que morassem no local há certo tempo e tivessem tido contato com os antigos vizinhos), pessoas que moravam de aluguel ou se mudaram há pouco tempo foram desconsideradas, pois, concluiu-se que elas não se encaixavam no requisito de perda de laços com os antigos vizinhos. Além disso, algumas fotos foram tiradas para representação do local.

O pré-campo também contribuiu para formulação das perguntas que iriam constar na entrevista semi-estruturada, ressaltando que não havia um roteiro de entrevista, e sim um direcionamento para não fugir do foco. Em Setembro e Outubro de 2017 foi o momento de voltar ao aglomerado para realização das entrevistas e para fotografar novamente os locais onde os entrevistados moram. Assim como na maioria dos trabalhos que envolvem pessoas, algumas coisas não saem como planejadas.

Algumas famílias que anteriormente haviam manifestado interesse em participar das entrevistas, neste momento não estavam mais interessadas, bem como outras pessoas que não haviam me recebido em suas casas, desta vez foram muito receptivas e colaboraram com a pesquisa, além de algumas pessoas não se encontrarem na residência em nenhum dos diferentes dias e horários em que estive no local.

Vale ressaltar a dificuldade enfrentada e o medo por ser uma pesquisadora mulher, sozinha em um local “desconhecido”. Mesmo me sentindo segura e a vontade com as pessoas nas ruas, em alguns momentos houve a necessidade de

adentrar casas em que só havia um homem no momento da entrevista. Apesar do medo, era sabido da importância e da necessidade da coleta de dados, e em nenhum momento, mesmo com a insegurança, me senti assediada pelos moradores entrevistados. Por outro lado, houve pessoas que só me receberam em suas casas por ser mulher, pois alegaram ter medo de receber “qualquer um” e colocar dentro de casa, principalmente, isso ocorria quando as entrevistadas eram mulheres. Posteriormente à coleta de dados, foi feita a transcrição de todas as entrevistas, sendo fiel a todas as falas.

Retomando o que já foi falado, foram priorizadas para realização das entrevistas as residências localizadas na Avenida Principal do aglomerado, e os becos próximos, desde que tivessem sofrido intervenções do Programa Vila Viva.

No começo da Avenida Principal, local que faz fronteira com a Av. Nossa Senhora do Carmo, até o momento do contato com a comunidade, as casas que margeiam a Av. Nossa Senhora do Carmo foram completamente destruídas e já havia a presença de obras referentes à construção da Via do Bicão, como exposto na foto a seguir, mas antes, há uma foto expondo a legenda para melhor entendimento do leitor. Visando preservar a identidade dos entrevistados, não serão expostas as casas dos moradores.

**Figura 1 - Legenda**

LEGENDA	
000000	SELOS COM DOCUMENTAÇÃO PENDENTE
000000	SELOS LIBERADOS PARA DEMOLIÇÃO
000000	SELOS EM NEGOCIAÇÃO
000000	SELOS CONJUNTO 2/3
000000	SELOS CONJUNTO 10
000000	SELOS AR PRINCIPAL
000000	SELOS PLANILHA CHEQUES
	CASAS/SELOS DOC. PENDENTES
	CASAS/SELOS NÃO NEGOCIAR
	CASAS/SELOS A SER LIBERADOS
	CASAS/SELOS DEMOLIDOS
	CASAS/SELOS JUDICIAL
	CASAS PRIORIDADE FRETE DE OBRAS
	REMOÇÕES EM ANDAMENTO
	LIMITE PARQUES

**Fonte: URBEL**

Figura 2 – Rua Principal

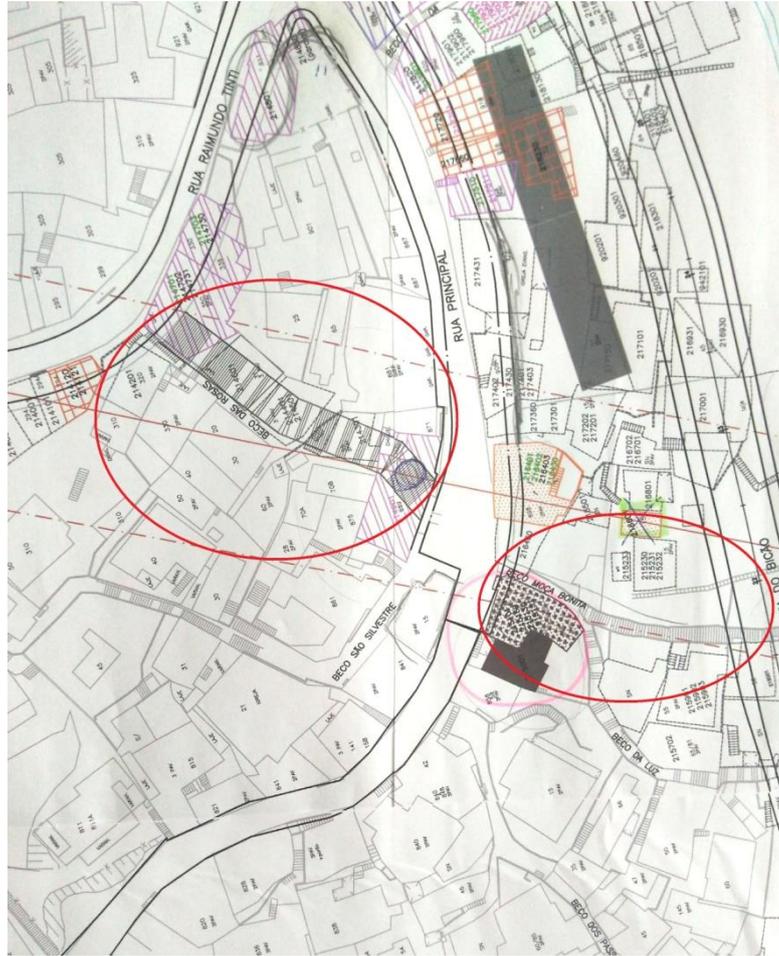


Fonte: URBEL e Autoria Própria (2017)

Segue mapa do Beco das Rosas e Beco Moça Bonita, dois locais onde foram realizadas entrevistas. No Beco das Rosas, a queixa mais constante está relacionada à presença de entulhos e as consequências, pois, neste beco as casas foram demolidas parcialmente, permanecendo a presença de entulhos e as paredes externas das casas. É interessante observar que este é um beco pouco acessível, existe apenas uma entrada que é feita por uma escadaria, visto isso, fica a reflexão de que, baseado em outras intervenções, haverá a retirada dos entulhos ou não, o que se observa em estudos feitos em outras comunidades é que esses entulhos nunca são retirados, mesmo após o término das obras.

O Beco Moça Bonita, assim como a Avenida Principal, sofre com a presença de máquinas pesadas trabalhando muito próximas às casas, os problemas mais recorrentes são relacionados aos danos causados na estrutura da casa e a poeira que invade a residência.

Figura 3



Fonte: URBEL

*Figura 4 – Beco das Rosas*



*Fonte: Aatoria Própria (2017)*

*Figura 5 – Beco Moça Bonita*



*Fonte: Aatoria Própria (2017)*

O último trecho corresponde ao Beco Capelinha Central, os moradores deste local expõe muito sobre as dificuldades de conviver com a baixa ou ausente iluminação do beco, bem como a presença de traficantes e usuários de drogas, que contribuem para compor a sensação de medo.

Figura 6 – Beco Capelinha Central



Fonte: URBEL e Autoria Própria (2017)

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da utilização da metodologia da Análise do Discurso, serão apresentados os dados coletados e analisados, representando as informações necessárias para o entendimento do leitor quanto à discussão a respeito do assunto em estudo.

Inicialmente, serão apresentados relatos de pessoas que são afetadas pelas intervenções no aglomerado, mesmo não se reconhecendo como tal, levadas a acreditar que os atingidos são apenas as famílias removidas do aglomerado, partindo de um entendimento e um discurso construído pelos órgãos públicos e por grande parte da sociedade. Em seguida serão apresentados dados de como as pessoas são afetadas com os aspectos físicos da obra, as mudanças e problemas que são visíveis pelos próprios moradores e por quem vê a situação de fora, tais mudanças são visuais e interferem de forma significativa na vida das pessoas.

Ainda, os moradores são afetados em aspectos sociais das obras, esses detalhes também foram relatados pelos moradores e serão apresentados em discursos aqui, de como tais mudanças são prejudiciais e impactantes na vida dos moradores. A última análise corresponde à falta de reconhecimento da condição de afetado por parte do poder público, que se beneficia dessa condição para negar os direitos e não dar a assistência necessária aos moradores que permanecem no aglomerado.

Mais da metade dos moradores entrevistados nesta pesquisa exploratória disseram não ser afetados pelas intervenções do programa Vila Viva no aglomerado Santa Lúcia. Eles citam inúmeros motivos de como as obras e as intervenções mudaram aspectos de suas vidas, sejam eles físicos ou sociais, mas quando questionados se são considerados afetados pelas intervenções urbanísticas, os entrevistados dizem não ser afetados.

Esse não reconhecimento de si e da sua própria condição de vida, assim como de sua família como atingido pelo empreendimento, está relacionado à falta de apoio e reconhecimento mútuo dentro da comunidade e também do poder público, que não presta a devida e necessária assistência às pessoas não removidas do aglomerado nas fases da intervenção (antes, durante e depois). Porém, é muito importante salientar que as modificações estruturais e sociais no aglomerado afetam

a todos os moradores de alguma forma, mesmo aqueles que moram em uma rua que não haverá interferência direta.

A seguir, podemos ver um exemplo no qual uma das entrevistadas, ao ser indagada se é uma afetada pelas intervenções do programa Vila Viva, afirma que não, havendo, logo em seguida, o relato da perda de contato com as pessoas de sua convivência, entre outros elementos salientados por ela.

Entrevistadora: *“É então A... é você se considera uma atingida pelo programa Vila Viva? Pelas intervenções da prefeitura?”*

Moradora A: *“não.”*

Entrevistadora: *“não... se você, como você acha que você foi e você assim, de alguma forma as obras ou as intervenções aí vem afetando sua vida, assim? Se mudou alguma coisa, se era de uma forma antes e agora depois das intervenções é de outra forma.”*

Moradora A: *“única coisa que mudou mesmo foi a convivência, conviver com as pessoas que moravam aqui há muitos anos já, e agora é muito difícil a gente se ver, se encontrar, por causa do meu trabalho eu quase não saio tem que ficar aqui, e é muito difícil as pessoas virem de lá pra cá, porque é distante, de lá mesmo já vai pro trabalho, já vai pra escola.”*

Reforçando, como já dito anteriormente, devido à falta de informação e atenção por parte da PBH e da URBEL, alguns moradores que não foram e não serão removidos consideram como atingidos pelas intervenções do programa Vila Viva apenas as pessoas que foram removidas de suas casas e agora estão morando em outros locais. Assim, as pessoas que ficam na comunidade não são consideradas, mesmo com todas as alterações em suas vidas decorrentes das intervenções no aglomerado. Para exemplificar tal questão vejamos alguns outros exemplos.

Moradora A: *“Pessoas que moravam aqui que foram desabrigados todos foram pros predinhos, nenhuma pegou a indenização em dinheiro, todas foram pro predinhos, então, de relevante de mudança que teve foi só isso, a convivência que*

*não tem mais com essas pessoas, a na questão da desocupação não me atingiu não, minha casa não saiu...”*

*Senhor P: “... O ponto que eu esqueci foi que, é... na hora de tomar essa decisão, o professor que é morador daqui e o padre eles sugeriu pra convocar a comunidade toda, eu sugeri que não, não era a comunidade toda que estava sendo removida, não era a comunidade toda que estava sendo ou beneficiada ou prejudicada, está sendo removida as pessoas que foram cadastrada que tinha ficha na suas casa, já um selo que seria um documento de identificação dessas pessoas pra votar ou na assembléia ou plebiscito, ai eles defenderam mais ai no final o ministério público também concordou que eu estava certo, então colocaram para as pessoas votarem só quem tivesse o selo na sua casa, levar o documento de selo, então isso ai foi uma coisa também que eles entenderam que era o certo...”*

O não reconhecimento como afetado é uma situação mais prejudicial para a comunidade do que pode parecer, pois, quando não se tem a noção de sua condição, também não há mobilização da comunidade para reclamar e tentar resolver os problemas causados pelas obras diretamente com os responsáveis, porque alguns moradores podem não perceber que os danos causados em suas vidas são decorrentes das obras feitas pela URBEL.

### **ASPECTOS FÍSICOS**

Os aspectos físicos considerados relativos aos efeitos do Vila Viva são aqueles que afetam a vida das pessoas de uma forma visível para todos, não apenas para alguém específico, basta apenas conversar com os moradores ou passar por alguns lugares dentro da comunidade para notar tais aspectos.

Algumas aparições tiveram destaque entre os moradores entrevistados e devem ser expostos para análise neste trabalho, como, lixo e o entulho decorrente das demolições das casas, mau cheiro causado pela presença do lixo, doenças que aparecem pela presença da sujeira, perigo para as crianças que brincam em locais arriscados, poeira proveniente das obras, mudança na estrutura das casas adotadas por alguns moradores para minimizar os efeitos causados pelas obras, aumento no trânsito, poluição visual do aglomerado.

Um fato muito aparente e que é uma reclamação constante dos moradores é referente aos transtornos causados por demolições de casas realizadas pela URBEL no aglomerado, mas que ainda se encontram com parte da estrutura de pé ou os entulhos ainda permanecem no local da demolição. Os responsáveis por tais transtornos muitas vezes são os próprios moradores, mas também o poder público que não planejou corretamente o andamento da obra.

O despejo de lixo doméstico nas casas parcialmente demolidas possivelmente é um dos principais responsáveis pelo mau cheiro que incomoda a vizinhança. A coleta de lixo na comunidade não chega até os becos e as pessoas que moram nesses locais precisam ir até um ponto mais acessível que os caminhões da coleta de lixo têm acesso, com isso, alguns moradores acabam encontrando uma “alternativa” mais simples, o despejo de lixo em um local mais perto de suas casas, acarretando no acúmulo de lixo nas casas que foram parcialmente demolidas pela prefeitura, onde não há mais moradores, mas restam a estrutura e entulho, ainda, há pessoas que usam tais locais como “banheiro”.

Fato é que, na vizinhança dessas moradias parcialmente destruídas ainda vivem diversas famílias, que convivem diariamente com transtornos causados pela presença de entulho e lixo perto de suas casas.

Figura 7



Fonte: Autoria Própria (2017)

O mau cheiro que invade as casas, causado pelo despejo de lixo é uma queixa constante entre os moradores que permanecem nos becos e ruas do aglomerado. Ainda, tal conjunto de problemas reflete no aumento da probabilidade da aparição de doenças para as famílias que vivem próximas as casas demolidas, pois, com a presença de entulho e lixo, há também a aparição de animais e insetos causadores de doenças, tais como ratos, mosquitos, escorpião, ocasionando em insegurança maior para os moradores.

Também, há perigo aparente para as crianças que brincam nesses locais por falta de espaços para lazer, um dos moradores entrevistados diz haver crianças que se aventuram em se divertir nas casas parcialmente demolidas, e que isso pode ser muito perigoso para as crianças, devido à exposição a diversas doenças e animais peçonhentos que vivem nesses locais.

Senhor E: *“Inclusive teve até menino, menino fica brincando ai ó, menino criança brinca nesse negocio esse trem abandonado ai... daí é muito perigoso, aparece um escorpião morde esses menino ai.”*

Entrevistadora: *“Eles brinca dentro das casas ali?”*

Senhor E: *“É eles fica brincando dentro das casa ai, coitado os menino não tem lugar de ficar uai, um lugar pra viajar então eles fica ai brincando nesses trem abandonado ai.”*

Uma das moradoras do aglomerado relatou o incômodo do despejo de lixo, antes do início das obras as pessoas já faziam o despejo inadequado do lixo, mas agora com mais espaços para tal atitude, os moradores realizam tal costume com mais frequência e menos responsabilidade.

Entrevistadora: *“Entendi... e pra ta, cê falou que melhoria não chegou, pra pior cê acha que mudou alguma coisa?”*

Moradora A: *“Agora tem a essa questão da poeira, do lixo, né... já é já aqui já tinha essa questão do lixo, as pessoas aqui são bem sem consciência em questão a isso, mais agora aumentou, né então um espaço a mais pra eles fazer despejo de lixo... essas casa vazias que eles só tiraram o pessoal e não jogou no chão, muito usuário de droga, entendeu? Então assim, tem essa, essa amolação por causa disso.”*

Outro morador acusa a atitude de outros moradores que são responsáveis pelos transtornos causadores do mau cheiro. Porém, é importante salientar que, sem as ações anteriormente feitas pela URBEL, não haveria locais disponíveis para as pessoas jogarem seus lixos. O entrevistado ainda alega que esse fato causou mudanças na sua vida e convivência com amigos, pois, ele tem vergonha de levar visitas em sua casa, devido ao mau cheiro que predomina na região, causado pela presença de lixo.

Senhor E: *“E ai parece que parou lá e pra eles mexer e ta lá, então esse negocio ta dando mau cheiro aqui agora, onde os pessoal saiu ta dando mau cheiro.”*

Entrevistadora: *“A na casa aqui que saiu ai?”*

Senhor E: *“O pessoal ta jogando entulho ai, joga móvel véi, eletrodoméstico velho joga tudo ai, agora parece que ta dando, de uns tempo pra cá parece que ta dando assim um mau cheiro.”*

Entrevistadora: *“Entendi.”*

Senhor E: *“Tem dia que eu fico até com vergonha de trazer visita pra cá porque nossa Deus, fico até com vergonha...”*

O mesmo morador, Senhor E, se diz incomodado com a presença do entulho e do lixo, e relata o medo da aparição de animais e insetos que possam fazer mal à sua saúde.

Senhor E: *“Ah não veio não, da cobra aí, dá lacraia, escorpião nisso ai, os vizinho tão tudo reclamando ai ó... tem dia que eu ate comento com eles ai que dia que esse negócio vai sair daqui, que dia que eles vão limpar esse negocio aqui, até quando que isso vai ficar ai... não a gente fica até preocupado né, a gente que mora pertinho aqui fica com medo de aparecer algum bicho aqui dentro da casa da gente vem desses negócio aí.”*

Entrevistadora: *“Já chegou a aparecer algum bicho aqui ou não?”*

Senhor E: *“A graças a Deus não.”*

Entrevistadora: *“Só.”*

Senhor E: *“As vezes mais é barata de esgoto, esses esgoto barata só isso só, de resto... graças a Deus apareceu não.”*

Já percebemos que o problema é recorrente e afeta muitos moradores, a presença de entulho e lixo não tem apenas uma consequência, mas várias, e é um problema que está presente desde o início das obras na comunidade, uma queixa frequente entre os moradores e que nunca obteve uma solução ou foi amenizada de alguma forma. Um dos moradores relata ter que conviver com tal transtorno durante anos, desde o início das obras.

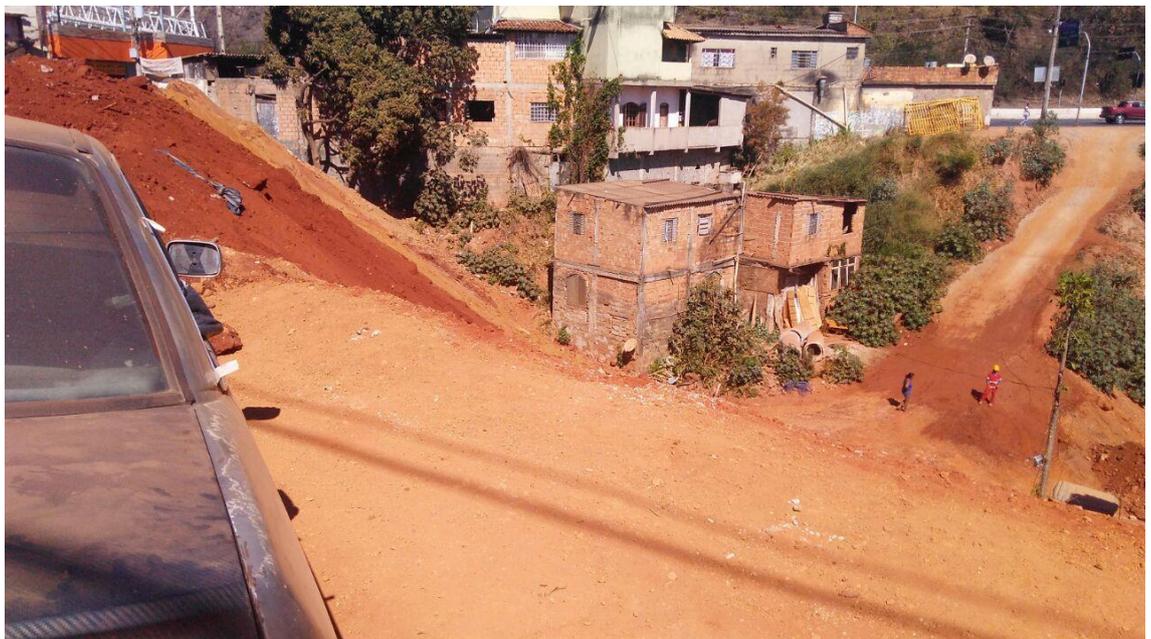
Senhor K: *“Eu falo pra... igual agora é período de chuva né... então nós tem quase... tem... três anos já que parece que eles quebrou essa casa ai porque eu lembro que foi no período de chuva então tava chovendo bastante... então deu muito*

*foco de dengue... é bicho, barata... é aranha, um tanto de coisa e... querendo ou não alguma das vezes, as vezes atrapalhava até acesso a..."*

É visível a falta de consciência de alguns moradores, que vêm nas casas demolidas uma opção mais fácil e prática de despejo de lixo e entulho, uma saída seria optar pela remoção das famílias em um momento mais próximo do começo das obras no local em questão, evitando os transtornos que são causados pela permanência da estrutura das casas e os entulhos. Ainda, ao demolir uma casa, os entulhos não são retirados, e muitas crianças brincam nesses locais, estando sujeitas à doenças e perigos de se machucar, dessa forma, deveriam ser retirados os entulhos imediatamente após o momento da demolição das casas.

Outro problema que apareceu em mais da metade das entrevistas é a questão da poeira que chega até as casas em decorrência das obras. Esse fato está mais presente, principalmente, para as famílias que estão localizadas próximas aos locais que acontecem as obras no momento que foram realizadas as entrevistas, pois, por estarem muito próximas às obras, essas pessoas convivem mais diretamente com o problema.

*Figura 8*



Fonte: Autoria Própria (2017)

Os moradores afirmam ser necessário limpar sua casa com muita freqüência, porque a poeira invade as residências, ainda, observam-se os transtornos com a demora e o prolongamento das obras, que em muitos casos se arrastam durante anos e os moradores convivem com os transtornos causados pela poeira durante todo esse tempo. Vejamos exemplos em falas de dois moradores da comunidade:

Senhor E: *“ah aqui nós ficou foi pior, a é uma poeirada nossa minhas coisa não para limpa mais não ai, fica aquela terraiada ali, aquelas perdas da frente que es fizeram ali vem tudo, o vento sopra lá quando eles ta mexendo lá vem tudo pra cá... ai meus móvel não para limpo, todo dia tem que ficar limpando.”*

Entrevistadora: *“É “E”, a senhora se considera como atingida pelas intervenções do programa Vila Viva?”*

Senhora E: *“A eu... eu penso assim essa poeirada que ta essas coisa assim né, cê vê que a prefeitura não veio aqui... não anda de pressa com os trem né ta parecendo um atingido por causa dessas poeira desses pó.”*

Entrevistadora: *“Entendi, é... além...”*

Senhora E: *“Limpa o pó olha pro cê vê como é que fica, a gente limpa a casa e olha a área li como que fica.”*

A poeira é um fator muito agravante na vida dessas pessoas, a principal alegação é a sujeira que fica nas casas, as pessoas podem limpar, mas logo depois todos os móveis estão sujos novamente, além da possibilidade de trazer prejuízos à saúde. Porém, é impossível que ocorra esse tipo de obra sem haver consequências como a dispersão de poeira, mas a demora das obras agrava ainda mais a situação dos atingidos.

Devido aos transtornos causados pelas obras, algumas famílias tiveram a estrutura de suas casas modificadas, ou modificaram a estrutura de suas casas para minimizar os efeitos causados pelas intervenções e corrigir alguns problemas na estrutura da casa.

Com o emprego de grandes máquinas para realização das obras do programa Vila Viva, algumas casas que se encontram próximas as obras tiveram a estrutura física comprometida, tremores e rachaduras nas paredes das casas é algo

recorrente para os moradores. Tal questão em si já é muito impactante, mas o agravante está no fato de que, o poder público não presta assistência nas casas que tiveram suas estruturas prejudicadas, como também não se interessa em saber se as casas estão sendo comprometidas com as obras e se os moradores precisam de algum auxílio.

Figura 9



Fonte: Autoria Própria (2017)

Entrevistadora: *“Quando cê fala das estrutura, cê fala da estrutura da casa ou... sei lá, do social, de vida?”*

Senhor J: *“Não da casa, a casa treme muito, cê vê que tem muita casa que, as que ficaram estão rachada, inclusive a da minha mãe, e a gente... tinha um pessoal ai da... é... ai gente o pessoal do, eu esqueci o nome deles, e a gente ainda conversou com eles e ai eles falou que a gente tinha que procurar o CRAS região pra expor isso pra eles manda alguém da uma olhada, só que não deu em nada, ficou por isso mesmo.”*

Alem disso, há casos de moradores que precisam investir seu próprio dinheiro para reparar danos em suas casas que são causados pelas obras. O morador Senhor “O” afirma que a casa de sua vizinha foi removida há algum tempo, mas restou a estrutura da casa, que com as chuvas acaba causando infiltrações em sua residência, pois não há mais a casa da vizinha para barrar a água da chuva. O morador alega que já entrou em contato com o poder público pelo menos uma vez para tentar corrigir o problema, mas que nada foi resolvido. Dessa forma, como já dito anteriormente, essa família investiu do próprio dinheiro para tentar corrigir os problemas que a demolição da casa vizinha estava causando em sua residência.

Senhor O: *“Não sobre a... não eles tiveram aqui é o seguinte... pra ver um negócio que eles quebrou aqui, e deixou todo trapaiado né, aí é o seguinte ai eu fui lá, umas duas ou três vez pra eles vim fazer um capeamento aqui pra... que... é lá em cima né, ai então do jeito que tava a água penetrava e entrava tudo dentro de casa aqui.”*

Entrevistadora: *“Ah entendi, na casa do vizinho?”*

Senhor O: *“É a casa de cima aqui, da dona Maria.”*

Entrevistadora: *“Ela já saiu ou vai sair ainda?”*

Senhor O: *“Saiu.”*

Senhor O: *“Ala, como é que pipocou tudo aqui, esfriou tudo na chuva bater lá então, na parte que... que o alicerce ta pra baixo pi, porque isso aqui é um muro de arrima, mais aquele arrima que eles fazia antigamente com entulho com essas coisa assim, não é um trem seguro né.”*

Entrevistadora: *“sei, ah tá.”*

Senhor O: *“Ai então, agora eu to igual aqui ó, chove tamem todo ano eu arrumo isso... aí não é, já entre minha casa com a de lá, então seguinte eu que tinha que arrumar um jeito de tapar o... o vão lá com teia coisa pa, num chover no canto né.”*

Senhor O: *“Mas sobre assim, só isso só o negócio da coisa ai eu não vi ela peguei comprei um material ai gastei acho que uns quinhentos e tantos real... pa*

*acertar aquilo ali que tava todo mundo jogando entulho sabe? Daí ia só subino... ai eu falei ah não tem jeito não ieu mermo vou ter que cercar isso, ai comprei, ai evitou um mucado né.”*

Entrevistadora: *“Deu uma melhorada mais...”*

Senhor O: *“Mais é um negocio que não ta seguro... que... eu botei uma massa lá comprei uma argamassa, é até dessa boa C3, e pus uma cerâmica em cima da outra, e rejuntei bem arrejuntado, vão ver se num vai da probrema... é um caso que, se for o caso cê podia até oia aqui uma chuva que deu.”*

Esse é um problema público muito sério, principalmente pelo fato de que as obras estão inseridas em uma comunidade carente, de baixa renda, o mínimo que elas precisam é que o poder público arque com as consequências de suas ações.

As intervenções já realizadas e as que ainda estão acontecendo são responsáveis, segundo alguns moradores, pelo agravamento do trânsito dentro das ruas do aglomerado. A Fala da moradora “U” simplifica bem esse problema.

Moradora L: *“Ai num, esse lado ai não resolveu ainda mais, espero que resolva né cê tem que ver se descer a rua ai, estacionamento ta muito complicado, porque o povo fica fazendo estacionamento na rua.”*

Entrevistadora: *“É não tem estacionamento mais, que eles abriram, eles fizeram, abriram assim pra passagem da rua o povo tava estacionando no canto.”*

Moradora L: *“A prefeitura falou que era pra melhorar o fato disso também, do estacionamento aqui, então muito difícil de transitar aqui na... no aglomerado por causa disso, mais só que por enquanto tem nada resolvido porque tudo tá muito apertado aqui na rua, isso ai não tem certeza não.”*

.Entrevistadora: *“É eu reparei mesmo.”*

Moradora L: *“É uma dificuldade pra descer aqui andar nessa rua, mais o povo não respeita por um lado né, porque as moto passa ai é só Jesus né, atropela ocê no meio da rua, ai a prefeitura falou que ia ter essa melhora também por causa disso porque ia abrir as ruas pra tentar melhorar a situação do transito... que eu nem sei o*

*que, que vai ser, se vai ser BR, se vai ser sei lá o que, que é... esperar pra ver enquanto isso ai fica isso ai essa bagunça toda ai.”*

Objetivando a melhora do trânsito, foram feitas algumas aberturas nas ruas, como baias, para melhorar o trânsito, mas principalmente a circulação de ônibus, mas como muitas casas não têm garagem, as pessoas estacionam seus carros na rua, contribuindo para a piora do trânsito. Fato é que, a mudança não alcançou o objetivo desejado e as pessoas ainda continuam inseguras de circular nas ruas, além disso, a Rua Principal do aglomerado em alguns pontos não permite que transite mais de um carro ao mesmo tempo no mesmo ponto, a situação se agrava quando os moradores estacionam os carros na rua, e mais recentemente nas baias.

Acredito que esse seja um problema temporário, pois, estão sendo abertas novas ruas no aglomerado. Porém, mesmo sendo uma questão temporária, já permanece por vários anos, então uma solução temporária também deveria ser pensada pelos projetistas da obra.

As modificações causadas pelas obras nas ruas e casas do aglomerado podem originar para alguns moradores a sensação de modificação negativa da visão do local. Um dos moradores relata com clareza tal incômodo em sua entrevista.

Senhor E: *“Tem dia que eu fico até com vergonha de trazer visita pra cá porque nossa Deus, fico até com vergonha.. ai nessa parte ai mudou muito isso aqui né ficou assim meio ruim, ficou assim um ambiente, um astral assim mais desagradável, cê olha assim nossa... aquele tanto de casa quebrada ai, fio desses poste tudo pendurado, ai nisso ai muita coisa né ai, nosso Deus.”*

Tal opinião pode estar relacionada à perda de identidade com o local de vida, já que agora ele está modificado, ou mesmo pode estar relacionada ao estranhamento e aos transtornos causados pelas obras. Como já dito anteriormente, a retirada do entulho imediatamente à desapropriação e demolição das casas é uma solução interessante e que resolveria não só esse problema, mas muitos outros já apresentados anteriormente.

## ASPECTOS SOCIAIS

Os aspectos sociais dos efeitos do programa na comunidade foram encontrados com muita frequência nos relatos dos moradores, esses efeitos são mais complexos de ser relacionados pelos moradores como consequências das obras no aglomerado por não serem visuais, mas eles causam modificações consideráveis na vida das pessoas, da mesma forma que os aspectos físicos.

Para relatar tais incômodos, neste tópico serão expostos os prejuízos ao capital social e a oportunidade de encontro, perda nas relações de troca, perda dos locais de lazer, descaso e falta de assistência nos locais já desocupados, uso e tráfico de drogas, falta de iluminação, condições de saúde dos moradores agravada, prolongamento da obra e falta de perspectiva.

Por Capital Social entende-se a existência de relações de solidariedade e confiabilidade entre os indivíduos e, fundamentalmente, a capacidade de mobilização e organização comunitárias, traduzindo um senso de responsabilidade da própria comunidade sobre seus rumos. (GUSTIN et al., 2004, p. 2).

Irei considerar o conceito de Capital Social adotado por Gustin et al. (2004). Segundo os autores, quando uma comunidade se organiza, seja em aspectos sociais ou políticos, há facilidade em lutar pelos interesses comuns das pessoas inseridas no contexto social, dialogando com mais facilidade entre si e com o poder público, para buscar a resolução dos problemas e necessidades.

É comum que, em projetos como os do Vila Viva, haja desmobilização comunitária nas localidades em que elas estavam anteriormente presentes, fazendo com que a comunidade perca esta sensação de pertencimento e de identidade com o local, culminando em um tempo que pode variar de longo a curto, até que a comunidade volte a se organizar novamente, porém, há comunidades que não contam com mobilização social entre os moradores, mesmo antes de projetos de intervenções urbanísticas.

A desmobilização ocorre devido à perda da identidade com a comunidade e a desmobilização devido à grande mudança e movimentação de moradores engajados com os problemas da comunidade, muitas pessoas se mudam para outras localidades e acabam por não pertencerem mais ao antigo lugar, além das pessoas

que ainda permanecem nas comunidades mas perdem a identidade com o ambiente, por perderem a identificação e o sentimento de pertencimento.

Incrementando tal ideia, vou adicionar o prejuízo na diminuição ou perda de contato com os antigos vizinhos, que se mudaram em decorrência das intervenções do programa Vila Viva, e que agora moram em outro local do aglomerado, da cidade ou em até em outro município. Antes das intervenções, o entrevistado tinha um contato mais freqüente com o vizinho ou familiar que foi removido, muitas vezes sendo amigos de contato diário.

O dano no contato com pessoas próximas também contribui para a diminuição da sensação de pertencimento e falta de incentivo para mobilização social da comunidade. Nota-se que, em alguns casos, o morador que permanece no aglomerado e o morador que se mudou ainda mantêm contato, porém, não mais frequente como anteriormente às intervenções.

Entrevistadora: *“Sua sogra morava aqui perto?”*

Senhora P: *“morava.”*

Entrevistadora: *“Nessa rua?”*

Senhora P: *“Não ela morava ali na tarde azul, um pouquinho abaixo aqui.”*

Entrevistadora: *“Tendi... vocês tinham muito contato assim dela vim aqui ou vocês ir na casa dela?”*

Senhora P: *“Eu ia muito... eu praticamente ficava mais na casa dela do que aqui, hoje eu já não vou tanto ela até me cobra, hoje eu já não vou tanto também por causa da distancia né.”*

Com a remoção de vizinhos, algumas pessoas têm sua condição de vida defasada, devido à perda de relações de solidariedade e ajuda mútua que anteriormente tinham com seu antigo vizinho. Essas relações de ajuda podem estar pautadas na troca de favores, como ajuda para olhar as crianças ou em um serviço de pedreiro, por exemplo, como também no empréstimo de dinheiro, entre diversas outras possibilidades. Vejamos dois exemplos coletados das entrevistas, um dos

moradores cita a ajuda relacionada ao empréstimo de dinheiro, o segundo morador fala da troca de favores e ajuda mútua.

Entrevistadora: *“Além de conversar tinha alguma outra troca assim que vocês faziam? Se ajudavam de alguma forma ou não? Era só amigo de conversa mesmo?”*

Senhor E: *“Não, a gente ajudava eles, eles ajudava a gente... né emprestava uma coisa emprestava outra, eles emprestava pra mim, emprestava pra eles também.”*

Entrevistadora: *“Que tipo de coisa assim por exemplo?”*

Senhor E: *“Dinheiro por exemplo era de mais.”*

Entrevistadora: *“E antes de, deles serem removidos assim, além da relação de amizade tinha algum outro tipo de relação? Eu falo assim de troca, de ajuda esse tipo de coisa?”*

Senhor J: *“Ah tinha, inclusive essa minha amiga mesmo ela... ela tem uma criança pequena né e quando ela morava aqui ela pedia pra mim ficar com ele enquanto ela trabalhava, ai agora com essa mudança ela arrumou uma outra pessoa mais próxima dela.”*

As pessoas perdem essas relações de troca que levaram anos para ser construídas e pode levar anos para ser retomadas ou até mesmo nunca irão voltar a ser como eram antes. Em comunidades de baixa renda é muito comum esse tipo de ajuda, e também muito importante para os moradores, que muitas vezes não tem condições de pagar um serviço especializado para realizar obras ou um cuidador de crianças e idosos, por exemplo, e encontra em seus amigos e vizinhos essa relação de solidariedade e confiança.

Com algumas modificações feitas no aglomerado, muitos dos locais mais frequentados por alguns moradores para lazer e encontro de amigos foram ou irão ser removidos, fazendo com que a identidade com aquele local seja perdida. Em um primeiro momento tal questão pode não parecer tão importante quanto às outras, porém, locais de encontro são importantes para formar grupos que representam interesses sociais comuns e ocasionam momentos de debate, mesmo que informais.

Desse modo, há possibilidade de troca de informações e saberes para formação de grupos de resistência e luta por interesses em comum, por exemplo, pessoas que estejam passando pela mesma situação nas remoções no aglomerado podem se juntar e trocar saberes, até mesmo lutarem juntas pela mesma causa.

Entrevistadora: *“É... em relação ao comércio assim, cê acha que houve alguma mudança?”*

Senhora R: *“Ah ficou mais normal que nem nunca foram movimentados mesmo, geralmente eles são movimentados nos finais de semana a noite então de noite como a obra não funciona então nesse intervalo não atrapalha a gente em nada, vai ficar ruim o comércio na hora que rancar o bar que a gente gosta e que o mais popular que a gente tem mais espaço que é o do seu Geraldo ali né.”*

Entrevistadora: *“Aqui na frente?”*

Senhora R: *“É, aquele bar será o próximo a ser removido, então pra nós não vai ficar legal, porque é um dos melhores bares que a gente tem... né... é o que nos oferece vão supor, é o bar que fica aberto até mais tarde, é um bar que tem um... um tira gosto gostoso né... tipo bar de encontro do dos amigo, e ele vai ser removido, aquele lá, então vai ficar ruim porque os outro é tudo butiquim... né nenhum oferece a estrutura que ele oferece então pra gente vai ficar ruim.”*

No aglomerado, muitos comércios frequentados pelos moradores foram ou serão removidos e não foi dada a opção de serem reabertos em outro local próximo ao anterior, com isso, muitos moradores perdem o sentimento de pertencimento à localidade. Há também a falta de locais de lazer para as famílias e principalmente para as crianças.

A URBEL, órgão ligado à prefeitura responsável pelas intervenções no aglomerado Santa Lúcia, não presta assistência nos pontos em que há casas demolidas e que os entulhos permanecem, causando diversos transtornos aos moradores vizinhos a estes locais. Mesmo com a demanda das famílias sendo recorrente, nenhuma ajuda é enviada pela prefeitura para solucionar os pedidos da população.

Um dos moradores alega que entrou em contato com a URBEL para tentar solucionar o problema dos entulhos e do lixo que acumula nas casas demolidas, mas ele não obteve retorno e nenhum representante da prefeitura foi até sua vizinhança para analisar o problema.

Entrevistadora: *“Entendi é... em relação a... ao entulho aí que o senhor falou, que o senhor chegou a falar né... a URBEL veio, já veio algum momento limpar?”*

Senhor E: *“Ah não veio não, da cobra aí, dá lacraia, escorpião nisso aí, os vizinho tão tudo reclamando aí ó...”*

Outro morador diz que quando chove, no local onde era a casa de sua antiga vizinha e que agora restam entulhos, há uma infiltração que prejudica a parede de sua casa. O mesmo morador conta já ter entrado em contato com a prefeitura e que os mesmos mandaram um especialista para resolver o problema, mas o morador disse que a solução não foi suficiente, e que, ao invés de melhorar, acarretou em piora da situação.

Senhor O: *“Saiu, e o pior que é o seguinte as outras que não ofendia nada, largaram tudo em pé, sem mexer com nada, logo a casa que me prejudicou, e ta me prejudicando até hoje outro dia mesmo eu falei com... como é que ele chama gente é... esqueço o nome do cara, eu pelejei com um moreno, é lá... eles só falava que vinha vinha vinha.”*

Entrevistadora: *“Até hoje não veio?”*

Senhor O: *“Veio não... aí, teve uma muié que mandou os menino aqui, mas os menino em vez de fazer o negócio certo eles piorou que eles quebrou a cerâmica né... quebrou o piso, aí agora é o seguinte cê bate lá ta todo baloco, aí qualquer água que penetrar, então vai penetrar pra dentro da terra... aí esse cara falou comigo que vinha cá ver, mas até hoje não apareceu não eu esqueço o nome dele... é Marcelo, não sei se é Marcelo...”*

Os principais transtornos são causados pelas casas já desabrigadas, mas que não foram demolidas completamente, muitas vezes os moradores entram em contato com algum responsável da URBEL para resolver os transtornos, as promessas são muitas, mas nenhuma ação é feita, as famílias ficam esperando por

alguma ajuda que raramente é acontece, e algumas vezes quando é feita, não é resolvido o problema. Dessa forma, podemos notar que o poder público não presta assistência para as pessoas que permanecem no aglomerado, mesmo quando os transtornos são causados por ações da própria prefeitura e que prejudicam a vida de muitos.

Como dito anteriormente, ao remover uma família do aglomerado, muitas vezes a URBEL retira apenas as portas e janelas e mantém a estrutura da casa de pé até que seja necessário demolir a casa por completo para a realização de uma obra. No entanto, muitas dessas estruturas que não são demolidas por completo acabam virando refúgio para traficantes e usuários de droga, o que culmina em sensação de insegurança e medo para alguns moradores, que antes não estavam acostumados com essa situação tão próxima de suas casas.

Moradora A: *“...essas casa vazias que eles só tiraram o pessoal e não jogou no chão, muito usuário de droga, entendeu? Então assim, tem essa, essa amolação por causa disso.”*

Alguns moradores relataram tal insegurança e perceberam que houve um aumento no número de usuários de drogas nas proximidades. Uma das famílias entrevistadas se diz incomodada com a presença de moradores de rua que ocupam as áreas desocupadas, alguns desses locais não restam nem as paredes, mas, devido à facilidade, essas pessoas reconstroem apenas as paredes das casas e usam como moradia ou ponto de tráfico de drogas.

Moradora L: *“Eles tiram a casa, vem, tiram a casa toda, ai essas pessoas, esses que não tem casa, mora na rua, vem eles fazem a casa pra eles mesmo, prefeitura vem quebra de novo, ai eles vem faz de novo a parede, porque a prefeitura fechou né...”*

Entrevistadora: *“Ah eles constroem a parede né.”*

Moradora L: *“É se ocê reparar aqui ó, vem cá pro cê ver.”*

Moradora U: *“Fala baixo... eles ta tudo aqui ó... ta vendo eles conversando ai?”*

Moradora L: *“Eles fizeram uma porta no fundo, fecharam a janela, fez uma porta ali, ai os que moram na rua eles mesmo tiram... tira de novo todas...”*

Com as modificações feitas pela prefeitura, algumas ruas e becos tiveram a energia elétrica dos postes cortada e alguns locais ainda permanecem sem energia, o que para alguns moradores é sinônimo de insegurança, pois, à noite, tais locais estão vazios e mal iluminados, fazendo com que famílias fiquem com medo da violência. Alguns becos são becos sem saída, com apenas um local de passagem, o que contribui para agravar a situação de insegurança. Ainda, como as entrevistas foram realizadas em famílias que são vizinhas a outras que foram removidas, suas casas estão localizadas em ruas e becos vazios ou com poucos moradores, outro motivo para aumentar a sensação de desconforto com a situação da falta de iluminação.

Senhora E: *“A e tem outra coisa, com essa saída tirou o outro esse beco é escuro à noite.”*

Entrevistadora: *“Não tem iluminação?”*

Senhora E: *“Não tem luz, tem luz mais ai eles depois que eles desmanchou tirou o pessoal não veio olhar, então a noite fica escuro ai, já foi reclamado mas eles fala que, fala pra prefeitura que tem que...”*

Entrevistadora: *“Tem a luz mais ela não funciona direito?”*

Senhora E: *“Não funciona, não acende, é só isso memo.”*

Entrevistadora: *“Já chegou a acontecer alguma coisa de violência aqui no beco?”*

Senhora E: *“Não isso não, mas fica cheio de... gente ali mexendo com droga fica, ali numa parte é... numa parte, ai eles fica... mais num mexe com a gente não mai né... meio cabreiro a noite, é isso mesmo.”*

A prefeitura realiza as suas obras, mas não conserta alguns transtornos causados, por exemplo, a retirada da iluminação, mas posteriormente não recoloca a luz nos postes, alguns moradores se sentem inseguros com esse fato, com medo da criminalidade.

As condições proporcionadas pelas intervenções no aglomerado são responsáveis por provocar aparição ou agravamento nas condições de saúde dos moradores que estão próximos aos locais das obras. Além dos animais que vivem nos entulhos e que podem transmitir doenças, a poeira para as pessoas que moram muito próximo as obras é um problema que pode culminar na aparição de doenças no sistema respiratório.

Entrevistadora: *“Então “R”, como é que ce acha que você foi e vem sendo afetada pelas remoções do programa?”*

Senhora R: *“Essa poeira ta matando, fora essa poeira esses caminhões que vão virando, a minha casa pro cê ver não para limpa, minhas roupa não para limpa, eu tenho um filho asmático que a condição da asma dele piorou cem por cento isso afeta a gente em tudo pode ser que pra frente melhore mais agora... tem nada bom... nada.”*

As obras no aglomerado já estão acontecendo há vários anos, cada morador considera um ponto inicial diferente, que varia desde o primeiro contato até o início das obras, mas tal demora em finalizar as intervenções origina um incômodo nos moradores, devido aos transtornos causados pelas obras. Ainda, a falta de perspectiva de quando as obras serão finalizadas causa insegurança nos moradores, que não sabem até quando terão que conviver com tais transtornos. As perturbações estão relacionadas à grande quantidade de poeira decorrente das obras, o mau cheiro vindo das casas parcialmente demolidas, o medo com a presença de animais que podem ser prejudiciais à saúde, entre outras coisas.

Entrevistadora: *“É eu entendo... é... tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de falar assim sobre as intervenções e tal?”*

Senhor E: *“Ah eu gostaria que esse negócio saísse logo daí.”*

Entrevistadora: *“Saísse tudo logo né?”*

Senhor E: *“Não não vejo a hora, nosso Deus, é muita poeira, muita coisa muita poeira sujeira de mais... mas pra quem ta querendo jogar entulho fora é bom né, ai não precisa ir lá na BR, ai joga tudo aí ó.”*

Uma das moradoras entrevistadas acredita ter perdido as esperanças em relação às obras por causa da grande demora e lentidão com que estão ocorrendo, ela afirmou que, para os moradores que foram removidos, as mudanças foram positivas devido às habitações, mas para as pessoas que permanecem e tem que conviver com as obras e com mudanças que ela acredita não serem muito positivas, as intervenções não estão dando o resultado esperado.

Moradora A: *“...que tem o transtorno né, da quebradeira, da poeira, que já ta prolongado já tem uns 3 anos ou mais que eles começaram a quebrar as casas e nada, tipo assim ainda não tem nada de concreto feito, só quebraram e ficou por isso mesmo.”*

Entrevistadora: *“Entendi... é tem mais alguma coisa que cê queira acrescentar assim, que ce acha que não falou ainda e tal?”*

Moradora A: *“Não, muita coisa aqui, como diz né, a principio eu até acreditei que seria melhor que traria beneficio essa obra entendeu?! Que realmente seria uma coisa que iria melhorar a infra-estrutura, então, acredito que quem morava aqui de frente a mim, que mudou, foi uma coisa boa porque realmente eles moravam numa área de risco quando chovia era complicado, entrava água de esgoto na casa deles, inundava aquela coisa toda... mais com o passar do tempo, como ta se prolongando já ta ficando uma coisa assim sabe, ta só se arrastando, já não vejo, ai já começo a desacreditar que vai trazer beneficio mesmo.... ta ficando muita largado, a verdade é essa ta muito largado, na sei se é falta de... que de verba não é que o dinheiro já foi liberado né.”*

Como observado, os transtornos causados pelas obras no aglomerado são muitos e vêm se prolongando durante anos. As pessoas não têm nenhuma informação sobre a previsão de término das obras, o que causa a sensação de que os transtornos nunca irão acabar.

Além do mais, os problemas que estão aparentes e são reclamações recorrentes dos moradores não são minimizados ou não é encontrada uma solução, mesmo que temporária, sendo assim, mais uma vez a população convive com os problemas sem saber até quando irá durar.

## **PODER PÚBLICO NÃO RECONHECE A CONDIÇÃO DE AFETADO**

Após refletir que alguns moradores não se reconhecem na condição de atingido pelas intervenções no aglomerado, e que as intervenções causam inúmeras mudanças negativas na vida das pessoas em seus aspectos físicos e sociais, podemos admitir que, a URBEL/PBH não escuta e não reconhece a condição de atingido das pessoas que permanecem no aglomerado, sendo assim, os moradores que permanecem no aglomerado não recebem nenhum tipo de apoio em relação às mudanças causadas pelas intervenções em suas vidas, nos sentidos físicos ou sociais já citados anteriormente.

Devido a informações não completas ou inexistentes passadas à população pelo poder público, alguns moradores vivem em condição de insegurança, sem saber se serão removidos ou permanecerão no aglomerado. Muitas vezes, a casa da família não foi selada (condição em que a moradia recebe uma numeração indicando que será removida), mas devido a experiências vivenciadas com vizinhos e amigos, a casa pode ser selada futuramente se caso a URBEL resolver modificar ou expandir o projeto.

Tal incerteza também é atribuída à falta de acesso que os moradores têm ao projeto, e também a um único contato feito com as famílias no início das intervenções e que depois é abandonado. Dessa forma, as pessoas ficam inseguras em relação ao futuro, podendo prejudicar o planejamento familiar e pessoal.

Na entrevista realizada com o Senhor “E”, mesmo com a obra já em andamento e as remoções de seus vizinhos acontecendo, ele não teve e ainda não tem informações se será removido ou permanecerá no aglomerado.

Entrevistadora: *“Ah entendi... e... ocê sempre soube que não seria removido ou é em algum momento.”*

Senhor E: *“Ah eu pensei que eu ia ser removido.”*

Entrevistadora: *“cê pensou?”*

Senhor E: *“Eu pensei que ia ser removido.”*

Entrevistadora: *“Porque cê chegou a pensar que seria removido?”*

Senhor E: *“Porque os pessoal de perto ta tudo encostado em mim aqui tava sendo removido eu acho que eu tamem vou voar tamem.”*

Entrevistadora: *“Todo mundo já saiu que, que vai ter que sair?”*

Senhor E: *“Não, só do lado de lá, ai o lado de cá num.”*

Entrevistadora: *“Mas eles, cê sabe se o lado de cá vai sair ou... cê não sabe ainda?”*

Senhor E: *“Não sei.”*

Com outro morador a situação é semelhante, mas com o agravante de que, como relatado por ele, em nenhum momento a URBEL o procurou para falar das remoções de seus vizinhos e da situação de sua casa.

Entrevistadora: *“É, em algum momento a URBEL te procurou assim... ou procurou você algum dos seus vizinhos, pra falar da intervenção das outras casas ou da sua?”*

Senhor J: *“Não, não foi , não foi procurado.”*

Entrevistadora: *“Você... sempre soube que você não seria removido ou em algum momento você pensou que seria removido, ficou na dúvida?”*

Senhor J: *“A gente ficou na dúvida né porque a gente achou que ia ser os dois lados é... removidos, só que foram só um né, e... e não, a gente não teve essa, essa conversa com o pessoal da URBEL.”*

Alguns moradores são mais ativos e procuram se informar melhor a respeito da situação das suas casas. Como explicado por uma das moradoras, ela e sua família procuraram saber a situação de remoção ou permanência por diversas vezes, e nos inúmeros contatos as respostas variavam, com isso, os moradores ficam sem saber se serão removidos futuramente, pois o projeto altera com muita facilidade.

Entrevistadora: *“Cê sempre soube assim que não seria removida, ou em algum momento cê ficou na dúvida?”*

Senhora P: *“Ficamos na dúvida né porque a primeira vez tava no projeto que aqui ia ser removido, ai voltamos lá já num ta no projeto mais, mais corre o risco de futuramente a gente entrar no projeto pra ser removido... ai tamo na dúvida.”*

Entrevistadora: *“Não sabe ainda né?”*

Senhora P: *“Não.”*

As complicações para essa família e possivelmente muitas outras vão muito além da insegurança da remoção e alcançam o patamar da insegurança da impossibilidade de crescimento familiar. Um dos moradores argumenta que, com a indefinição sobre a possível remoção da casa, sua família tem dificuldades em planejar a expansão da casa, e que o já fizeram, mas com receio de que no futuro possam ser removidos.

Senhor K: *“Eu tive que ir lá pra eu ver, fazer a segunda parte do andar né... ai eu tive que ir lá, por exemplo se eu faço o segundo andar e daqui dois meses vai ser indenizado, ai ia ser jogar dinheiro fora... ai eu tive que ir lá, igual vocês falou ai, nós foi la na primeira vez, disseram que ia ser indenizado só que pela CEMIG, nesse projeto vila viva com a prefeitura, ai depois falou assim “ó não vai ser indenizado não podemos construir?””não, pode construir, qualquer coisa mais futuramente será indenizado”, então peraí a primeira vez que eu vim cê falou que podia construir, eu construí, que não ia ser indenizado, agora cê ta falando que futuramente pode ser indenizado, ai eu to jogando praticamente dinheiro fora...”*

A URBEL entrou em contato com algumas pessoas no começo das intervenções falando que eles não seriam removidos, porém deixou aberta a possibilidade da remoção ao falar que o projeto poderia ser modificado, isso pode causar uma incerteza por parte de alguns moradores.

O desconhecimento do projeto também é um dos fatores que causam incerteza, pois, muitos moradores observam que a maioria dos seus vizinhos ao redor foram removidos e apenas a sua casa permanecerá, o que causa estranheza, porque eles não visualizam como é possível fazer qualquer obra sem que sua casa seja removida. Ainda, a incerteza da remoção faz com que algumas pessoas não invistam em projetos de ampliação e reforma de suas casas, pois não querem gastar

dinheiro e futuramente sejam avisados da remoção, ainda, caso ampliem a casa construindo mais uma andar, por exemplo, esse dinheiro não será ressarcido.

Quando se trata dos moradores que não serão removidos, a URBEL realiza apenas um contato inicial com as famílias no começo da demarcação das casas, após este momento a URBEL não presta nenhum tipo de assistência ou interesse nas modificações que as obras causam na vida dos moradores, já que essas pessoas não são consideradas como atingidas pelo poder público.

Entrevistadora: *“Cê em algum momento veio alguém da URBEL da prefeitura aqui conversar com você?”*

Senhora R: *“Não.”*

Entrevistadora: *“Nenhum momento?”*

Senhora R: *“Não, só vieram quando vieram tirar foto da minha casa, que veio o rapaz da prefeitura, só ele... quem veio aqui foi o cara que fez a as fotos pa levar pra prefeitura de como é minha casa, porque se a casa abalar qualquer coisa a prefeitura se responsabiliza, só ele veio mais ninguém não.”*

Na maioria dos casos um único contato é feito com os moradores que não serão removidos, para medir as casas em um primeiro momento das intervenções. Pode-se observar também que a promessa de que, caso algo aconteça com a estrutura da casa, a prefeitura pode ser acionada para sanar o problema, mas como visto anteriormente, muitas vezes as pessoas fazem o contato para que sejam resolvidos os problemas, mas não é encontrada uma solução. Além disso, a promessa fica apenas no âmbito dos aspectos físicos, sendo os aspectos sociais completamente ignorados.

Entrevistadora: *“Entendi, como e quando que você ficou sabendo que você era afetada pelo programa?”*

Senhora E: *“Foi logo quando começou mesmo, tirano os povo, os vizinhos.”*

Entrevistadora: *“A URBEL ou a prefeitura em algum momento veio aqui na casa da senhora informar sobre as remoções?”*

Senhora E: *“Veio, não veio pra olhar né, tirar foto esses trem, pra ver se afetasse alguma coisa que era só chamar eles.”*

Entrevistadora: *“Sim e... depois desse contato que eles vieram mediar a sua casa eles voltaram aqui alguma vez?”*

Senhora E: *“Não.”*

O único contato feito com os moradores vizinhos às obras foi feito no começo das intervenções, em sua maioria apenas para medir as casas para o projeto, após este momento essas pessoas são esquecidas e não há nenhum contato para saber se necessitam de alguma ajuda ou se as obras estão afetando alguma coisa em suas vidas e como está afetando. Tal atitude é mais uma comprovação de que as pessoas não removidas não são consideradas afetadas pelas intervenções.

Com o objetivo de aprofundar mais nas questões de não reconhecimento pelo poder público das pessoas que não serão removidas como sendo afetadas diretamente pelas intervenções realizadas, é importante expor trechos de conversas em que as pessoas relatam desconhecer ou não ter certeza do que será feito nas proximidades de sua casa, ou até mesmo na porta de sua casa, por qual motivo seu vizinho foi removido, se será construída uma rua ou uma praça, etc. É evidente que as pessoas não são informadas a respeito do projeto a ser executado.

Entrevistadora: *“Teve nada aqui... cé sabe que que eles vão fazer aqui? Pra que que eles tiraram seus vizinhos aqui?”*

Senhor E: *“Bem que eu gostaria de saber viu.”*

Entrevistadora: *“Sabe não?”*

Senhor E: *“Sei não.”*

Entrevistadora: *“Eles vão fazer uma escadaria maior aqui, sabe onde tem essa mesma? Escadaria aqui no beco? Eles vão fazer uma escadaria também só que um pouquinho maior.”*

Senhor E: *“Escadaria?”*

Mais uma vez o contato com os moradores que não serão removidos só é feito no começo das intervenções, muitas vezes apenas com a demarcação das casas, não esclarecendo qual projeto será feito nas proximidades das casas das famílias, muitas vezes as pessoas não sabem o que será feito na porta da sua casa e nem quando será feito. A questão do tempo é mais um agravante, a demora na execução das obras juntamente com a falta de informação é um aspecto muito agravante, se tratando da saúde psicológica dos moradores.

Entrevistadora: *“Cê sabe que, que eles vão fazer aqui na frente, vai continuar o beco? Aqui na frente vai ser a rua?”*

Senhora E: *“Não por baixo ai é a rua agora aqui esse beco eu num sei se eles vai arrumar, se eles vai...”*

Entrevistadora: *“Vai dar na rua né?!”*

Senhora E: *“Vai dar na rua não sei, isso ai num informa.”*

O projeto das intervenções no aglomerado muitas vezes não agrada os moradores diretamente atingidos pelas obras, porque, na fase de planejamento a população não é consultada, com isso, diversas intervenções em becos e ruas não são aprovadas pelos moradores ou até mesmo eles desconhecem tal modificação que será realizada. Visto isso, há um descontentamento por parte dos moradores, que muitas vezes, acreditam que seria melhor que fosse feita outra modificação à que será feita.

Senhor K: *“Ah assim, pra nois até então não ne, mais pra pros indenizados sim, igual por exemplo aqui es vai fazer uma escadaria... nesse beco aqui... assim, muito dos pessoal que ta aqui nesses beco assim ó porque que não faz rua? Tem que fazer escada, entendeu? Até mesmo pelo acesso de muitas pessoas né que vão... é igual tem uns pessoal aqui que é de mais idade, tem uns que ali de idade também, então cê faz uma rua uma escada aqui, já é escada já é todo terreno irregular, acho que uma rua favo, atenderia muito mais a gente do que escada, por exemplo... até mesmo por... é... se faz uma rua aqui ce tem que fazer uma encanação de esgoto por baixo, com certeza... e assim, ce não ce eu poderia montar um comércio por exemplo, na parte de baixo duma casa minha por exemplo, essa casa aqui do lado da pra fazer... é... a outra casa aqui atrás da pra fazer, é uma*

*coisa mais assim ce pode parar um carro do lado da sua casa entendeu, ce vai ter a vaga de um carro, a escada não a escada meio que ilimitado e sem falar também que é fuga né... que vai pegar o de baixo até aqui em cima aqui, então se vai ficar querendo ou não disseram que vão facilitar né pela ação policial muita coisa também que eles falaram... mas acho que vai pelo contrario, acho que vai atrapalhar.”*

Entrevistadora: *“Ah entendi... eles chegaram algum momento a perguntar... o que era melhor pra vocês fazer aqui?”*

Senhor K: *“Não, nós tivemos que ir lá pra saber se aqui ia ser indenizado, num falaram nada.”*

Os moradores que irão permanecer são os principais atingidos pelas obras que serão realizadas, porém, eles não são consultados quanto ao que será feito na rua ou no beco em que vivem. Muitas vezes há moradores idosos em becos e a melhor opção seria uma intervenção que beneficiasse e facilitasse a vida dessas pessoas, mas tal fato não é considerado e no final a obra não beneficia os moradores.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU INICIAIS)**

Após reflexões acerca do modelo de intervenções urbanísticas adotado na cidade de Belo Horizonte ao longo de toda a sua história, desde o projeto de construção de uma cidade que foi inicialmente planejada até os dias atuais, percebemos que houve mudanças significativas na forma como o Poder Público lida com o “problema” das favelas e da população de baixa renda. As mudanças foram muitas, mas não foram significativas e benéficas para os principais interessados, a própria população. Tais práticas não se restringem apenas a capital mineira, mas ela perpassa por várias cidades do país, que perpetuam o modelo de intervenção considerado, por muitos, benéfico para a cidade e para o mercado.

Mesmo com mudanças significativas na forma com que o Poder Público passou a lidar com a favela, revendo as políticas públicas e admitindo, mesmo que mínimo, que a população favelada pertence ao local e deve no mínimo ser vista como proprietária da habitação. Há alguns anos atrás, a população favelada era vista como mau caráter e se firmavam nos locais por má fé, e não pela necessidade.

Tal fato não significa que os direitos dessas pessoas estão sendo garantidos, pois sabemos que, na maioria das intervenções urbanas em Belo Horizonte o documento de posse não é concedido ao morador.

As lutas sociais ganharam muita força, principalmente a partir da década de 60, e o surgimento de grupos que defendem os interesses da população carente não foi diferente, tal fato foi também importantíssimo para a mudança de postura do Poder Público com as comunidades carentes. Os gritos que ecoam de estudiosos e pessoas de fora das favelas são mais escutados do que os gritos das pessoas que vivem nos locais, mesmo que as reivindicações sejam as mesmas, a importância que se dá as falas é diferente.

Porém, apesar da existência de tais entidades que passaram a lutar pelos direitos das populações pobres, o Poder Público e a sociedade ainda encontra estratégias de desmobilização das lutas sociais.

Às vezes, o silenciamento do favelado não é planejado ou forçado, ele pode se apresentar em forma de preconceito cultural. O silenciamento que o pobre favelado brasileiro sofre não ocorre apenas nas esferas institucionais, ele está enraizado na cultura brasileira há centenas de anos, pois, como já vimos, o pobre

favelado era visto como bandido, e a favela como local de reprodução da violência, que abriga pessoas sem conhecimento e não capazes de falarem por si só.

Ainda hoje, tal silenciamento é presente em nossa sociedade, mas de forma mascarada, as pessoas ainda acreditam que os pobres precisam de alguém para falar por eles, para dizerem do que precisam e o que é melhor ou pior, as pessoas dos aglomerados ainda são taxadas como dependentes do capital intelectual de outras pessoas. Esse fato não se aplica apenas às comunidades carentes, mas como a sociedade em geral, porém, o que difere a imposição de argumentos de uma classe para a outra é o fato de que, a cidade chamada de formal atende os preceitos considerados fundamentais e morais para a sobrevivência das pessoas, enquanto que a favela apresenta uma dinâmica diferente do restante da cidade, ela foi construída de forma diferente e se mantém assim.

Porém, o paradigma formal não aceita as diferenças e quer impor sua ótica sobre as demais, muitas vezes sem perceber que esta imposição é uma forma velada de violência. Preciso salientar aqui que, o fato de ser velada é porque a imposição, às vezes, não é feita de forma racional, um paradigma que se impõe a outro acredita estar fazendo o bem para o próximo, por supor que seus modos de vida e concepções são mais desenvolvidos e melhor para qualquer ser humano.

As grandes favelas de Belo Horizonte são anteriores à cidade formal, elas são fruto das pessoas que contribuíram para o erguimento da cidade, e que, mesmo não sendo admitidas pelas classes mais ricas da sociedade, as favelas são os locais que abrigam a maior parte dos trabalhadores quem mantém o funcionamento da cidade.

Dessa forma, consideramos que, a população pobre não participa dos processos decisórios de construção da cidade, e, quando está presente, a sua voz não é considerada.

O modelo de intervenções urbanísticas de Belo Horizonte, apesar de não ser muito antigo, é ultrapassado. O mesmo é replicado na maioria dos projetos de intervenções em vilas e favelas da cidade, não considerando as especificidades de cada local, como se todas as comunidades apresentassem as mesmas dinâmicas sociais e urbanísticas. Para uma política mais eficiente, os PGEs deveriam ser relativos a cada área. Sabemos que os PGEs são feitos para cada intervenção, mas,

com a escassa participação popular, conseqüência da falha na organização dos grupos de referência, os projetos acabam sendo replicados e seguindo um modelo para todas as intervenções, sem considerar que cada local há sua especificidade e suas dinâmicas.

Não podemos admitir que todas as comunidades se organizem da mesma forma, pois, os fluxos diários são diferentes, a relação com o comércio, o deslocamento da população, as relações entre vizinhança que podem variar até mesmo em diferentes ruas e becos. Mas também é admissível que, é mais conveniente e prático para a URBEL, que o modelo se repita, para facilitar no planejamento e execução do projeto, seguindo a lógica da cidade formal.

O que me causa inquietação é o fato de que, provavelmente, essa lógica irá se perpetuar, por ser considerada eficiente e moderna, um modelo de planejamento urbano a ser seguido por outras cidades. Isso porque, as vozes silenciadas não se perpetuam da mesma forma que a dinâmica do mercado pretende executar o planejamento das cidades.

É evidente que, programas de intervenções urbanas como o Vila Viva são fundamentais em cidades grandes, assim como é em Belo Horizonte, pois, há famílias vivendo em regiões insalubres e em áreas de risco, mas, mais uma vez, a maneira como são realizadas as mudanças não contempla o interesse dos atingidos, visando apenas a lógica do mercado imobiliário. Reforçando algumas vezes o que já foi dito neste trabalho, as obras urbanas que acontecem nas comunidades carentes na cidade de Belo Horizonte não contemplam as necessidades da maior parcela da população, tais intervenções abrem vias e removem famílias para atender o mercado imobiliário, além de esconder a favela do restante da cidade.

Conclui-se então que, além dos favelados não terem voz nos processos decisórios por suas opiniões não serem “técnicas” o suficiente, eles não são ouvidos porque a cidade e as intervenções não são planejadas para eles, para melhoria da vida deles, e sim para a melhoria de vida da cidade formal, que pretende ser mais atraente para o mercado e para as pessoas que vêm de fora. Na lógica capitalista, reformar uma região para as pessoas ricas rende mais lucros do que reformar para as pessoas pobres. Dessa forma, a política urbana de Belo Horizonte, desde o seu nascimento, foi segregacionista e preconceituosa, e assim continua, mas dessa vez

mascarada pelo discurso de melhoria de vida da população carente, pois, a sociedade finge não mais aceitar a segregação social, mas a faz de forma encoberta.

O grupo de referência proposto para representarem as populações nos projetos é uma ótima alternativa para minimizar as ações voltadas para atender os interesses do mercado. Mas, por diversos fatores já citados anteriormente, os grupos são desmobilizados e não cumprem o papel que deveriam. É evidente que todos os moradores em uma comunidade não podem participar de uma vez dos grupos, até por uma questão de logística, mas o grupo deveria ser organizado e composto por pessoas, sem um fluxo muito grande, para que seja o interlocutor entre a comunidade e o poder público.

Quanto a um grupo mais específico da população, o dos “demais moradores”, assim como classificado anteriormente pelo Programa Polos de Cidadania, destaca aqui a violência psicossocial em que estão submetidos. Essas pessoas que não foram e não serão removidas de suas casas pelos projetos de intervenções urbanísticas são esquecidos pelo poder público e pelo restante da sociedade, posso assumir que são mais do que esquecidos, eles são inexistentes.

A população pobre em geral já é marginalizada nas políticas públicas adotadas na cidade, e considerando que as intervenções em favelas, pelo menos no papel, são voltadas para as pessoas removidas, visto que é a parcela da população que recebe atenção da sociedade, tentemos imaginar a quão marginalizada e esquecida é a população que não se encaixa nesses grupos, dos abastados e dos removidos. Assim, posso afirmar que as pessoas que compõem o grupo dos “demais moradores” são mais do que esquecidos, eles são inexistentes perante a sociedade e os governantes da cidade.

Fazendo uma crítica mais severa ao mundo acadêmico, essas pessoas que permanecem nas favelas após as remoções são inexistentes até para a academia, pois, a quantidade de trabalhos que são publicados voltados para essa parcela da população é muito pequena, principalmente quando se comparado aos trabalhos existentes referentes às pessoas removidas, que permanecem nas comunidades ou se deslocaram para outros lugares. Poucos trabalhos tratam do assunto das pessoas não removidas, tais quais foram citados nesta pesquisa.

Especificamente no Aglomerado Santa Lúcia, as famílias que não serão removidas, convivem com a situação há mais de 10 anos, desde o primeiro contato com os técnicos da URBEL. Essa situação é bastante incômoda quando se pensa que muitas dessas pessoas convivem há tanto tempo com a incerteza da sua condição de afetado, o medo constante sobre o futuro da família, o desconhecimento dos seus direitos. Assim como foi possível perceber no relato dos moradores, as pessoas não removidas não recebem a mesma atenção recebida pelas pessoas removidas, elas se quer são consideradas como atingidas.

O fato de que, as pessoas que vivem no aglomerado não participarem dos processos decisórios e são inexistentes quanto a não serem considerados afetados pelas intervenções, só demonstra, mais uma vez, que as obras dentro do aglomerado não são realizadas para melhoria da qualidade de vida da população que vive no local, as modificações são feitas para a cidade formal, não para as pessoas nas favelas.

Dessa forma, é evidente um erro de projeto/planejamento e que precisa ser corrigido no aglomerado Santa Lúcia e para as intervenções futuras em outros locais. Por não ser o foco principal das intervenções, as pessoas não removidas ficam em segundo plano ou até mesmo não são incluídas nos projetos, que por sua vez são voltados para as remoções. Porém, a defasagem aparece porque há também intervenções urbanísticas nas ruas dentro do aglomerado, e essas mudanças deveriam ser voltadas para quem permanece e não para quem sai.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL – CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2ª.edição. Brasília: Câmara dos Deputados-Coordenação de Publicações, 2002. 273 p.

BRASIL - MINISTÉRIO DAS CIDADES, SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Urbanização de Favelas: a experiência do PAC. Brasília, 2010. 88 p.

COSTA, A, C, S.; ARGUELHES, D,O. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 109-137, jan/dez 2008. ISSN 1984-9419.

COSTA, E. Vila Viva: transformando vidas. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2008. 64 p.

DE ARRUDA, A. P. S. N. Reconstrução identitária em processos de reassentamento: a experiência de moradores em programas de habitação social. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br>>. Acesso em: 14/11/2016.

DE ARRUDA, A. P. S. N. Remoção de favelas e processos de identificação: a apropriação social de um novo espaço pela percepção de moradores removidos. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: 23 a 27 de maio de 2011. p. 1-18. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/>>. Acesso em: 14/11/2016.

FERNANDES, E. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre, ano I. n. 6, jun/jul 2006.

FERNANDES, E.; PEREIRA, H, D. Legalização das favelas: qual é o problema de belo horizonte?. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**. nº 34, p. 171-200, 2010.

FORTUNATO, E.; RUSCHEINSKY, A. A história oral na pesquisa social sobre espaço urbano. **Biblos**. Rio Grande, v. 16, p. 25-36, 2004.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, B. M. Favelas em Belo Horizonte - tendências e desafios. In: XVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1992, Caxambu – Minas Gerais, **Anais...** 20 a 23 de Out de 1992, Caxambu, p. 1 – 16. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/16-encontro-anual-da-anpocs/gt-16/gt23-13/7226-bereniceguimaraes-favelas/file>> Acesso em: 19/01/2018.

GUSTIN, M. B. S.; et al. Constituição de Capital Social: Minimização da Violência e Regularização Fundiária Sustentável. In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 1-7.

LIBÂNIO, C. A. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 765-784, set/dez 2016.

MANERIKAR, V.; MANERIKAR, S. A Note on Exploratory Research. **A Peer Reviewed Research Journal**, WeSchool, Vol. 17, n. 1, p. 95 – 96, 2014.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo: USP, 2003, vol. 17, n. 48, p. 151-166.

MATOS, J, S. SENNA, A, K. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MOTTA, L. D. Da construção da nova capital mineira ao atual modelo de gestão de vilas e favelas: notas sobre um estudo de caso do Programa Vila Viva. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.13, n. 19, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/>>. Acesso em: 27/10/2016.

ONU. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?**. 2010. Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/?p=6088&lang=pt>>. Acesso em: 31/01/2017.

ONU. Principios básicos y directrices sobre los desalojos y el desplazamiento generados por el desarrollo. [S.l], 2007. Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/?p=7535>>. Acesso em: 31/01/2017.

PEREIRA, A. D. R.; BRASIL, F. de P. D.; CARNEIRO, R. Arquitetura participativa na política habitacional: estudo de caso do município de Belo Horizonte. In:

ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 2013, [S.I]. **Anais eletrônicos...**, [S.I], 2013, v. 15. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/>>. Acesso em: 27/10/2016.

PEREIRA, L, M, L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 109-127, set/dez 1991.

PEREIRA, S. R. Direito à cidade? In: 12º ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 2009, Montevideo. Caminando en una America Latina en transformación. Montevideo-Uruguay: Universidad de la Republica, 2009.

PIMENTA, D. A. O.; JANUÁRIO, F. dos S.; PINTO, G. P.; NOGUEIRA, M. L. M.; RIBEIRO, T. R. G. Programa vila viva: contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em belo horizonte. In: XV ENCONTRO NACIONAL da ABRAPSO. 2009, Maceió. **Anais eletrônicos...** 2009, Maceió: FITs, v. 15. ISSN: 1981-4321. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/405.%20programa%20vila%20viva.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/405.%20programa%20vila%20viva.pdf)>. Acesso em: 27/10/2016.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev Saúde Pública**, v. 29, n. 4. p. 318 – 325, 1995. ISSN 1518-8787.

PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE. Concepções sobre direito à moradia dos afetados pelo programa vila viva nas vilas São Tomás e aeroporto e no aglomerado da Serra, em contraposição a proposta oficial do programa. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://cimos.blog.br/wp-content/>>. Acesso em: 14/11/2016.

PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE. Programa vila viva em belo horizonte: aspectos de um cenário de violação de direitos. In: XVI ENANPUR ESPAÇO PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS. 2015, Belo Horizonte, v. 16. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Ouro Minas Palace Hotel, 2015. Disponível em: <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=573](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=573)>. Acesso em: 27/10/2016.

PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE.; et al. **Direito fundamental a moradia adequada: “novos olhares sobre os impactos e efeitos das políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos de belo**

**horizonte**". Belo Horizonte, 2015b. Disponível em: <[www.cidadeealteridade.com.br/](http://www.cidadeealteridade.com.br/)>. Acesso em: 25/01/2018.

PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA - UFMG. Constituição de capital social para regularização fundiária sustentável. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. 2004, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Mar Hotel, 2004. Disponível em: <<http://ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/congressos-e-seminarios/recife-2004/154.pdf>>. Acesso em: 01/11/2016.

PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA. Os efeitos do Vila Viva Serra na condição socioeconômica dos moradores afetados. Relatório final do Projeto de Pesquisa nº 480.154, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – no escopo do edital de nº 14/2008. (2011). (não publicado)

PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA. **Relatório de Apresentação do Documentário “Entulhos”**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/>>. Acesso em: 26/01/2018.

RAMOS, F.; KOGA, D. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Abr./Jun 2011, n.106, p. 335-364. Disponível em: <http://br.123dok.com//document/9yn3k0kq-trajetorias-de-vida-desafios-da-pesquisa-sociourbanistica-e-contribuicao-para-a-gestao-publica.html> Acesso em: 10/01/2018.

SANTOS, C. R. A.; CANÇADO, P. O. M.; LAGES, L. B.; GOMES, T. N.; STARTING, P. M.; COSTA, M. H. B. C. Entulho nas comunidades afetadas pelo programa vila viva em belo horizonte: gestão ou ampliação de riscos socioambientais. In: SEMINÁRIO URBFAVELAS. 2014, São Bernardo do Campo – SP. **Anais eletrônicos...** São Bernardo do Campo: UFABC, 2014. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT1-51-94-20140630223851.pdf>>. Acesso em: 14/11/2016.

SILVA, E. C. G. B.; CANÇADO, P. O. M. O ministério público e as remoções em vilas e favelas de belo horizonte. **Publica Direito**. [2015]. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=5da95a167017dc13>>. Acesso em: 15/12/2016.

URBEL. Reestruturação urbanística começa pelo planejamento integrado. Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0)>. Acesso em: 14/02/2017.

URBEL. Uma cidade melhor para todos. Prefeitura de Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7490&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7490&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0)>. Acesso em: 14/02/2017.

VIEIRA, C. V.; et al. Mediação e mobilização comunitária na implantação de políticas públicas. In: 7º ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DIVERSIDADE. Curitiba, 2012. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2012.

**ANEXOS:**

## Mapa 1

GOOGLE. Google Earth. 2017. Morro do Papagaio, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 14/02/2017.

## Mapa 2

GOOGLE. Google Earth. 2011. Morro do Papagaio, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 25/01/2018.

## Mapa 3

GOOGLE. Google Earth. 2014. Morro do Papagaio, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 25/01/2018.

## Mapa 4

GOOGLE. Google Earth. 2015. Morro do Papagaio, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 25/01/2018.

## Mapa 5

GOOGLE. Google Earth. 2017. Morro do Papagaio, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 25/01/2018.

**APÊNDICES:**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante,

O Senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa “**Os efeitos do processo de remoção relacionado à intervenção do vila viva nas pessoas e famílias que permanecerão no aglomerado santa lúcia**”. Que é referente a monografia de conclusão de curso da aluna Fabíola Emanuele Silva Ferreira, do curso de Ciências Socioambientais.

Essa pesquisa tem o objetivo de dar visibilidade para a população do aglomerado Santa Lúcia que não foi e não será removida pelo programa Vila Viva, e que permanecerá no aglomerado após as intervenções da prefeitura, acreditando que essa população também é atingida pelo programa Vila Viva e merece uma atenção maior da que acontece atualmente.

O(a) Senhor(a) tem plena liberdade em concordar ou não com a realização da entrevista, sua transcrição e divulgação. Asseguramos **o sigilo do nome do Senhor(a)** caso ache necessário.

O(a) Senhor(a) também tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer penalidade ou represálias de qualquer natureza.

Em caso de dúvidas entre em contato com a pesquisadora Fabíola Emanuele Silva Ferreira por meio do telefone (31) 993483513 ou no seguinte endereço: Faculdade de Direito da UFMG - *Avenida João Pinheiro*, nº 100, Prédio 01, 6º andar – Centro – Belo Horizonte, MG / CEP: 30.130-180. Telefone: 34098676.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Nome      Assinatura do Participante      Data

---

Nome      Assinatura do Pesquisador      Data

Transcrição da entrevista nº 1

Entrevistado(a): Senhora R

Data: 16/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: Então “Senhora R” como é que ce acha que você foi e vem sendo afetada pelas remoções do programa?

Senhora R: Essa poeira ta matano, fora essa poeira esses caminhões que vão virando, a minha casa pro cê ver não para limpa, minhas roupa não para limpa, eu tenho um filho asmático que a condição da asma dele piorou cem por cento isso afeta a gente em tudo pode ser que pra frente melhore mais agora... tem nada bom... nada

Entrevistadora: então é... ce sempre soube que você era afetada pelas remoções?

Senhora R: não porque na verdade quando a gente descobriu que essas casas seriam removidas nós nem sabíamos direito qual seria os projetos que viriam né... então a gente só foi descobrindo ao longo da da quebração, que a gente foi vendo como seria, mas que a gente não foi informado de que seria qual projeto que seria aqui na verdade.

Entrevistadora: você sente que você é uma atingida pelas remoções?

Senhora R: de mais da conta, muito porque eu fico praticamente eu sou a única que mora em frente o negócio, então ta horrível pra mim eu me sinto afetadíssima.

Entrevistadora: E assim, se mudou alguma coisa na sua vida... além da poeira que cê já falou, o que que ce acha que mudou mais?

Senhora R: esse trânsito agora que piorou né, porque se já tava ruim ficou pior... né tirano essa poeira ai e esse trânsito as únicas coisa que ainda nos incomoda, que ainda não vieram as maquina.

Entrevistadora: o transito aumentou...

Senhora R: ficou pior, ficou garrado, ele garra né, ficou agarrado, agora, eu não sei como será quando as maquina chegarem né, porque na verdade ainda não chegou as maquinas.

Entrevistadora: entendi.

Senhora R: então.

Entrevistadora: da rua aqui né?

Senhora R: é ainda não chegou aqui só vem caminhão virando terra caminhão virando terra, e o trator que as jogam pra baixo, mais ainda vai vim máquinas pesadas vai vim com asfalto vai vim com a bateção da terra né, ainda vai ter a construção dos prédio, então eu ainda não sei até em que nível isso vai me afetar não.

Entrevistadora: cê em algum momento veio alguém da URBEL da prefeitura aqui conversar com você?

Senhora R: não.

Entrevistadora: nenhum momento?

Senhora R: não, só vieram quando vieram tirar foto da minha casa, que veio o rapaz da prefeitura, só ele... quem veio aqui foi o cara que fez a as fotos pra levar pra prefeitura de como é minha casa, porque se a casa abalar qualquer coisa a prefeitura se responsabiliza, só ele veio ma ninguém não.

Entrevistadora: cê, ocê tinha alguma relação com esses vizinhos seus que saíram aqui?

Senhora R: todos, todos eu conheci desde criança, eram casa que eu frequentei a minha vida inteira.

Entrevistadora: é mesmo?

Senhora R: todos.

Entrevistadora: E... cê mantém contato com eles ainda... alguma coisa assim?

Senhora R: Alguns... outros não... com alguns sim, outros não... com alguns outros não.

Entrevistadora: E... assim... vocês se ajudavam com alguma coisa? Ou era só amigo de conversa?

Senhora R: Não a gente era mais pra conversar mesmo.

Entrevistadora: é?

Senhora R: é.

Entrevistadora: tendi... quanto tempo que cê mora aqui?

Senhora R: 32 anos.

Entrevistadora: 32 anos... cê nasceu aqui?

Senhora R: sim.

Entrevistadora: am deixa eu ver mais alguma coisa... a sim, você sabe pra onde seus vizinhos se mudaram assim?

Senhora R: deixa eu lembrar aqui, um ta nos predinho... uma foi pro olhos d'água... a Tânia também ta no predinho, e o resto não sei, só sei essas treis... só os treis, restante eu não sei pra onde foi não, e olha que era muitos né.

Entrevistadora: Eles moravam aqui tem muito tempo também?

Senhora R: sim todos.

Entrevistadora: todos né.

Senhora R: todos... todos todos todos... todo mundo que morava ai já era pessoas mais velha, então quer dizer todos mundo era da época da minha mãe quando todo mundo chegou, que foi foi pegano cada um seu pedaço, eles também.

Entrevistadora: entendi.

Senhora R: eram todo mundo já... mais de 40 anos que moravam ai por exemplo, era uma vida de todo mundo ai nesse lugar.

Entrevistadora: tendi

Entrevistadora: é... em relação ao comércio assim, cê acha que houve alguma mudança?

Senhora R: ah ficou mais normal que nem nunca foram movimentados mesmo, geralmente eles são movimentados nos finais de semana a noite então de noite como a obra não funciona então nesse intervalo não atrapalha a gente em nada, vai ficar ruim o comércio na hora que rancar o bar que a gente gosta e que o mais popular que a gente tem mais espaço que é o do seu Geraldo ali né.

Entrevistadora: aqui na frente?

Senhora R: é, aquele bar será o próximo a ser removido, então pra nós não vai ficar legal, porque é um dos melhores bares que a gente tem... né... é o que nos oferece vão supor, é o bar que fica aberto até mais tarde, é um bar que tem um... um tira gosto gostoso né... tipo bar de encontro dos amigos, e ele vai ser removido, aquele lá, então vai ficar ruim porque o outro é tudo butiquim... né nenhum oferece a estrutura que ele oferece então pra gente vai ficar ruim.

Entrevistadora: certo... um... então no mais acho que é isso mesmo, tem mais alguma coisa que ce queira falar assim?

Senhora R: não.

Transcrição da entrevista nº 2

Entrevistado(a): Senhora S e Senhor O

Data: 16/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: é... ce consegue, ce pode me falar como você foi e como você acha que vem sendo afetada pelas intervenções do programa vila viva? até o momento agora? O que mudou na sua vida? Se teve alguma mudança? Se teve como foi?

Senhora S: teve mudança não.

Entrevistadora: teve não?

Senhora S: não.

Entrevistadora: você é... se considera uma afetada pelo programa vila viva, pelas intervenções mesmo que você não será, você não vai ser removida?

Senhora S: uai eu como diz, se for pra sair né... querer sair eu não quero não.

Entrevistadora: certo é, a URBEL conversou com você em algum momento?

Senhora S: com meu marido e com a minha menina.

Entrevistadora: arram, cê... pode me falar o que eles falaram? cê sabe?

Senhora S: ô "Senhor O" vem cá.

Entrevistadora: porque sua casa vai sair não é?

Senhora S: uai es tão falano né.

Entrevistadora: não vai sair né?

Senhora S: agora não... tendeu?

Entrevistadora: entendi... oi tudo bem? Sua esposa falou que a URBEL teve aqui pra conversar com vocês?

Senhor O: A URBEL?

Senhora S: é aquele povo lá do do predinho “senhor O”.

Entrevistadora: isso, das intervenções.

Senhor O: não sobre a... não eles tiveram aqui é o seguinte... pra ver um negócio que es quebrou aqui, e deixou todo trapaiado ne, aí é o seguinte ai eu fui lá, umas duas ou treis vez pra es vim fazer um capeamento aqui pra... que... é lá em cima né, ai então do jeito que tava a água penetrava e entrava tudo dentro de casa aqui.

Entrevistadora: ah entendi, na casa do vizinho?

Senhor O: é a casa de cima aqui, da dona Maria.

Entrevistadora: ela já saiu ou vai sair ainda?

Senhor O: saiu.

Antrevistadora: saiu já né?

Senhor O: saiu, e o pior que é o seguinte as outras que não ofendia nada, largaram tudo em pé, sem mexer com nada, logo a casa que me prejudicou, e ta me prejudicano até hoje outro dia memo eu falei com... como é que el chama gente é... esqueço o nome do cara, eu pelejei com um moreno, é lá... es só falava que vinha vinha vinha.

Entrevistadora: ate hoje não veio?

Senhor O: veio não... ai, teve uma muié que mandou os menino aqui mas os menino em vez de fazer o negócio certo es piorou que es quebrou a cerâmica né... quebrou o piso, aí agora é o seguinte ce bate lá ta todo baloco, ai qualquer água que penetrar, então vai penetrar pra dentro da terra... ai esse cara falou comigo que vinha cá ver, mas até hoje não apareceu não eu esqueço o nome dele... é Marcelo, não sei se é Marcelo... mas sobre assim, só isso só o negócio da coisa ai eu não vi ela peguei comprei um material ai gastei acho que uns quinhentos e tantos real... pa acertar aquilo ali que tava todo mundo jogando entulho sabe? Daí ia só subino... ai eu falei ah não tem jeito não ieu mermo vou ter que cercar isso, ai comprei, ai evitou um mucado né.

Entrevistadora: deu uma melhorada mais...

Senhor O: é, mais é um negocio que não ta seguro... que... eu botei uma massa lá comprei uma argamassa, é até dessa boa C3, e pus uma cerâmica em cima da outra, e rejuntei bem arrejuntado, vão ver se num vai da probrema... é um caso que, se for o caso ce podia até oia aqui uma chuva que deu.

Entrevistadora: deixa eu dar uma olhada.

Senhor O: ela...

Entrevistadora: essa ultima chuva né?

Senhor O: não não né agora não.

Entrevistadora: foi antes?

Senhor O: ala, como é que pipocou tudo aqui, esfriou tudo na chuva bater lá então, na parte que... que o alicerce ta pra baixo pi, porque isso aqui é um muro de arrima, mais aquele arrima que es fazia antigamente com entuio com essas coisa assim, não é um trem seguro né.

Entrevistadora: sei, ah tá.

Senhor O: ai então, agora eu to igual aqui ó, chove tamem todo ano eu arrumo isso... aí não é, já entre minha casa com a de lá, então seguinte eu que tinha que arrumar um jeito de tapar o... o vão lá com teia coisa pa num chover no canto né.

Entrevistadora: tendi, qual é o seu nome mesmo, desculpa?

Senhor O: "Senhor O".

Entrevistadora: ah eu sou Fabíola.

Senhor O: mas aí é o seguinte... a URBEL memo num vei não, veio esses cara acho que né da URBEL não aquilo ali é da prefeitura num é?

Entrevistadora: é porque a URBEL é da prefeitura ne!

Senhor O: é?

Entrevistadora: ela é... é um órgão né, que é responsável pelas intervenções urbanas, mas...

Senhor O: mas como assim...

Entrevistadora: ela deve ter mandado algum engenheiro ai mais...

Senhor O: não, veio o engenheiro, olhou olhou olhou, foi embora também e num resolveu nada não.

Entrevistadora: es não falaram se vai voltar não? Ou alguma coisa do tipo.

Senhor O: não não não... eu vi uma conversa por alto que a CEMIG que ia tirar isso ai.

Entrevistadora: que ia resolver isso ai né?

Senhor O: é, vi uma conversa por alto... e, sobre o negócio que conteceu aqui embaixo... morreu uma menina dentro dum tubulão acho que es até a defesa civil embargou lá é, logo aqui embaixo... na beira da rua... ai ficou seguinte tiraram esse lado de lá todo, e ta fartando o alemão aqui, e o so João lá em baixo, pa es pegar e diz que ia tirar que ai es, diz que vai fazer uma escada, de quatro metro, assim, até sair ca em cima.

Entrevistadora: aqui né?

Senhor O: então eu peguei, eu pra mim... igual... for pra mim sair daqui... tem o pai dessa menina que deu derrame mora comigo... tem nois de casa... ai é o seguinte... um apartamento pra mim não vale nada porque num da pra, num da pa nois ficar... vão supor essa menina é fia dele, direto ela fica aqui com ele né... então é uma coisa que... a gente não conversou e es num vieram aqui assim conversar sobre esse negocio de sair.

Entrevistadora: sobre sair não?

Senhor O: não, vieram não... só que es pegou e falou assim ó não agora ces não tem projeto de sair não, pode que mais tarde na hora que fizer esses outros prédio, aqui na beira da BR, ai pode que es vorta a cadastrar o ceis e pregar um... que na casa tudo es prega um etiquetazinha né.

Entrevistadora: pregam.

Senhor O: então aqui num teve isso não.

Entrevistadora: ah ta... se eles não vieram.

Senhor O: e você, cê trabalha lá ou não?

Entrevistadora: não eu to fazendo uma pesquisa pra UFMG, é, ai é sobre... é sobre as pessoas que não serão removidas né, e que tinham e... que tiveram contato ou tem contato com as pessoas removidas sabe? Cê tinha contato com seus vizinhos aqui que saíram?

Senhor O: se eu tinha contato?

Entrevistadora: vocês tinham? É!

Senhor O: boa assim, nós era tudo assim como diz o outro vizinho amigo gostava um do outro, era muito boa mesmo a que morava ai, era até uma mulher viúva né.

Entrevistadora: Nessa casa de cima aqui?

Senhor O: É... ela mora lá do outro lado aí ela mudou pra lá... ai es dirrubaram ai.

Entrevistadora: ces tem contato ainda com o pessoal que saiu, da rua?

Senhor O: ah não de vez em quando ela vem aqui no boteco comprar as coisa ai nois conversa ai.

Entrevistadora: ah isso é bom né?

Senhor O: É...o... todo mundo que saiu daqui tudo é gente boa... igual esse daqui ó, a mulher dele morreu também ele ficou viúvo... es conversa direto quando nos tão, é gente boa pra caramba também.

Entrevistadora: Entendi, além da da questão ai da infiltração senhor acha que teve mais alguma coisa que mudou na sua vida assim depois das intervenções do do vila viva aqui no aglomerado?

Senhor O: Ó, aqui uma coisa que me trapaia no meus fundo do quintal é uma rede de esgoto... que es fala que a rede de esgoto foi feita clandestina, diz que a rede de

esgoto que, que es paga a taxa dela é uma que desce aqui, né, e essa vem de cá da casa duma vizinha ali passa dentro do quintal da vizinha ali, e eu quer vê vem cá pro ce ver. Ela desce lá ó... ali tinha uma caixa exposta, então fedia de mais coisa e tal ai eu arrumei quês cano, fiz aquilo ali, botei essa caixa, daí saiu aqui ó ainda tem esses ralo que tem que ter por causa de chuva né. E outro aqui debaixo da pia que... é... na hora que chove então ai eu botei uns dois ralo pra mode num porçar de mais, agora é isso.

Entrevistadora: ah ta.

Senhor O: vamo ver coisa que me prejudica um porquinho aqui mais.

Entrevistadora: mais o senhor acha que isso foi...

Senhor O: agora, como diz o outro agora ta só é memo a vizinha essa aqui, pra lá tem é não tem mais duas casa, duas loja... é um de cabeleleiro de cá e tem uma lojinha do lado de lá, ai tem é que essa casa daqui que... mantém aqui, essa daqui essa pequena de lá.

Entrevistadora: ah essa daqui.

Senhor O: é de lá já sai pra lá, essa aí é nova que es tão fazendo, até acho que vão fazer essa menina acho que vai sair daqui... é acho que es vai tirar ela ai.

Entrevistadora: entendi... bom então no mais acho que é isso mesmo né?

Senhor O: é... falar um negocio, es ainda não vieram não.

Entrevistadora: falou que talvez pode vim, que talvez não vem?!

Senhor O: é, não não sobre, sobre assim pra tirar, es num falaram que vinha não, es falaram assim... mais pra frente, na hora que es for começar esses prédio aqui, coisa e tal fala que vai botar muita gente, já tem até um mocado esperano, sabe ta ate pagano aluguel a prefeitura que ta pagano.

Entrevistadora: ta pagano né?

Senhor O: é, pra es, e ai vai po es aqui que lá já ta quas compreto, né, acho que tem poucas vaga agora, e assim memo já tem uma porção lá do lado de lá ainda que já ta cadastrado lá.

Entrevistadora: é acho que... tem alguma coisa que vocês queiram falar das intervenções assim? Que ces ainda não falaram.

Senhor O: não eu... como diz o outro, eu pro meu gosto é o seguinte pra mim ir pra esses prédio do jeito que to aqui, não tem condições eu prefiro ficar aqui.

Entrevistadora: ficar na sua casa né?

Senhor O: é, da uma arrumada nela e... né, ai so se for o caso que es chegar e, falar que arruma um jeito pra gente.

Entrevistadora: mas se deus quiser ces num vão sair não.

Senhor O: o predinho pode ser é bom pa pouca ce sabe né por que ele é pequeno né

Entrevistadora: é pequeno... mais casa também é sempre melhor né, mais espaço.

Senhor O: porque igual aqui cê tem uma arinha de terreiro, tem uma lajinha lá em cima que cê estende roupa, lava a roupa, né.

Entrevistadora: isso é verdade. Então ta bom gente.

Senhora S: tem esse povo aqui ainda tem treis fora.

Entrevistadora: ah tem mais que vem pra ca?

Senhor O: é, tem os menino ai meus filho.

Entrevistadora: casa é bem melhor mesmo, concordo.

Senhor O: mais ai é o tal negocio se es vier e falar que vai sair não adianta ce brigar não... ou sair ou se não indeniza mas indenização é muito pouca.

Entrevistadora: é muito pouco mesmo.

Senhor O: da pro ce comprar nada, cê num compra um barraco aqui de jeito nenhum.

Entrevistadora: ce num compra aqui não.

Senhor O: compra não uai.

Entrevistadora: só...

Senhor O: um terreninho muito longe.

Entrevistadora: lá longe.

Transcrição da entrevista nº 3

Entrevistado(a): Senhora P e Senhor K

Data: 16/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: cê consegue me falar como você acha que você foi e vem sendo afetada pelas intervenções do vila viva no aqui no aglomerado?

Senhora P: eu como eu venho sendo afetada?

Entrevistadora: É, o que mudou na sua vida, se mudou alguma coisa

Senhora P: bom, pra mim não... pra mim, pra mim na minha vida eu “Senhora P” particularmente não to sendo afetada, ainda né, ainda.

Entrevistadora: cê se considera uma afetada assim ou... só as pessoas que foram removidas?

Senhora P: eu acho que é em geral todos né.

Senhor K: eu falo pra... igual agora é período de chuva né... então nós tem quase... tem... três anos já que parece que es quebrou essa casa ai porque eu lembro que foi no período de chuva então tava chovendo bastante... então deu muito foco de dengue... é bicho, barata... é aranha, um tanto de coisa e... querendo ou não alguma das vezes, as vezes atrapalhava até acesso a... a inda e vinda, e assim, eles quebraram muita coisa e fizeram quase nada, e... ta com essa enrolação até hoje e não sabe, parece que vai tirar até aqui em casa também, nesse papo ai de, eles fazem uma antena e tem o [...] e vai tirar uma parte aqui atrás então a gente não sabe se acaba de reformar, se num...

Entrevistadora: a entendi... em algum momento a URBEL veio aqui conversar com vocês, entrar em contato?

Senhora P: não, ainda não.

Entrevistadora: mais é... assim não não em relação a vocês serem removidos ou não, em relação a a mudança nas outras casas, eles vieram aqui falar com vocês?

Senhora P: também não

Entrevistadora: não ne?

Senhora P: não

Entrevistadora: cê tinha contato com os seus vizinhos aqui que saíram?

Senhor K: pouco.

Senhora P: é pouco, tinha muito pouco.

Entrevistadora: tinha pouco contato, cê sabe pra onde eles foram? Alguma coisa assim.

Senhora P: tão todos no predinho da... qual que é o nome daquela rua ali? Do são bento, tão todos pra lá.

Entrevistadora: cê sempre soube assim que não seria removida, ou em algum momento cê ficou na dúvida?

Senhora P: ficamos na dúvida né porque a primeira vez tava no projeto que aqui ia ser removido, ai voltamos lá já num ta no projeto mais, mais corre o risco de futuramente a gente entrar no projeto pra ser removido... ai tamo na dúvida.

Entrevistadora: não sabe ainda né?

Senhora P: não

Entrevistadora: ah entendi...é... cê tem mais alguma coisa assim pra acrescentar em relação as intervenções... alguma observação que cê viu assim? Uma mudança seja boa ou ruim.

Senhora P: bom... mudança boa, cê vê mudança boa nisso? Bom pra algumas pessoas foram bom né... a indenização tem mudado porque... situação difícil então muita gente ta foi prum lugar entre aspas melhor... mas pras pra outras pessoas tipo a minha sogra foi, foi indenizada.

Entrevistadora: foi pros predinhos? Ah foi indenizada!

Senhora P: foi, ela saiu, então ela foi pros predinhos, pra ela eu ainda não vejo que foi uma coisa boa, porque, a liberdade das criança acaba se perdendo, a liberdade da gente mesmo acaba se perdendo porque é tudo limitado, é tudo com horário, então isso acaba sendo ruim afeta bastante a gente até ter... receber os amigos porque ai tem que ficar... afeta... querendo ou não afeta, de um lado ou outro acaba afetando sim.

Entrevistadora: sua sogra morava aqui perto?

Senhora P: morava.

Entrevistadora: nessa rua?

Senhora P: não ela morava ali na tarde azul, um pouquinho abaixo aqui.

Entrevistadora: tendi... ces tinham muito contato assim dela vim aqui ou ces ir na casa dela?

Senhora P: eu ia muito... eu praticamente ficava mais na casa dela do que aqui, hoje eu já não vou tanto ela até me cobra, hoje eu já não vou tanto também por causa da distancia né.

Entrevistadora: ah ta entendi... é então acho que no mais é isso mesmo... é... tava pensando aqui mais.

Senhora P: é e o fato dos projetos deles, eles até mesmo fica nessa troca troca, que nem os vizinhos aqui a gente ficou sabendo que foi indenizado, hoje a parte que foi indenizado diz que nem mexer mais eles vão, então acaba a gente ficando na duvida mesmo.

Senhor K: cê falou uma coisa que podia melhorar? Que podia fazer que cê fala? Que cê falou

Entrevistadora: ah eu falo assim se você notou que alguma coisa assim mudou pra melhor.

Senhor K: ah assim, pra nois até então não ne, mais pra pros indenizados sim, igual por exemplo aqui es vai fazer uma escadaria... nesse beco aqui... assim, muito dos

peçoal que ta aqui nesses beco assim ó porque que não faz rua? Tem que fazer escada, entendeu? Até mesmo pelo acesso de muitas pessoas né que vão... é igual tem uns peçoal aqui que é de mais idade, tem uns que ali de idade também, então cê faz uma rua uma escada aqui, já é escada já é todo terreno irregular, acho que uma rua favo, atenderia muito mais a gente do que escada, por exemplo... até mesmo por... é... se faz uma rua aqui ce tem que fazer uma encanação de esgoto por baixo, com certeza... e assim, ce não ce eu poderia montar um comércio por exemplo, na parte de baixo duma casa minha por exemplo, essa casa aqui do lado da pra fazer... é... a outra casa aqui atrás da pra fazer, é uma coisa mais assim ce pode parar um carro do lado da sua casa entendeu, ce vai ter a vaga de um carro, a escada não a escada meio que ilimitado e sem falar também que é fuga né... que vai pegar o de baixo até aqui em cima aqui, então se vai ficar querendo ou não disseram que vão facilitar né pela ação policial muita coisa também que eles falaram... mas acho que vai pelo contrario, acho que vai atrapalhar.

Entrevistadora: ah entendi... eles chegaram algum momento a perguntar... o que era melhor pra vocês fazer aqui?

Senhor K: não, nós tivemos que ir lá pra saber se aqui ia ser indenizado, num falaram nada,

Entrevistadora: ah nem vieram aqui pra falar.

Senhor K: eu tive que ir lá pra eu ver, fazer a segunda parte do andar né... ai eu tive que ir lá, por exemplo se eu faço o segundo andar e daqui dois meses vai ser indenizado, ai ia ser jogar dinheiro fora... ai eu tive que ir lá, igual vocês falou ai, nós foi la na primeira vez, disseram que ia ser indenizado só que pela CEMIG, nesse projeto vila viva com a prefeitura, ai depois falou assim “ó não vai ser indenizado não podemos construir?” “não, pode construir, qualquer coisa mais futuramente será indenizado”, então perai a primeira vez que eu vim cê falou que podia construir, eu construí, que não ia ser indenizado, agora ce ta falando que futuramente pode ser indenizado, ai eu to jogando praticamente dinheiro fora, uma coisa que eu percebi também do peçoal, as vezes a casa do peçoal é até boa de mais pra ir prum predinho, as vezes num tem outro jeito, por mais que a casa do cara avalia de cem mil reais o Maximo que es num tão pagando é sessenta mil, olha lá, assim ai da um predinho pro cara, é só no contra piso e com pintura, eu acho que seria muito legal

se eles dessem pelo menos o dinheiro da cerâmica, o dinheiro pra pro cara pintar os quartos da forma que quer entendeu, tipo fazer uma coisa mais bacana... entregar é a cozinha um pouco mais planejada porque tem muita gente que vai pra lá e não tem condição vive a vida que vivia aqui, sem condição alguma e acaba que... se torna tipo o... é... como é que fala, porque se pensa numa pessoa que pro predinho é uma melhora de vida né as condição melhoraram e tal só que muitas das pessoas não, as pessoas tão indo pra lá mas tão desempregadas da mesma forma que estão aqui, a situação que eles vivem é a mesma coisa aqui...acaba que se torna aquela bagunça toda aquela mesma nojeira que era aqui, vai pra lá, não vai melhorar, vai piorar porque a pessoa vai ficar mais na mordomia ainda vai querer fazer mais nada, tem uma casa mais ajeitadinha... eu acho que seria muito legal se eles fizessem isso, dessem uma um exemplo, eu indenizei mais o cara vai pra [...] sem nada, desempregado, então poxa a prefeitura vai é... doar a cerâmica pra vocês ai...é... da cozinha da sala sei lá, vou doar a tinta ai pra vocês pintarem do jeito que ces querem.

Entrevistadora: cada um fazer do seu jeito né?

Senhor K: é tipo parecido, é, é uma coisa mais legal, acho que seria mais o pessoal se satisfaria mais né, além de ta perdendo uma casa que vale bem mais, assim não vale mais que o prédio né, mais vale muito mais por causa da liberdade que eles tem numa casa deles, de fazer um churrasco, de aumentar o som fazer qualquer coisa, e lá já não tem então assim, ia ser entre aspas seria uma compra né, da... assim... em troca da privacidade dele, da privacidade que ele tem na casa dele, vamo da aí uma cerâmica alguma coisa pra ele assim... esses dias mesmo passei uma nota, é gastamos mil e pouco lá, que aqui é cerâmica mas é provisório, até porque nós acha a gente aqui ia sair... e nós não fizemos quase nada aqui, mais se for olhar nós gastamos muito dinheiro aqui, ai ce vai prum predinho ce num pode vender, ce num pode fazer nada só tem que morar, basicamente quase que tinha uma, é uma... é bem, como é que eu posso falar, é bem sabe algumas coisas, igual eles tira você de uma situação de liberdade joga ce no predinho lá e ce vive lá a vida que eles querem que você viva... ai é... querendo ou não você vai pagar pelo prédio que você ta, ce vai pagar o IPTU dele que é o certo, é da sua moradia, vai pagar o IPTU dele e assim, querendo ou não eles tiram você da sua casa aqui te jogam você lá, e aqui você não da lucro pra ele, porque você não paga o IPTU você não paga

nada, e lá você tem que paga o IPTU, então se vai dão o lucro pra ele ce pode somar ai, de cada apartamento ali vamo por ai cinqüenta reais de IPTU, o bloco tem lá... é... dez apartamento lá, querendo ou não no mês vai dar um lucro muito muito bom pro governo, por ano melhor ainda, ai vai lá ce da lucro aqui ce não da lucro então acho que percebo que eles fizeram uma jogada de marketing ai... ô vamo tirar vamo fazer eles da lucro pra gente, não ta dando lucro então vamo tirar, querendo ou não porque isso aqui também é propriedade invadida... mais é... quando invadiram ninguém tava ai pra nós, hoje em dia que vale, que ta valendo que es ta percebendo que a área é o melhor meio de ce tirar um dinheiro, então vão tirar esse pessoal de lá, no meu ponto de vista né, não sei.

Entrevistadora: infelizmente tem muita coisa que a gente não concorda, não tem jeito.

Senhora P: é verdade.

Entrevistadora: é... acho que é isso mesmo gente, muito obrigada pela participação ai.

Transcrição da entrevista nº 4

Entrevistado(a): Senhor E

Data: 16/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: É “Senhor E”, você assim, como você acha que você foi e você vem sendo afetado pelas intervenções do programa vila viva? Assim o que, se mudou alguma coisa na sua vida? Você se considera um afetado?

Senhor E: Não.

Entrevistadora: Não. Quem que você considera assim um afetado pelo programa?

Senhor E: ah, conheço ninguém não.

Entrevistadora: Não... é, teve alguma mudança radical assim na sua vida com... depois das intervenções?

Senhor E: não não teve não.

Entrevistadora: teve nada aqui... cê sabe que que eles vão fazer aqui? Pra que que eles tiraram seus vizinhos aqui?

Senhor E: bem que eu gostaria de saber viu.

Entrevistadora: sabe não?

Senhor E: sei não.

Entrevistadora: eles vão fazer uma escadaria maior aqui, sabe onde tem essa mesma? Escadaria aqui no beco? Eles vão fazer uma escadaria também só que um pouquinho maior.

Senhor E: escadaria?

Entrevistadora: É

Senhor E: eu pensei que era uma rua que es ia fazer ai.

Entrevistadora: é, conversei com outro morador ali também ele também acha, assim ele achou que seria melhor uma rua também, mas es vão fazer uma escadaria mesmo.

Senhor E: nossa que isso, ai ai ai.

Entrevistadora: é... em algum momento a URBEL ou a prefeitura veio aqui na sua casa conversar com você sobre as intervenções?

Senhor E: não veio não, uma vez veio aqui es mediram ai tal, mediram as casa assim mais perto, mediu quantos tamanho que é, que largura que é, metro, tamanho, comprimento.

Entrevistadora: chegou a medir a sua casa aqui?

Senhor E: mediu.

Entrevistadora: mediu também por dentro ou só por fora?

Senhor E: só lá em cima da laje.

Entrevistadora: ah entendi... e... ocê sempre soube que não seria removido ou é em algum momento...

Senhor E: ah eu pensei que eu ia ser removido.

Entrevistadora: cê pensou?

Senhor E: eu pensei que ia ser removido.

Entrevistadora: porque cê chegou a pensar que seria removido?

Senhor E: porque os pessoal de perto ta tudo encostado em mim aqui tava sendo removido eu acho que eu tamem vou voar tamem.

Entrevistadora: todo mundo já saiu que que vai ter que sair?

Senhor E: não, só do lado de lá, ai o lado de cá num.

Entrevistadora: mas eles, ce sabe se o lado de cá vai sair ou... ce não sabe ainda?

Senhor E: não sei.

Entrevistadora: não né?

Senhor E: não.

Entrevistadora: entendi... é ce tinha algum contato com seus vizinhos que foram removidos?

Senhor E: ah tinha.

Entrevistadora: tinha?

Senhor E: só não era, pra eu considero assim umas pessoa muito querida, a gente conversava muito né, inclusive alguns que mudou não gostou de ter mudado, diz que lá no predinho é muito ruim, preferia ficar aqui mesmo... é vai fazer o que né?!

Entrevistadora: tem quanto tempo que o senhor mora aqui?

Senhor E: eu tenho quarenta anos.

Entrevistadora: quarenta anos que cê mora aqui? é muito tempo. Sempre nessa casa aqui que o senhor morou?

Senhor E: não nessa aqui não, só nessa aqui tem dezessete anos... eu morava mais lá pro... lado de lá.

Entrevistadora: ah entendi.

Senhor E: morava

Entrevistadora: uhum... é ce mantém contato... ah cê já falou que cê conversa com... o pessoal que morava aqui na rua né?

Senhor E: é eu conversava com es.

Entrevistadora: Além de conversar tinha alguma outra troca assim que ces faziam? Se ajudavam de alguma forma ou não? Era só amigo de conversa mesmo?

Senhor E: Não, a gente ajudava es, es ajudava a gente... né emprestava uma coisa emprestava outra, es emprestava pra mim, emprestava pra es também.

Entrevistadora: que tipo de coisa assim por exemplo?

Senhor E: dinheiro por exemplo era de mais.

Entrevistadora: dinheiro ne?!... amigo é pra essas coisa né?!

Senhor E: é

Entrevistadora: deixa eu ver aqui mais... é... cê ver assim, além... além da mudança... não da mudança mais, dessa questão dos seus vizinhos, se alterou alguma coisa... é na sua vida antes e depois, em relação a... estrutura ou a higiene assim da rua, da sua casa?

Senhor E: ah aqui nós ficou foi pior, a é uma poeirada nossa minhas coisa não para limpa mais não ai, fica aquela terraiada ali, aquelas perdas da frente que es fizeram ali vem tudo, o vento sopra lá quando es ta mexendo lá vem tudo pra cá... ai meus móvel não para limpo, todo dia tem que ficar limpando.

Entrevistadora: entendi

Senhor E: e ai parece que parou lá e pa es mexer e ta lá, então esse negocio ta dando mau cheiro aqui agora, onde os pessoal saiu ta dando mau cheiro.

Entrevistadora: a na casa aqui que saiu ai?

Senhor E: o pessoal ta jogando entulho ai, joga móvel vei, eletrodoméstico velho joga tudo ai, agora parece que ta dando, de uns tempo pra cá parece que ta dando assim um mau cheiro.

Entrevistadora: entendi.

Senhor E: tem dia que eu fico até com vergonha de trazer visita pra cá porque nossa Deus, fico até com vergonha.. ai nessa parte ai mudou muito isso aqui né ficou assim meio ruim, ficou assim um ambiente, um astral assim mais desagradável, cê olha assim nossa... aquele tanto de casa quebrada ai, fio desses poste tudo pendurado, ai nisso ai muita coisa né ai, nosso Deus.

Entrevistadora: entendi é... em relação a... ao entulho ai que o senhor falou, que o senhor chegou a falar né... a URBEL veio, já veio algum momento limpar?

Senhor E: ah não veio não, da cobra aí, dá lacraia, escorpião nisso ai, os vizinho tão tudo reclamando ai ó... tem dia que eu ate comento com es ai que dia que esse

negócio vai sair daqui, que dia que es vão limpar esse negocio aqui, até quando que isso vai ficar ai... não agente fica até preocupado né, a gente que mora pertinho aqui fica com medo de aparecer algum bicho aqui dentro da casa da gente vem desses negócio aí.

Entrevistadora: já chegou a aparecer algum bicho aqui ou não?

Senhor E: a graças a Deus não

Entrevistadora: só

Senhor E: as vezes mais é barata de esgoto, esses esgoto barata só isso só, de resto... graças a Deus apareceu não.

Entrevistadora: ah isso é bom né.

Senhor E: inclusive teve até menino, menino fica brincando ai ó, menino criança brinca nesse negocio esse trem abandonado ai... daí é muito perigoso, aparece um escorpião morde esses menino ai.

Entrevistadora: es brinca dentro das casas ali?

Senhor E: é es fica brincando dentro das casa ai, coitado os menino não tem lugar de ficar uai, um lugar pra viajar então es fica ai brincando nesses trem abandonado ai.

Entrevistadora: é eu entendo... é... tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de falar assim sobre as intervenções e tal?

Senhor E: Ah eu gostaria que esse negócio saísse logo daí.

Entrevistadora: saísse tudo logo né?

Senhor E: não não vejo a hora, nosso Deus, é muita poeira, muita coisa muita poeira sujeira de mais... mas pra quem ta querendo jogar entulho fora é bom né, ai não precisa ir lá na BR, ai joga tudo aí ó.

Entrevistadora: isso é verdade.

Senhor E: não é?!

Entrevistadora: agora eles tem aonde onde jogar né.

Senhor E: é inclusive ai nem o meu gato que era, eu tenho um gatinho aqui ele era branquinho igual essa parede ai ó, o gato ta da cor dessa...

Entrevistadora: o gato amarelou?

Senhor E: amarelou tudo, nossa tem gente que por exemplo o gato porque gato não suja, ai o gato amarelou virou a cor dessa estante aqui ó.

Entrevistadora: que isso gente.

Senhor E: sujeira e poeira, nossa.

Entrevistadora: ce nem ta tão perto assim ainda né.

Senhor E: no que que isso ce imagina quem mora naquela lá perto da rua lá, ce imagina bem a situação deve ta aquelas casas ta perto lá.

Entrevistadora: eu conversei com uma senhora lá mais cedo hoje, ela falou que ta difícil.

Senhor E: num ta mesmo alá.

Entrevistadora: a poeira lá...

Senhor E: ta difícil mais ta difícil mesmo.

Entrevistadora: como é que ce acha que vai ser na hora que es começar a demolir essas casas que aqui que já saíram?

Senhor E: ah vai clarear um mucado de coisa ai... vai clarear... o espaço vai aparecer muita coisa, vai clarear uai... agora gostaria de saber por causa de que que es num... garrou desse jeito ai, num sei por causa de que.

Entrevistadora: acho que es tão dando prioridade lá pra pra baixo primeiro né, pra ver, pra principal ali.

Senhor E: lá em baixo?

Entrevistadora: não aquela, essa principal aqui mesmo da rua.

Senhor E: mas es tão parado também ué.

Entrevistadora: é tudo parado, deve ser verba né, não sei.

Senhor E: é terra terra mais terra, caminhão de terra, pra que aquele tanto de terra ali?

Entrevistadora: boa pergunta.

Senhor E: gente do céu pra que esse povo coloca tanta terra ai, mas é terra um tanto de terra, caminhão de terra terra, já foi mais de uns dois mil caminhão de terra ai.

Entrevistadora: es traz terra e coloca ai?

Senhor E: é... e é terra boa, aquela terra limpinha.

Entrevistadora: olha...

Senhor E: joga tudo ali... ai fica, sei se es vão fazer uma praça ali, ou vai fazer... tem gente que comenta diz que vai fazer prédio ali, falei mais gente.

Entrevistadora: a vai, vão fazer mais prédios.

Senhor E: prédio em cima da terra?

Entrevistadora: não predinho mesmo, igual eles fizeram mais pra lá né pras pessoas morarem, as pessoas que foram é... indenizadas es vão fazer mais aqui na frente também.

Senhor E: mais em cima da terra? Povo confia de mais em, nossa... mas engenheiro sabe que que faz né.

Entrevistadora: é isso ai...

Senhor E: mas eu fico olhando ali da BR ali pa baixo parece que vai ficar muito bonito isso ai pra baixo ai... né... vai ficar muito bonito... a rua principal, aquela rua que vai descendo pra cá, que nem uma rua né?

Entrevistadora: é lá vai ser uma rua, eles tão colocando terra ali, uma avenida na verdade né.

Senhor E: é tipo isso né... a eu queria ce gravasse vai ser gramado aquele negocio ali, vai grama.

Entrevistadora: ce acha que vai ficar bonito?

Senhor E: ah eu acho que vai ficar bonito.

Entrevistadora: vai melhorar a visão aqui?

Senhor E: ai ta demorando mas vai chegar, diz que coisa demorada fica bom né?

Entrevistadora: será? Esperamos que sim né.

Senhor E: diz que coisa demorada que é bom, tudo que é demorado é bom.

Entrevistadora: espero que sim...é... senhor tinha algum parente que oi removido, alguma coisa assim?

Senhor E: tenho, um irmão meu foi removido.

Entrevistadora: é ce sabe onde que es tão morando?

Senhor E: ele ta lá naques predinho lá.

Entrevistadora: tão no predinho também né?

Senhor E: sei que ele também num ta gostando de lá não.

Entrevistadora: ce conhece alguém que ta gostando de lá? Ou ninguém gosta?

Senhor E: falei gente, inclusive eu fui lá uma vez eu fui lá um lugar tão bonito, tudo arrumadinho, a rua tudo asfaltada, tudo, poste tudo iluminado, né?! Uma pena que o povo não da valor né, as vez es acostuma com a bagunça aqui acha que lá é mesma coisa.

Entrevistadora: é vai ver, tem gente que gosta mais de casa também né, tem mais liberdade.

Senhor E: igual mesmo um vizinho que morava no beco aqui um dia encontrei com ele lá na BR aqui ele reclamou comigo que lá ta ruim de mais, que ele foi fazer um culto na casa dele lá o vizinho reclamou que tava fazendo muito barulho, o meu irmão que mora lá também diz o vizinho faz muito barulho põe o som muito alto e ele

não pode colocar, ele já falou um dia comentou comigo se ele pudesse ele vendia aquele apartamento dele e voltava pra cá de novo, diz ele que ele tinha... diz ele que ele tem coragem de fazer isso.

Entrevistadora: ele morava aqui nessa rua também?

Senhor E: ele morava na rua principal.

Entrevistadora: ah ta, na principal... pessoal num ta gostando muito mesmo não.

Senhor E: ah ele falou lá que os cômodo muito pequeno, diz que quando toma banho lá vaza lá na...

Entrevistadora: no vizinho de baixo?

Senhor E: no piso, então quando toma banho cai dentro da casa do vizinho lá em baixo, ai tem que mandar ele arrumar, no mais que que isso.

Entrevistadora: trem mal feito.

Senhor E: que isso né possível ué.

Entrevistadora: ah não acredito.

Senhor E: eu pensei que es ia ficar feliz ficar alegre, no que maravilha sair da favela prum bairro, vou prum bairro morar em apartamento, povo ta é reclamando, falei eu que isso eim.

Entrevistadora: senhor preferia morar aqui ou lá?

Senhor E: do jeito que eu to vendo ai prefiro ficar aqui memo.

Entrevistadora: ficar aqui mesmo né?

Senhor E: é pelo menos aqui pode fazer o que quiser, aqui tem área né pode criar as galinha da gente pode os animais da gente pode criar aqui, lá num pode.

Entrevistadora: é verdade.

Senhor E: meu irmão teve que trazer tudo pra cá aqui pra casa porque num pode levar pra lá.

Entrevistadora: num pode ter bicho lá mesmo não, apartamento né.

Senhor E: que isso, a vizinha ai, ela tinha um cachorrão dessa altura assim teve que dar pros outro.

Entrevistadora: deu o cachorro?

Senhor E: porque não podia levar, então eu acho assim muita falta de liberdade.

Entrevistadora: é né, a isso é verdade... então tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar sobre as intervenções aí?... o relacionamento que ces tinham com seus vizinhos que saíram?

Senhor E: é isso ai uma pena que a gente não vê es mais né, não vê es mais, de vez em quando eu vejo alguns ai porque... uma coisa mais interessante que eu acho também que es saíram daqui mas não sai daqui.

Entrevistadora: saíram mas não saíram.

Senhor E: ta sempre vê es na rua ai, esse pessoal fico pensando engraçado esse pessoal saiu daqui, eu pensei que es ia ficar queto pra lá es ta sempre aqui, um na casa do outro, esse pessoal não sai daqui não uai, parece que gostam memo daqui viu.

Entrevistadora: a isso é legal, pelo manos mantém a amizade né.

Senhor E: é amizade né, já acostumou a ficar aqui ai quando vai pa outro lugar parece que num quer ficar lá não, que vim pra cá.

Entrevistadora: é verdade, isso é bom. É então acho que a gente pode encerrar agora, muito obrigada pelo seu tempo, ta.

Senhor E: de nada.

Transcrição da entrevista nº 5

Entrevistado(a): Senhor J

Data: 16/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Senhor J: primeiro, qual o motivo dessa pesquisa?

Entrevistadora: é então... eu vo... eu to fazendo a monografia de conclusão de curso né eu estudo Ciências Socioambientais, e ai... eu até trabalhei aqui no... tinha aqui o programa Polos não sei se cê lembra?! Eu fui estagiária lá um ano mais ou menos, ai eu gostei bastante do trabalho aqui resolvi fazer minha monografia relacionada ao aglomerado aqui entendeu?! Ai é mais assim a percepção das pessoas que não serão removidas em relação ao programa, porque a gente já tem muito trabalho com as pessoas que foram removidas, que foram pro predinho tal, ou receberam indenização e ai eu quis, eu pensei em fazer uma coisa diferente então eu vou fazer com a percepção das pessoas que vão ficar aqui, vão ficar no aglomerado né, depois das intervenções... é então pode começar?

Senhor J: pode.

Entrevistadora: como você acha que você foi e vem sendo afetado pelas intervenções do programa vila vila?

Senhor J: oh o afeto, o que ta sendo afetado é pelas máquinas né que eles tão trabalhando e tal, isso ta mexendo muito com a estrutura de quem ta ficando, e... e é isso sabe, e a poeira que ta de mais... sabe, o descaso que eles estão fazendo, porque eles remove uma casa deixa o os entulhos todos ai, então é isso o pessoal ta jogando muito lixo, ta tendo é rato, barata, esses negocio, então eles não tão fazendo assim uma coisa muito correta porque eu acho, eu penso assim, da mesma forma que eles tão removendo eu acho que eles teriam que fechar o local pra não ter esse descaso que eles tão fazendo, que é o pessoal jogando lixo, que o pessoal não ta tendo essa consciência.

Entrevistadora: é, em algum momento a URBEL te procurou assim... ou procurou você algum dos seus vizinhos, pra falar da intervenção das outras casas ou da sua?

Senhor J: não, não foi , não foi procurado.

Entrevistadora: você... sempre soube que você não seria removido ou em algum momento você pensou que seria removido, ficou na dúvida?

Senhor J: a gente ficou na dúvida né porque a gente acho que ia ser os dois lados é... removidos, só que foram só um né, e... e não, a gente não teve essa, essa conversa com o pessoal da URBEL.

Entrevistadora: além da, da questão da poeira que cê chegou a falar, cê acha que mudou mais alguma coisa na sua vida... que era de uma forma antes e agora é de outra forma depois das intervenções assim?

Senhor J: não, não isso não... além do que eu te falei né, da poeira, do lixo, e dos bicho que estão dominando o lugar.

Entrevistadora: quando cê fala das estrutura, ce fala da estrutura da casa ou... sei lá, do social, de vida?

Senhor J: não da casa, a casa treme muito, cê vê que tem muita casa que, as que ficaram estão raxada, inclusive a da minha mãe, e a gente... tinha um pessoal ai da... é... ai gente o pessoal do, eu esqueci o nome deles, e a gente ainda conversou com eles e ai eles falou que a gente tinha que procurar o CRAS região pra expor isso pra eles manda alguém da uma olhada, só que não deu em nada, ficou por isso mesmo.

Entrevistadora: cê tem conhecimento de alguém que chegou a ir na URBEL pra reclamar disso, ou não?

Senhor J: é teve uma moça aqui ela, ela até chamou a reportagem aqui da alterosa se eu não me engano eu acho umas duas semanas atas passou essa reportagem na televisão, e foi só ela assim que eu sei.

Entrevistadora: ah que legal vou assistir, é alterosa?...

Senhor J: TV alterosa.

Entrevistadora: TV alterosa... é cê tinha algum contato com seus vizinhos que foram removidos aqui da frente?

Senhor J: sim, tive... e muitos deles né, na maioria principalmente aqui de frente da minha casa, eu tinha muito contato com eles, e eles pra lá ou pro [cecrome], que não gostou, por que ta sendo assim, foi tirado daqui, e lá eles tão tendo um custo de vida mais caro né, então assim eles tem muitos que não estão gostando outros estão, inclusive a minha irmã tamem foi removida, ela ta gostando, mais algumas vizinhas não.

Entrevistadora: ela foi pro predinho?

Senhor J: foi.

Entrevistadora: ah então você mantém contato com seus amigos ainda que, que moravam aqui?

Senhor J: sim.

Entrevistadora: eles vem muito aqui, cê vem muito lá, cê vai muito lá?

Senhor J: não.

Entrevistadora: não?

Senhor J: não, não vo lá.

Entrevistadora: só por telefone mesmo?

Senhor J: só por telefone.

Entrevistadora: e antes de, deles serem removidos assim, além da relação de amizade tinha algum outro tipo de relação? Eu falo assim de troca, de ajuda esse tipo de coisa?

Senhor J: ah tinha, inclusive essa minha amiga mesmo ela.. ela tem uma criança pequena né e quando ela morava aqui ela pedia pra mim ficar com ele enquanto ela trabalhava, ai agora com essa mudança ela arrumou uma outra pessoa mais próxima dela.

Entrevistadora: entendi... é deixa eu ver aqui se tem mais alguma coisa que eu possa... ce ainda, você acha ainda que você pode ser removido do aglomerado ou você acha que não tem essa possibilidade?

Senhor J: eu acho que não tem essa possibilidade, porque pelo que eles falaram é somente esse lado mesmo, esse o outro lado não.

Entrevistadora: ah ta... o pessoal do beco aqui, beco... das rosas eu acho.

Senhor J: isso, que é aqui atrás.

Entrevistadora: eles tão, pessoal que não foi removido eles tão com a dúvida ainda.

Senhor J: é inclusive a minha mãe porque... ela mora, ela mora aqui em baixo, aqui do lado, e esse beco aqui é acima da casa dela, então mais ou menos umas três famílias foram removidas e a casa dela ficou, e esse lado que a gente ta, do lado da casa da minha mãe vai ser removido e ela não... então a gente, eu acho que ela vai, a gente aqui pra cá não.

Entrevistadora: ah tá entendi, então acho que no mais é isso, tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar assim, uma percepção sua sobre as remoções?

Senhor J: não, não nenhuma, só isso mesmo.

Entrevistadora: então ta bom... então a gente vai encerrar.

Transcrição da entrevista nº 6

Entrevistado(a): Senhora E

Data: 23/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: É “Senhora E”, a senhora se considera como atingida pelas intervenções do programa Vila Viva?

Senhora E: a eu... eu penso assim essa poerada que ta essas coisa assim né, cê vê que a prefeitura não veio aqui... não anda de pressa com os trem né ta parecendo um atingido por causa dessas poeira desses pó.

Entrevistadora: entendi, é... além.

Senhora E: limpa o pó olha pro cê vê como é que fica, a gente limpa a casa e olha a área li como que fica.

Entrevistadora: é verdade.

Senhora E: poeira fica, vem tudo pela janela.

Entrevistadora: além dessa questão da poeira, senhora acha que tem alguma outra coisa assim que você foi e vem sendo afetada assim pelas intervenções?

Senhora E: a e tem outra coisa, com essa saída tirou o outro esse beco é escuro a noite.

Entrevistadora: não tem iluminação?

Senhora E: não tem luz, tem luz mais ai eles depois que es desmanchou tirou o pessoal não veio olhar, então a noite fica escuro ai, já foi recramado mas es fala que, fala pra prefeitura que tem que...

Entrevistadora: tem a luz mais ela não funciona direito?

Senhora E: não funciona, não acende, é só isso memo.

Entrevistadora: já chegou a acontecer alguma coisa de violência aqui no beco?

Senhora E: não isso não, mas fica cheio de... gente ali mexendo com droga fica, ali numa parte é... numa parte, ai es fica... mais num mexe com a gente não mai né... meio cabreiro a noite, é isso mesmo.

Entrevistadora: entendi, como e quando que você ficou sabendo que você era afetada pelo programa?

Senhora E: foi logo quando começou memo, tirano os povo, os vizinhos.

Entrevistadora: a URBEL ou a prefeitura em algum momento veio aqui na casa da senhora informar sobre as remoções?

Senhora E: veio, não veio pra olhar né, tirar foto esses trem, pra ver se afetasse alguma coisa que era só chamar eles.

Entrevistadora: afetou alguma coisa na estrutura da sua casa?

Senhora E: não, da minha casa não só da minha filha mas es já arrumou o muro.

Entrevistadora: aqui na de baixo né?

Senhora E: é.

Entrevistadora: é... você acha que mudou alguma coisa na sua vida depois que começaram as remoções aqui? Vida pessoal?

Senhora E: mesma coisa.

Entrevistadora: mesma coisa?

Senhora E: mudou nada não.

Entrevistadora: é... você sabe... você sabe se vai sair do aglomerado, se você acha que não vai sair você sempre soube assim?

Senhora E: eles fala que eu num vo sair não, num vai sair a gente aqui não, não sei por enquanto mais tarde porque a outra eles fala que não.

Entrevistadora: sim e... depois desse contato que eles vieram mediar a sua casa eles voltaram aqui alguma vez?

Senhora E: não.

Entrevistadora: nenhuma vez?

Senhora E: nenhuma vez.

Entrevistadora: Você tinha algum contato com seus vizinhos aqui que foram removidos?

Senhora E: tinha muito, que era mais é parente né, irmã, primo, tudo morava aqui tinha muito parente, e esse beco é um beco meio não tinha saída era tranquilo.

Entrevistadora: a ta só entrava quem era morador daqui né?

Senhora E: é morador era, só.

Entrevistadora: é... cê tem contato com eles ainda?

Senhora E: tem e não tem né, quando encontra com es que eu num vo lá e es num vem cá, então é assim.

Entrevistadora: cê sabe pra onde que eles foram?

Senhora E: pro predinho ali.

Entrevistadora: foi pro predinho né?

Senhora E: é predinho.

Entrevistadora: eles tão gostando de lá?

Senhora E: ta, minha irmã ta adorando e os vizinho também fala que ta bom, sossegadinho então...

Entrevistadora: ela acha que é melhor do que aqui?

Senhora E: é

Entrevistadora: isso é bom... é vocês tinham algum tipo de ajuda, vocês se ajudavam de alguma forma, como é que era a relação de vocês assim? Antes dela ter que se mudar.

Senhora E: ajudava como assim?

Entrevistadora: a... ajuda não sei financeira ou cuidar de de criança, esse tipo de coisa?

Senhora E: não não.

Entrevistadora: era só mais familiar mesmo?

Senhora E: era mais familiar assim tudo, saia todo mundo de manhã pra ir trabalhar.

Entrevistadora: a entendi.

Senhora E: de tarde né...

Entrevistadora: urrum, é deixa ver o que mais... tem alguma coisa mais que você queira acrescentar, alguma historia de um algum vizinho seu, alguma coisa que você percebeu assim sobre?

Senhora E: não não.

Entrevistadora: entendi.

Senhora E: é tudo mesmo pra ter agora, o que ta enchendo o saco só por causa da poeira, lá pra baixo ta desse jeito, cê limpa muito a casa num adianta mais para limpa.

Entrevistadora: eu acho que da outra vez eu vim aqui tava, eles tavam quebrando aqui ainda, tem uns cinco meses.

Senhora E: foi comigo que cê conversou?

Entrevistadora: acho que foi mais tem tem uns meses já, tem uns seis meses já, tem um bom tempo.

Senhora E: acho sim.

Entrevistadora: é é, tava pior né.

Senhora E: tinha uma janela aqui ó.

Entrevistadora: é isso mesmo, era isso mesmo.

Senhora E: que eu troquei.

Entrevistadora: era isso memo.

Senhora E: tava pior.

Entrevistadora: é tava até passando uma máquina aqui na frente.

Senhora E: é quando a máquina es tava ai tava pior que tava quebrando tudo, agora tá, já mesmo porque... es pega pedra a maquina passa lá embaixo né, es ta acentando tudo.

Entrevistadora: cê sabe que que es vão fazer aqui na frente, vai continuar o beco? Aqui na frente vai ser a rua?

Senhora E: não por baixo ai é a rua agora aqui esse beco eu num sei se es vai arrumar, se es vai...

Entrevistadora: vai dar na rua né?!

Senhora E: vai dar na rua não sei, isso ai num informa.

Entrevistadora: num fala não.

Senhora E: num fala.

Entrevistadora: é sua filha ta ai na casa dela?

Senhora E: num ta não, num tem ninguém ai não, ta trabalhando né.

Entrevistadora: só chega a tarde?

Senhora E: na terça pega serviço uma hora e só dez hora, minha neta tamem.

Entrevistadora: a es trabalha a tarde.

Senhora E: trabalha na parte da tarde.

Entrevistadora: a tarde né?

Senhora E: é.

Entrevistadora: então eu vou ver se eu venho ai na parte da manhã, será que... será que, a num sei ela costuma ficar ai na parte da manhã?

Senhora E: costuma ela chama Alessandra.

Entrevistadora: eu também não gosto muito de ir na casa das pessoas de manhã também não sabe, mais as vezes num da né, tem muita gente que trabalha.

Senhora E: é ela ta trabalhando ma parte da tarde.

Entrevistadora: é muita gente que trabalha de tarde, ai fica difícil, mais cê conhece esse vizinho de cima aqui?

Senhora E: trabalha também, é Ilma.

Entrevistadora: Ilma.

Senhora E: é só ela e a filha dela ta tudo trabalhando.

Entrevistadora: es trabalha de tarde também?

Senhora E: não ela fica o dia inteiro, ela chega lá pras quatro, cinco horas.

Entrevistadora: a chega a tarde... vou ver se eu venho ai outro horário pra conversar com elas então, que a maioria das pessoas que eu to conversando é isso mesmo, de tarde es tão trabalhando.

Senhora E: pois é.

Entrevistadora: então ta bom eu vou encerrar aqui.

Senhora E: tá.

Entrevistadora: se quiser falar mais alguma coisa.

Transcrição da entrevista nº 7

Entrevistado(a): Moradora L e Senhora U

Data: 23/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: vocês a... vocês se consideram afetadas pelo, pelas intervenções do programa Vila Viva? Eu falo assim, se de alguma forma você foi afetada pelas intervenções que aconteceram aqui do programa e que estão acontecendo ainda, cê acha que mudou alguma coisa na sua vida assim?

Moradora L: uai, sei lá acho que, algumas coisa mudou alguma não porque agora abriu muito o espaço pra gente, por um lado foi bom que, um lado foi bom que vai melhorar mais o outro lado aqui é que abriu muito né então deu muito espaço pras pessoas prontarem mais então, num sei, mais um lado também pra melhorar o bairro.

Entrevistadora: entendi, ce acha então que essas mudanças que vão ser feitas aí vão ser pra melhor?

Moradora L: creio que sim que pra melhor, diz que abrir praça sei lá o que mais.

Entrevistadora: entendi, é como e quando, assim, em algum momento a URBEL ou a prefeitura entrou em contato com vocês pra falar sobre as intervenções?

Moradora L: uai sim, porque eles veio passando na casa, explicando a situação, foi mãe? eles veio passando nas casa, explicando a situação, explicando quem que ia tirar, porque que ia tirar.

Entrevistadora: isso foi quando mais ou menos?

Senhora U: tem tempo.

Entrevistadora: bem no começo?

Senhora U: sei não logo no inicio que es começou.

Moradora L: logo no inicio depois não vi es aqui mais não.

Senhora U: tem um ou dois anos.

Moradora L: um ano e pouco já até... mas falou que a gente não ia sair ne mãe?

Entrevistadora: eles deram certeza que vocês não vão sair ou assim..

Moradora L: não deu certeza...

Entrevistadora: Pode ser que talvez aconteça né?

Moradora L: arram.

Entrevistadora: entendi, ces conheciam seus vizinhos aqui que foram removidos?

Moradora L: sim.

Entrevistadora: ces era amigos? Como é que era a relação de vocês?

Moradora L: ah bom, normal porque eu e minha mãe não incomoda ninguém, es também não incomoda a gente, então era bom.

Entrevistadora: ces eram amigos assim de conversa, ou de troca alguma coisa assim do tipo?

Moradora L: só de conversa mesmo, de oi, bom dia, boa tarde, tudo bem.

Entrevistadora: ata, ces ainda tem contato com eles ou... perdeu contato?

Senhora U: a daqui a essa do lado sempre eu vejo ela de vez em quando na pracinha, só que eu converso com ela.

Entrevistadora: ah ta entendi.

Moradora L: é alguns saiu e outros, e alguns conviveu ai com a gente ai.

Entrevistadora: cê sabe pra onde que eles se mudaram?

Moradora L: creio que foi todos pro predinho mesmo.

Senhora U: foi pros predinho mesmo.

Moradora L: porque se não tiver ido pra lá foi pro interior, pro interior deles, cada um com seu destino.

Senhora U: não os daqui foi pro prédio.

Moradora L: os que não quis os apartamento, ta indo pro interior.

Entrevistadora: é... tem mais alguma coisa assim que eles perceberam, que vocês queiram acrescentar assim de alguma forma, talvez que, alguma coisa que seus amigos tenham contado a vocês assim sobre as intervenções, que foi assim, talvez importante pra eles mais que talvez pra você assim não... não tenha mudado muito na sua vida? Esse tipo coisa.

Moradora L: uai teve gente que já vi comentar que teve mais segurança porque o fato de ser aberto então as policia fica aqui dentro, como era fechado antigamente então... creio que vai ter um pouco de segurança mais agora por isso porque as policias de longe já vê tudo, eu acho que por mim sim muita gente também comentou, tem umas pessoa que comentou, então eu acho que deve ter melhorado nisso ai também.

Senhora U: esse lixo ai, é lixo demais.

Moradora L: as pessoas não respeita né porque...

Senhora U: essa ta muito fedendo ai ó.

Moradora L: agora que ficou mais complicado porque o povo não respeita, povo não respeita, tanto aqui como lá, povo fala, povo joga lixo toda hora aqui, tem que ver a lixaiada que ta aqui, mais fora isso eu acho que muita gente gostou, então diz que melhorou porque muitas pessoas aqui tinha a casa muito ruim, muito ruim mesmo, morava no porão, e agora moram num apartamento melhor né, então muita gente ficou feliz por isso, apesar de ser pequeno mais muita gente ficou feliz por isso, então melhorou muito muito mesmo tinha gente que morava num cômodo só num barraco, então lá ganhou cinco cômodos, fez muita diferença pra eles muita gente, muita gente elogiou por isso e eu não saio de lá por nada, não voltaria pra cá.

Entrevistadora: não voltaria pra cá né.

Moradora L: não.

Entrevistadora: é... esqueci o que eu ia perguntar... no que droga... sua mãe tava comentando da água aqui?

Moradora L: porque abriu agora ai o esgoto né e ta fedendo muito, muito mau cheiro.

Entrevistadora: passa esgoto aqui.

Moradora L: a mais acho que isso daí num...

Senhora U: já abriu ai, deixou tudo aberto ai do buracão.

Entrevistadora: tinha ai antes? Foi a prefeitura que abriu?

Senhora U: tinha mais tinha a manilha, agora es abriu tudo, da janela aqui ó.

Moradora L: mas acho que tirou já mãe.

Senhora U: ta aberto lá, chega da janela aqui eu vou te mostrar, ela nem viu... olha aqui, es abriu ó, lá na aquela reta lá, o esgoto tá ali, ó o fedô [...] o o lixo como eu falei, ó o mau cheiro, olha o fedô... muito lixo, é por isso que ta essas mosquitada aqui.

Moradora L: não isso é porque que tem pessoas que não respeitam né então.

Entrevistadora: joga lixo né.

Moradora L: joga lixo.

Senhora U: o povo joga lixo ai.

Entrevistadora: é o pessoal ta reclamando muito disso mesmo.

Senhora U: ta fedendo e muito, muito.

Moradora L: como ta aberto agora as pessoas tão tendo muito mais liberdade tendeu, ta complicado, esse lado ai ta complicado... principalmente da rua ai ta abrindo pra melhorar a situação da rua porque as vezes é muito apertado essas ruas aqui, a ta abrindo a rua pra melhorar a situação de transito né, mas o povo coloca ali faz estacionamento pra todo lado do mesmo jeito, então ta todo mundo reclamando.

Senhora U: pois é mais isso ai quês abriu e não colocou manilha, como é que ta ai ó, esse fedozão.

Moradora L: ai num, esse lado ai não resolveu ainda mais, espero que resolva né ce tem que ver se descer a rua ai, estacionamento ta muito complicado, porque o povo fica fazendo estacionamento na rua.

Entrevistadora: é não tem estacionamento mais, que eles abriram, eles fizeram, abriram assim pra passagem da rua o povo tava estacionando no canto.

Moradora L: a prefeitura falou que era pra melhorar o fato disso também, do estacionamento aqui, então muito difícil de transitar aqui na... no aglomerado por causa disso, mais só que por enquanto tem nada resolvido porque tudo ta muito apertado aqui na rua, isso ai não tem certeza não.

Entrevistadora: é eu reparei mesmo.

Moradora L: é uma dificuldade pra descer aqui andar nessa rua, mais o povo não respeita por um lado né, porque as moto passa ai é só Jesus né, atropela oce no mei da rua, ai a prefeitura falou que ia ter essa melhora também por causa disso porque ia abrir as ruas pra tentar melhorar a situação do transito... que eu nem sei o que que vai ser, se vai ser BR, se vai ser sei lá o que que é... esperar pra ver enquanto isso ai fica isso ai essa bagunça toda ai.

Senhora U: esse lixão ai.

Entrevistadora: esse... ce sabe o que vai ser feito aqui na onde essas casas foram removidas aqui no beco?

Moradora L: disse que vai ser uma praça, tipo aquela pracinha ali embaixo.

Senhora U: eles falam né.

Moradora L: isso aqui vai ser uma praça... disse que essa parte ai essa região ai aqui diz que vai ser uma praça.

Senhora U: uns fala que é praça outros fala que é rua.

Moradora L: é até entender essa praça ai tudo bem, to achando estranha né.

Entrevistadora: é também não sei não.

Moradora L: é es falou que vai ser uma praça, por enquanto num falou mais nada não, e não garantiu que a gente vai permanecer aqui, que diz que vai passar uma rua aqui, uma praça ali, uma no meio aqui, uma confusão ai.

Entrevistadora: é estranho.

Moradora L: porque ia sair uma rua nós tinha ficado do lado da rua, esse lado aqui...

Entrevistadora: mas não começaram a mexer aqui ainda não né?

Senhora U: não ainda não.

Moradora L: falou que esse lado nós ia ficar em frente a rua... vai ser uma rua, e uma praça no meio ai.

Entrevistadora: ah ta, no mais aqui é muito alto né.

Moradora L: por isso que não tirou o lado de cá, porque como aqui é em frente a rua, o povo daí pra baixo que não é, ai disse que vai ficar essa parte de cima, vai ficar em frente a rua, e a parte de baixo vai ser pracinha alguma coisa assim.

Senhora U: a gente num pode nem comentar porque a gente num sabe né.

Moradora L: a gente não entendeu direito mas...

Senhora U: o que quês vão fazer.

Entrevistadora: isso ai es falaram proces lá no começo, antes de começar as obras ou foi por agora? Que es falaram isso da praça...

Moradora L: bom no começo.

Entrevistadora: foi la no começo né?

Moradora L: é, não sei se mudou algumas coisa né deve ter mudado, porque acho que deve ter mudado.

Entrevistadora: projeto né?

Senhora U: tão trabaiano ainda.

Moradora L: saiu até no jornal, essas coisas eu vi ate no jornal que tava essas mudança toda ai, deve te com certeza um monte de coisa ai a gente ta nem sabendo, tem coisa que eu to nem sabendo aqui.

Entrevistadora: mais es não falam mesmo não.

Moradora L: alguma coisa que vai melhorar e algumas coisa não, tem muita gente que ta reclamando, num ta achando bom.

Senhora U: os bicho né que entra...

Moradora L: o povo ta reclamando que, tirando o conforto das pessoas porque é muito pequeno apartamento, a família é muito grande, o que a prefeitura ta dando de dinheiro das casas não ta compensando, porque a casa vale tanto eles da menos que a metade, e esse dinheiro a pessoa não consegue comprar outra casa... ai o que que ele faz, a opção é aceitar o apartamento ou então voltar pro interior, porque o dinheiro que a prefeitura ta dando não tem como comprar outra casa.

Entrevistadora: a indenização é muito baixa né.

Moradora L: por isso que eu falei com minha mãe se a prefeitura for da nos dinheiro pra sair aqui não compensa porque o dinheiro que vai dar aqui eu não consigo comprar outra casa não, ai eu vou ser obrigada a pegar o apartamento.

Entrevistadora: é... e vão fazer outros ali né, mais na entrada ali né.

Moradora L: é, por isso que muita gente ta voltando pro interior por isso também.

Entrevistadora: o dinheiro da pra comprar casa em Belo Horizonte não.

Moradora L: dá não dá 30 mil nas casas, 30, 20 mil, meu primo deu 20 mil, 20, 25 mil.

Senhora U: num da pra comprar outro não ai.

Moradora L: ele não conseguiu nem comprar um lote, conseguiu comprar um lote que achou longe, nem um lote ele conseguiu comprar.

Entrevistadora: ele comprou aonde?

Moradora L: no Barreiro.

Entrevistadora: no barreiro.

Moradora L: no barreiro.

Entrevistadora: é longe.

Moradora L: ele pegou mas acho que pegou mais uns 5 mil ainda, compra só o lote, mais não compra uma casa de 25 mil mais... ele tinha acabado de construir a casa dele aqui, construção novinha.

Entrevistadora: era nesse beco aqui também?

Moradora L: é naquele meio esse meio aqui em baixo aqui... aquele meio ali, é ali, é ali embaixo ali, mas toda construída novinha mesmo, ele tinha acabado de construir... até falou que, pra ter direito ao apartamento tem eu ter morado naquele lugar durante dois anos, ai tem direito ao apartamento, se você não tiver dois anos você não tem direito, você tem que... eles tira a casa e te da o dinheiro, se você não tem como fazer o que... tem que aceitar.

Entrevistadora: te tira a força.

Moradora L: tira a força, ele não queria sair, ele queria apartamento mas ele não teve direito porque ele tinha um ano e cinco meses na casa, um ano e quatro meses mais ou menos.

Entrevistadora: isso ai eles fazem porque... tem algumas, eu acho que não todo mundo obvio mais muita gente age de má fé, sabe que vai ter a remoção ai começa a construir.

Moradora L: é aqui se oce reparou ali tem uma casinha se for ver é nova ali.

Senhora U: mas es engana a gente pois es vem ai da poço dinheiro, acha que vai ganhar um dinherão.

Moradora L: es não pode fazer isso a prefeitura vai tirar... el ele no caso aqui já tava planejando isso a muito tempo... já tava planejando... agora a condição dele deu só nesse momento, quando chegou nesse momento a prefeitura voltou, ele deu, então ele deu foi mau sorte, foi mau sorte mesmo, mais tem muita gente aqui ta agindo de

má fé, com certeza, então o monte de casa que ta construindo ai, sabendo que a prefeitura ta tirando povo ta que constrói.

Senhora U: não mais é porque es ta achando que vai ganhar um...

Moradora L: mais a prefeitura também é inteligente, eles são inteligente.

Entrevistadora: mais depois que começou es não paga es mais não.

Moradora L: paga não, e es ainda são inteligente, quem tem a casa em baixo, ta sendo construída a décima por agora, es não dão, direito é só a casa de baixo, o povo ta ciente disso.

Entrevistadora: urrum... entendi

Moradora L: ou ta fingindo que num ta ciente né.

Senhora U: mas as vezes não conseguiu fazer outra casa pra ele...

Moradora L: mas a prefeitura num avisou?! Quem ta construindo se tem a casa embaixo ta construindo em cima por agora, não tem direito, es vão pagar só a parte de baixo...

Entrevistadora: a partir do momento que começa a retirar eles não...

Senhora U: não paga mais não.

Entrevistadora: não pagam mais.

Senhora U: tem muita gente fazendo isso ai ó, correndo fazendo mais achando que vai ganhar, mais num vai não.

Entrevistadora: vai não...é... tem mais alguma coisa que vocês queiram acrescentar assim que ces perceberam e tal?

Senhora U: eu num tenho não ce tem?

Moradora L: ah acho que é só isso mesmo... porque as pessoas... nada tudo é sempre agrada uma pessoa e a outra não, então... tem coisa que agrada tem coisa que não agrada.

Entrevistadora: nada agrada todo mundo né.

Moradora L: igual eu falo da prefeitura mudar ai eu num sei porque muda algumas coisas e eu num to nem sabendo.

Senhora U: a gente nem sabe, tem coisa que a gente nem sabe.

Moradora L: naquele momento quando eles veio aqui eles falo isso, falo que as rua ia abrir, que ia ser praça, que o lado de cá não ia sair porque ia ficar até próximo da rua então não tinha necessidade de tirar, depois o que vai acontecer eu não sei... a explicação foi essa, porque todo mundo saiu essa casa não então entendi... porque todo mundo saiu e essa casa não?! O que vai fazer foi esse o restante aqui tudo vai sair ainda, só não saiu porque ta esperando eles, ta esperando resolver se quer o apartamento ou se quer voltar pra sua terra, porque o dinheiro já sabe que não da pra comprar uma casa.

Entrevistadora: é pelo menos eles tem mais tempo por que eles tão mexendo na... eles tão fazendo a avenida ali primeiro né.

Moradora L: é.

Entrevistadora: já saiu todo mundo.

Senhora U: es tão fazendo ainda lá.

Moradora L: é isso mesmo e quem não tem moradia feita.

Senhora U: es vai ainda derrubar essa casa aqui em baixo ainda, ai vai aumentar mais o lixo, ainda né.

Entrevistadora: ces já reclamaram com eles sobre o lixo ou sobre...

Moradora L: não sei se o povo já reclamou.

Senhora U: a ieu já falei com o homem sobre vê ai el falou que ia ver ia ver ai num falou mais nada... ia ver ia ver...

Moradora L: eles tiram a casa, vem, tiram a casa toda, ai essas pessoas, esses que não tem casa, mora na rua, vem eles fazem a casa pra eles mesmo, prefeitura vem quebra de novo, ai eles vem faz de novo a parede, porque a prefeitura fechou ne...

Entrevistadora: ah eles constroe a parede né.

Moradora L: é se oce reparar aqui ó, vem cá pro ce ver.

Senhora U: fala baixo... es ta tudo aqui ó... ta vendo eles conversando ai?

Moradora L: eles fizeram uma porta no fundo, fecharam a janela, fez uma porta ali, ai os que moram na rua eles mesmo tiram... tira de novo todas...

Entrevistadora: a vai ficar assim até... até eles começarem a mexer de verdade.

[...] FALOU MUITO BAIXO NÃO DEU PRA ESCUTAR

Moradora L: e ai a gente vai ver ne, que que vai acontecer, com as mudanças ai... e você, o que que você tá achando disso?

Entrevistadora: tem um tempo já que eu, que eu traba... não sei se ces conheceram o programa Polos que mexia aqui em baixo.

Moradora L: sei sim.

Entrevistadora: então eu eu trabalhava lá, eu trabalhei um ano um ano e meio mais ou menos, e dêss dessa época, acho que 2014...

Moradora L: o que você acha daqui ruim?

Entrevistadora: do aglomerado em geral? ah eu acho... assim pode ser que as obras pode ser que ajude a circulação igual ce falou assim de casa tudo mais, mais é triste pelo lado das pessoas que vão ter que sair né, que já saíram.

Moradora L: é, eu acho que 50% das pessoas gostou, por pra ter uma casa melhor, porque minha tia mesmo, minha tia mesmo a casa dela é horrível, do lado aqui do barranco, não tinha nada, só tinha passava rato, a casa fedia muito, ela não tinha estrutura nenhuma pra mexer, toda vez que descia um caminha aqui direto já aconteceu 3 vezes, o caminhão batia na casa dela, tinha que vim fazer o muro todo de novo, direto... acontecia isso aqui vinha micro ônibus, caminhão, passava aqui na rua, de frente pra casa dela, quebrava tudo.

Senhora U: batia de frente pra casa dela.

Moradora L: batia na casa dela... por isso também a casa dela, por isso também que eles tirou ela também, tirou ela e a... a outra tia também porque acidente ali era

direto, quebrou três vez a parede de dentro, ai a prefeitura vinha construía a parede toda de novo.

Entrevistadora: ai pra ela foi melhor né?

Moradora L: pra ela foi maravilha, porque alem de receber uma casa melhor, agora os nível de acidente...

Entrevistadora: nenhum risco de...

Moradora L: ai uma vez ela dormindo caminhão caiu quase aqui em baixo, bateu quebrou tudo, a casa dela quase toda na frente ali.

Entrevistadora: nossa.

Moradora L: a prefeitura vinha construía tudo, ai acontecia tudo de novo... então muita coisa que aconteceu aqui ta evitando de acontecer né.

Entrevistadora: não eu acho isso também, algumas coisas vieram para melhor outras coisas...

Moradora L: ou pra pior porque quem tem casa grande aqui não quer, não quer o apartamento, apesar dele ser bem arrumadinho, que eu conheço lá, ele é bem pequeno.

Entrevistadora: é eu fui lá também.

Moradora L: cê foi lá?

Entrevistadora: fui é muito pequeno.

Moradora L: é muito pequeno não cabe nada, tem que ser tudo medido, tem que ser tudo planejado.

Entrevistadora: é e a indenização que eles, se cê tem uma casa grande assim, a indenização que eles dão não valo o valor...

Moradora L: não vale que o valor em dinheiro não da pra comprar uma casa, aquele apartamento não cabe tudo.

Senhora U: é igual essa daqui ó, se for pra mim vender é no valor de 100 mil.

Moradora L: a prefeitura num da não.

Entrevistadora: nem a metade.

Senhora U: vai ver 30, 40, no Maximo 50.

Moradora L: acho que dá 20 mil aqui.

Senhora U: num da o que a gente gastou, num da o que a gente já fez não.

Moradora L: porque se for vender eu vou vender por 60 mil no maximo... assim pela prefeitura daria 20... 20 mil só.

Transcrição da entrevista nº 8

Entrevistado(a): Moradora A

Data: 23/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: É então “Moradora A”.... é você se considera uma atingida pelo programa Vila Viva? Pelas intervenções da prefeitura?

Moradora A: não

Entrevistadora: não... se você, como você acha que você foi e você assim, de alguma forma as obras ou as intervenções aí vem afetando sua vida assim? Se mudou alguma coisa, se era de uma forma antes e agora depois das intervenções é de outra forma.

Moradora A: única coisa que mudou mesmo foi a convivência, conviver com as pessoas que moravam aqui há muitos anos já, e agora é muito difícil a gente se ver se encontrar, por causa do meu trabalho eu quase não saio tem que ficara aqui, e é muito difícil as pessoas virem de lá pra cá, porque é distante, de lá mesmo já vai pro trabalho, já vai pra escola.

Entrevistadora: de lá você fala aonde?

Moradora A: de lá dos predinhos

Entrevistadora: dos predinhos

Moradora A: pessoas que moravam aqui que foram desabrigados todos foram pro predinhos, nenhuma pegou a indenização em dinheiro, todas foram pro predinhos, então, de relevante de mudança que teve foi só isso, a convivência que não tem mais com essas pessoas, a na questão da desocupação não me atingiu não, minha casa não saiu, ainda não vi melhora, não sei se porque a obra ainda tá inacabada... que tem o transtorno né, da quebradeira, da poeira, que já tá prolongado já tem uns 3 anos ou mais que eles começaram a quebrar as casas e

nada, tipo assim ainda não tem nada de concreto feito, só quebraram e ficou por isso mesmo.

Entrevistadora: você ainda tem algum tipo de contato por whatsapp ou telefone com essas pessoas que saíram?

Moradora A: tenho, num é contato muito freqüente não mais eu tenho contato com eles, tem gente que é cliente minha aqui da minha loja de vez em quando vem, encontro com es no sacolão talvez outro lugar, mas eu tenho contato sim.

Entrevistadora: arram é... antes das intervenções ces eram amigos assim só de conversa mesmo ou tinha um tipo de ajuda? Mutua assim, sei lá de olhar criança esse tipo de coisa.

Moradora A: não.

Entrevistadora: pode ir lá... (CHEGOU CLIENTE NA LOJA)

Entrevistadora: é... assim como como e quando você ficou sabendo das intervenções aqui?

Moradora A: é eles passaram né.

Entrevistadora: avisando.

Moradora A: passaram, primeiro es mediu muito, inclusive mediu até minha casa, num sei deve ser pra pra fazer o projeto, ai passaram e e a principio es num falaram claramente que que ia ser, só falaram que es ia fazer, que a rua era muito estreita e tal ia fazer intervenção por causa do trânsito num sei o que, ai mediu ai passou muito até esqueci, deve ter passado na base duns 10 anos.

Entrevistadora: serio?

Moradora A: só que ele voltaram já marcando e falando que, sua casa vai sair e tal, mais aqui nunca foi, nunca teve previsto pra sair.

Entrevistadora: eles te falaram que você não ia ser removida, em um momento?

Moradora A: quando eles vieram marcando as casas eles convocaram uma reunião só com os comerciantes.

Entrevistadora: ah ta.

Moradora A: ai no caso que foi foi minha mãe, outra reunião também tava participando, e ai lá es já mostraro o projeto e já falou que ia sair só o lado esquerdo de quem vinha lá descendo né, e falou que não ia ser na rua toda ia ser em alguns pontos que não tinha condições de mexer na rua toda do começo até o fim, e falou também, e minha mãe perguntou, mas tem chance da minha casa sair e tal? Não não tem chance da sua casa sair porque já foi feito o projeto pra sair o lado esquerdo e nunca que mexe dos dois lados, não tem como mexer dos dois lados... e ai... teve tiveram outras reuniões, o povo foi o povo brigou, que já tem muito tempo isso ai, mas a gente participou mesmo só dessa porque foi es falou que num ia tirar a gente não.

Entrevistadora: só da primeira né?

Moradora A: foi na primeira.

Entrevistadora: eles convocaram vocês para as outras reuniões?

Moradora A: não.

Entrevistadora: não né.

Moradora A: é eles é, mais eles anunciavam assim de uma maneira geral, toda hora passava carro de som chamando, é com cartaz, mas só essa mesmo que eles fizeram para os comerciantes que eles vieram aqui, trouxeram o convite aqui, depois não.

Entrevistadora: e você, por você ser comerciante você avalia alguma mudança assim? No seu comercio?

Moradora A: por causa da obra não, eu num acho que... é o comercio ta ruim já tem uns 3 anos que o comercio ta ruim, mais eu num atribuo a obra não.

Entrevistadora: a obra não né.

Moradora A: não. (CHEGOU CLIENTE NA LOJA).

Entrevistadora: é Amanda... cê acha que no geral assim mudou alguma coisa na sua vida depois das remoções em relação em relação a segurança, ou saneamento, o relacionamento com vizinho esse tipo de coisa?

Moradora A: não... até então ta mesma coisa, vamo ver se daqui a uns anos luz quando terminar vai ser mio, mais até então... os mesmos transtornos, as mesmas, né as mesmas coisas, ta do mesmo jeito, melhoria até então num chegou aqui não.

Entrevistadora: entendi... e pra ta cê falou que melhoria não chegou, pra pior cê acha que mudou alguma coisa?

Moradora A: agora tem a essa questão da poeira, do lixo, né... já é já aqui já tinha essa questão do lixo, as pessoas aqui são bem sem consciência em questão a isso, mais agora aumentou, né então um espaço a mais pa es fazer despejo de lixo, a poeira agora que deu uma amenizada porque choveu um pouco, mais a poeira que tá é uma coisa insuportável, essas casa vazias que eles só tiraram o pessoal e não jogou no chão, muito usuário de droga, entendeu? Então assim, tem essa essa amolação por causa disso.

Entrevistadora: entendi... é tem mais alguma coisa que cê queira acrescentar assim, que ce acha que não falou ainda e tal?

Moradora A: não, muita coisa aqui, como diz né, a principio eu até acreditei que seria melhor que traria beneficio essa obra entendeu?! Que realmente seria uma coisa que iria melhorar a infra-estrutura, então, acredito que quem morava aqui de frente a mim, que mudou, foi uma coisa boa porque realmente eles moravam numa área de risco quando chovia era complicado, entrava água de esgoto na casa deles, inundava aquela coisa toda... mais com o passar do tempo, como ta se prolongando já ta ficando uma coisa assim sabe, ta só se arrastando, já não vejo, ai já começo a desacreditar que vai trazer beneficio mesmo.... ta ficando muita largado, a verdade é essa ta muito largado, na sei se é falta de... que de verba não é que o dinheiro já foi liberado né.

Entrevistadora: é

Moradora A: então num é, se es fizeram um projeto e tiveram aquela verba então... não é falta de verba, num sei, ta ficando, ta muito largado.

Entrevistadora: entendo.

Moradora A: então num tem. (CHEGOU CLIENTE NA LOJA).

Entrevistadora: então acho que no mais é isso mesmo... muito obrigada pela ajuda ai.

Transcrição da entrevista nº 9

Entrevistado(a): Senhor P

Data: 26/10/2017

Local: Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG.

Entrevistadora: é “Senhor P”, mesmo você não sendo removido pelo programa Vila Viva você se considera um afetado? Pelo programa.

Senhor P: sim.

Entrevistadora: cê consegue explicar de que forma?

Senhor P: afetado porque na verdade, eu não fui removido motivo no caso ai é que eu não fui pros prédio porque eu não tinha interesse porque eu tinha casa em outro local aqui dentro. A pergunta afetado pra mim no caso ai ela, ela não encaixa bem por qual motivo, até porque eu participei do projeto no principio até agora, participando direto, eu fui um dos defenso do projeto porque, porque o projeto a área de abrangência que ele abrangiu, é na verdade vai ser bom pra comunidade porque as pessoas, a maioria morava em área de risco, uns 25% mais ou menos, é... não totalmente, mas com algum risco também, numa media de desses 25, uns 10%, sobra uns 15%, desses 15% é... uns 5% ficou insatisfeito, porque, é as pessoas que não está na área de risco, por exemplo, no meu caso aqui, tinha uma casa aqui bem próxima que é a Nossa Senhora do Carmo com a, uma loja que me ajudava também os alugueis, que eu sou aposentado, pra complementar minha aposentadoria, ela não estava em área de risco eu não pretendia sair, mais entendendo que as outras pessoas que estavam em área de risco era necessário pra segurança deles e até pra melhoria do aglomerado porque o local sem em risco de vida é melhor do que com risco né, mesmo que eu não esteja em risco, mesmo que eu não esteja é risco é... mais o meu amigo ta em risco, eu tenho que também preocupar com ele, então é... eu fiquei prejudicado por qual motivo, a casa era bem valorizada se fosse pra mim no caso ai, vamo supor que eu tivesse direito a ter um apartamento por ter uma loja tudo da minha loja, a outra loja não seria do mesmo tamanho dela, eu sou eu morei com uma mulher muito tempo ai eu não tava morando na casa com ela e

passei a casa pra ela pra ela receber um apartamento se ela quisesse, que ela tinha o direito, a casa dela valia ai no caso ai se ela tivesse no mercado, até um pouco mais do que um apartamento, mas ela preferiu a não pegar o apartamento, ela preferiu pegar a indenização e ficar no aglomerado, então nesse sentido ai é... uma opção dela de ficar no aglomerado numa casa, não ir pro apartamento... agora no meu caso específico, eu não morava com ela eu não moro com ela, eu mexo numa creche, quando eu fico a noite cuidando no caso durante o dia ajudando na administração, e durmo lá na creche a noite, então eu to em casa mas considerado não ta em casa, ta.

Entrevistadora: entendi... é, cê consegue me falar algumas coisas que eram diferentes na sua vida antes do programa Vila Viva e que agora são de outra forma assim?

Senhor P: o diferente é que na verdade esse projeto ele deu muito trabalho, ele foi um tópico muito discutido, debatido e uma parte da comunidade ficou dividida porque parte das pessoas que tavam ai representante de principalmente pessoas de nível superior igual... representante de igreja católica, alguns pastores, não foi todos, tinha um professor e temos uns advogados, o advogado ficou a favor e esse professor contra, o ministério publico federal deu a entender que estava mais acreditando nesse pessoal do que na comunidade e... então, tinha um projeto da UFMG aqui dentro que era o Polos, que é mediação de conflito também, esse o pessoal es defenderam o não, do projeto, e aí nós que moramos muito tempo no local achamos que quem tem que decidir sobre nossa vida é nós, e aí a gente teve muita dificuldade no princípio porque as pessoas não estavam nem assim conseguindo comportar razoavelmente bem na reuniões porque, junto às pessoas discutir em problema que nós tava enfrentando, eles queriam agredir uns aos outro, ai ficou um grupo que com um pouco mais de conhecimento de lado e o outro do outro, e aquelas pessoas que têm menos conhecimento eles ficaram indiretamente pra te falar a verdade em vez deles ser esclarecido, eles foram usado, usado por um lado ou outro, por que, porque um lado fala com uma mentira pra ele está tenta jogar eles contra o projeto, outro falava da sua maneira a verdade e eles considerava que quem tava falando a verdade tava mentindo porque outro lado que tava defendendo o projeto não ficou saltando panfleto falando mal e nem bem, nos falavamos nas reuniões então como lado que era contra soltou, [...] Soltou um panfleto falando

mentira contra, as pessoas que estava falando a verdade defendendo o projeto, houve uma divisão muito grande dentro da comunidade, ela foi tão grande que vou te falar como foi, no resultado que tava tendo problema eu sugeri encontrar todos os interessados, todas as partes numa reunião como recurso parece que 130 milhões tava garantido, que não poderia ficar parado porque se ia desvalorizar, que dentro do meu conhecimento nós não conseguiríamos um valor um volume de recurso desse aí com mais de 60 70 anos pro aglomerado, que são recursos federal e na prefeitura os projetos aqui dentro é um, dois, máximo três aí, dependendo porque é uma demanda danada então o recurso é muito limitado que eu te falo do município, aí sugeri para trazer um pessoal representante do ministério da cidade, mas do PAC que estava representado aqui, mais o ministério público que estava presente, a defensoria pública e o ministério público estadual e todas as instituições que estava envolvida, o sim e o não, pra nós ter uma tipo uma assembleia pra decidir, como nós decide se lá se era possível iniciar não, aquilo que tava sendo discutido que em grupo não concordava e que o outro concordava tava me empasse, pra gente fazer uma assembleia pra assembleia aprovar ou não, aí o impasse na época foi, o ministério público através da mentira do pessoal eles não queriam autorizar a pessoa que quisesse, vamos supor que você morasse aqui na época e você tivesse uma casa no interior você quisesse se voltar para o seu interior ou você tivesse no lote uma casa ou que você tivesse interesse de comprar uma casa pronta fora, aí nós dependemos o fim que poderia pagar por que é uma decisão da família daquela pessoa, que não poderia prender a pessoa por causa de outros que não iria sair naquele momento, o ministério público junto com pessoal do contra achavam que não deveria no caso aí liberar as pessoas que queriam ir embora naquele momento, e aí nós defendiam que sim, e o sim por qual motivo teve tamanho envolvimento aí no problema, porque nós era o sim mas tinha uma dificuldade, porque dependendo do local que a fosse removida aquela determinada família, muitas das vezes não dava para remover o entulho imediatamente, e isso traria se no caso não tivesse feito, se não fosse feito um trabalho de conscientização muito grande para os moradores que iria continuar até os prédios ficarem prontos, iria se tornar depósito de lixo, ponto de uso de droga, prostituição, essas coisas, então esse foi um impasse que pessoal achava que não poderia pagar por isso, mas o grupo do sim achava que isso seria uma outra coisa uma outra discussão, que continuaria o trabalho, aí dentro do ministério público no dia que eu sugeri isso aí, falei depois nós faz uma assembleia aqui, mas

eu sabia que tinha dois professor da ufmg que es defendia o plebiscito porque eles sabem que a comunidade já aprimorado não entende muito bem o que é plebiscito, não entendendo muito bem o que que é plebiscito eles iriam coordenar a assembléia e eles iriam falar do jeito deles pra comunidade e acabar alguma pessoa votando no não sem ter consciência o que que era o não, aí eu peguei falei pra ele assembléia tudo bem plebiscito não porque o pessoal tem um pouco mais de dificuldades porque sempre quando chama pra uma grande decisão da comunidade, convoca-se o uma assembleia geral, e assembleia geral normalmente ela, ela é coordenada por um representante da comunidade, ou uma associação ou outra, normalmente como aqui é três vila, cada vila tem uma associação, poderia ser no caso aí 3 assembleia uma assembleia só com representante só coordenando, aí a procuradora na época aceitou em parte, aí foram lá no pé do ouvido dela conversaram com o professor, aí ela pegou mastigou pra lá e pra cá, mas ela já tinha concordando. Aí nós saímos já pensando em fazer assembléia, um dos motivo também eu não posso negar pra você, que eu também tinha que usar a cabeça quando eu falei isso nessa hora, porque, se faz com plebiscito o pessoal ia ter dificuldade de entender o que que era o sim o que que era o não e o plebiscito, muitas pessoa deixaram de participar, se chama para uma assembleia pro sim ou pro não seria mais fácil de entender, mas se ela não aceitasse assembléia que depois se fosse o caso de fazer o plebiscito, a gente iria tá naquela assembléia divulgando com mais clareza pro pessoal, então a assembléia iria votar também, e a gente iria ter aquela ata daquela assembléia, e se o ministério público voltasse atrás e quisesse continuar do plebiscito, indiretamente não tinha feito uma campanha já para o sim né, então isso aconteceu, nos ganhamos na assembléia com mais ou menos 70 a 75% dos voto para o sim, e fomo para o plebiscito, ai tinha umas três associação com mais associação só daqui, aqui é mais educativo né não é comunitário em geral. No dia eu falei pro pessoal há necessidade de vocês ficarem nas vilas, juntar duas ou três pessoa incentivar o pessoal porque o ponto de votação foi um ponto só, e foi num bar na dona augusta, porque as pessoa são muito acomodada, e as pessoa não vão descer pra votar, e eu esqueci dum ponto que eu não falei eu vou voltar e explicar esse ponto que eu esqueci. O ponto que eu esqueci foi que, é... na hora de tomar essa decisão, o professor que é morador daqui e o padre eles sugeriu pra convocar a comunidade toda, eu sugeri que não, não era a comunidade toda que estava sendo removida, não era a comunidade toda que estava sendo ou beneficiada ou prejudicada, está

sendo removida as pessoas que foram cadastrada que tinha ficha na suas casa, já um selo que seria um documento de identificação dessas pessoas pra votar ou na assembléia ou plebiscito, ai eles defenderam mais ai no final o ministério publico também concordou que eu estava certo, então colocaram para as pessoas votarem só quem tivesse o selo na sua casa, levar o documento de selo, então isso ai foi uma coisa também que eles entenderam que era o certo, mais no plebiscito, como o pessoal das associação não ficaram no seus, na suas vilas incentivando o pessoal a participar, um padre da comunidade na época ele fez um jornalzinho durante quatro semanas seguido soltou nas missa toda, falando que o pessoal do sim estava vendendo a comunidade, neste documento, que nós estava ganhando, recebendo dinheiro da prefeitura pra enganar a comunidade, e que nós era falsos líder comunitário, e que nos estava apoiando a prefeitura por causa de dinheiro da prefeitura, apoiando ela a tirar a comunidade das pessoas daqui pra mandar para a periferia, e como essas pessoas iriam vim trabalhar, então, isso ele colocou lá da cabeça dele que ele não calculava muito bem, então ai deu um racha porque o pessoal que tava apoiando ele não concordou, mais ficou o racha mais não houve assim uma... houve algumas palavra agressiva mais agressão física mesmo não aconteceu, quase aconteceu ta, mais num chegou a acontecer não, no plebiscito, como o pessoal não ficou, eu vou acreditar que o pessoal ia, votar em uma assembléia é uma coisa, e no plebiscito é melhor porque as pessoa tem mais tempo, os acomodado não vai é de jeito nenhum, então nós ganhamos com dois votos de diferença só, a URBEL ai decidiu que iria iniciar. Continuamos reunindo, ai foram setenta e poucas reuniões, incluindo as da comunidade e as no ministério público, e as também que foram realizadas lá dentro da própria URBEL, e a gente continuou reunindo com o pessoal, porque, porque a necessidade quando você pergunta que que mudou, mudou um pouco que eu no caso ai comecei a ter uma visão um pouco diferente quando no caso ai o pessoal vem, igual no seu caso que ta formando, ta estudando, precisa duma pesquisa, o que é interessante você conhecer o nosso dia a dia dentro da comunidade, mais eu particularmente eu não concordo porque simplesmente a pessoa formou em um curso superior, ele vim pra comunidade simplesmente, ele ir pro ministério público porque ele passou lá junto com aquela inscrição que ele formou lá dentro que é procurador foi formado dentro da UFMG, os advogado que estava lá professor da UFMG estavam no não, e nós no sim, e es querendo tomar a decisão pra nós, então eu fiquei um pouco frustrado com esse tipo

de de é... instituição que forma um cidadão mais que discrimina é indiretamente o cidadão que mais precisa de ser esclarecido, e que precisa ser incentivado pra vida dele mudar e pra ele no caso ai ter um pouco mais de conhecimento dos direito que ele tem, e dever tamem né porque nós temos direitos e deveres, então eu fiquei frustrado, fiquei frustrado tamem igual eu falei com o procurador lá, eu entendia que o ministério público era uma instituição que ela defendia o certo, que ela não tomava partido, mas que naquele momento eu estava entendendo que a mentira tava vencendo a verdade e que como favelado é considerado escravo mesmo que eu iria colocar a disposição pra ela, pra ela não ficar ouvindo só mentira, ouvir a verdade também, que não dava pra levar todo mundo pra ela ouvir lá, que ela tava dando mais muito mais atenção às pessoas que tinha curso superior que estava lá, e que eu principalmente que era analfabeto e que era escravo mesmo que eu vim do interior e moro na favela mais gosto de morar na favela, que eu me colocava a disposição ela chamasse toda a segurança que ela tinha todo o poder pra isso, nos beco não tinha condição de carregar ela num carrinho ou num qualquer meio de transporte, mas eu ia convidar algumas pessoa nos ia carregar ela nas costa pra ir nos beco pra ela ouvir as pessoas que estavam em área de risco, porque se ela ouvisse as pessoa que estavam em área de risco, e que precisava de ser atendido, ela iria mudar a posição dela, então foi muito desgastante, então mudou pra mim porque eu acreditava em determinadas instituição e que hoje eu tenho um pé atrás principalmente a igreja católica, tem no caso os seu representante, a igreja é a igreja, no meio dos seus representante por mais que for formado, tem personalidades diferente, que muita das vez a pessoa forma e depois que é no caso aí, em vez dele segui a orientação da instituição e a religião, ele começa a seguir o que ele pensa, o que ele acha, o que ele defende, isso ai é bem, pra mim no caso ai é bem frustrante.

Entrevistadora: então assim, pode continuar depois eu falo.

Senhor P: é frustrante até porque esse papo que nós tinha aqui que falou que nós tava ganhando que ele mentiu, agora ele foi embora, nós pedimos é... a igreja superior dele, pra poder pedir ele pra não intervir porque ele não tava aqui pra ficar brigando contra o recurso que vinha pra comunidade, ele estava aqui para celebrar as missas, ele tava pra representar pra falar da igreja não era pra ele falar sobre isso que ele não tinha condição de trazer os recurso que o governo federal tava trazendo

pra nós, ai eles perguntaram se nós queria, o que nós queria, se queria que tirasse ele na época, nos falamos que não, só pedir pra ele no caso ai, nessa parte ai, ele não interferir porque ele não estava ajudando a comunidade, mais como o tempo ele tava vencendo, agora ele foi embora, então ele era o bonzinho, quer dizer ele recebeu um cheque é... de de uma capela que na época foi ele que fez campanha e construiu, mas ele não fez capela pra ele, ele fez pra comunidade né então os bem seria no meu modo de ver e de muitos, seria revertido para igreja, então existe alguns comentário no morro que ele não passou esse cheque para a... esqueci o nome da instituição que recebe, que administra a igreja, mas fugiu da memória, então é... e ai tem um centro social aqui aonde funcionada o... essa mediação de conflito e o pessoal do Polos que é um projeto da UFMG, eles ficava dentro desse espaço que é o centro social Santa Inês, é... esse centro social tem o nome de centro social Padre Danilo, mais quando foi feito o centro social e colocou o nome nessa instituição de Padre Danilo é porque é em homenagem ao nome desse padre que foi um padre muito querido dentro da comunidade, então foi colocado o nome dele, mais não quer dizer que foi colocado para homenagear o nome dele que este centro social era da igreja, não era, e não é, e esse mesmo padre vendeu é alegando que foi invadido esse espaço por uma gangue, tem até o apelido de gangue rato, mentira pura porque ele queria vender o espaço, ele vendeu pra uma pessoa só, a igreja [...] ele vendeu pra um morador e esse um morador foi lá e conversou quem estava realmente tinha invadido estava vendendo droga, mais ele conversou sozinho os meninos desocuparam sem problema nenhum, então mais uma vez ele mentiu e ai vendeu uma coisa que não era dele e ta sendo questionado por alguns morado, e ontem eu estive na URBEL numa reunião nos discutimos vários problema da comunidade, e estava presente nesta nessa reunião o Frei Claudio aqui da igreja de Nossa Senhora do Carmo, lá saiu, ou pelo Frei Claudio saiu o nome desse cara, ele falou que uma vez esse cara (fica a vontade), indo para uma viagem na... Colombia, que ele pediu pra ele 4 mil reais emprestado, ele emprestou, e que depois ele começou a correr dele igual o diabo corre da cruz e não pagou ele os 4 mil que era dele, não era da igreja, ai ele solicitou o nome do padre que tinha aqui, que ele é um ladrão é o maior ladrão que eu conheço, ai eu completei falei assim olha que ele vendeu lá um centro social que é da comunidade não é da igreja católica, e se for questionado na justiça, a própria igreja também vai ficar é mal na história, que eu não estou falando da igreja, estou falando do homem

que vendeu um bem da comunidade para passar pra igreja sem a igreja que diz que vai passar o bem, mas por enquanto ainda não passou, então é as coisas que me frustraram foi isso aí, então mudou um pouco a minha visão é... de grupos organizado, registrado que deveria ser representado por pessoa séria, porque eu, acho que a verdade o caráter está em primeiro lugar, eu não tenho que em algum momento, não é porque eu cedi, eu fiquei prejudicado quando se fala das indenizações que elas vão ser questionada na justiça ainda, porque nois moramo mais de 30, 40 ano num terreno que fala-se que nós temos, que nós temos direito de é... é um documento que fala-se uso campiões, uso capião, que é o direito de posse né, é se você mora num local você, depois de cinco anos você passa a ser dona, você se correr atrás vai pegar o documento que o terreno passa a ser seu, porque aí depois o estado precisa daquele espaço aí ele tem que indenizar e falar que você no caso não tem direito no terreno, então você não tem um documento mais não é quer dizer que você não tem um documento que você não tem algum direito, então vai ser questionado porque nós nós tomamos conta usando o terreno sim, mais nós tem um direito anterior, então, só porque veio tirar o pessoal de área de risco e colocando que ia melhorar, não quer dizer que nós perdemos o direito anterior, então vai ser questionado que a gente quer, quer pelo menos é que seja repostos uma parte desse valor que seria, vamos supor de o terreno valia aqui que é um local dos mais caro da cidade, se for 200 reais o metro quadrado 2 mil, que pelo menos um terço desse valor seja reembolsado pras pessoas depois que já saiu, todos tá, inclusive quem foi pra apartamento também, inclusive tá uma ação lá na... no tribunal, a desembargadora já aceitou e está sendo discutido na justiça.

Entrevistadora: mais as pessoas não receberam a indenização que o senhor fala?

Senhor P: aqueles que não receberam e tão recebendo mais tem um grupo que entrou na justiça, esse grupo que entrou na justiça eles é... vão receber também já receberam seu apartamento mais a ação vai continuar, se por um acaso a justiça der um ganho de causa pelo terreno, por essa defasagem no valor, então vai ser discutido na justiça uma porcentagem que seja como um reconhecimento do nosso direito no terreno, mais nós não falamos diretamente que nós queremos que pague pra nós como se fosse um lote todo legalizado, nós queremos aí que a justiça nos ajude nesse reconhecimento, e aí poderá surgir um acordo ou não isso é uma coisa que Deus é que sabe né.

Entrevistadora: entendi, é... “Senhor P”, você considera as pessoas afetadas assim, só as pessoas que foram removidas que moravam em área de risco ou não, ou também as pessoas que não foram removidas e que continuam vivendo aqui?

Senhor P: as pessoas que continuam vivendo aqui elas foram beneficiada, por qual motivo, toda onde...

Entrevistadora: eu falo afetada assim, pode ser pro lado bom ou pro lado ruim.

Senhor P: é isso, ela não foi afetada pelo lado ruim foi afetada pelo lado bom as pessoa que tão ficando, por qual motivo, onde foi removidos as famílias que estavam em área de risco, elas foram lá pros prédio, lá elas tem oficial, lá é vão passar a ser dono ter o documento do terreno, seu apartamento em troca da sua barraca aqui no morro, lá não tem risco mais hoje eles tão morando num lugar digno, quem ficou melhorou tamem, porque em alguns ponto do aglomerado vai ser aberto ruas, ruas aqui tem um pedaço que é a avenida da rua principal, agora lá de baixo aqui é... chamada via do bicão, essa avenida, es fala avenida mas eu não considero avenida não, a rua de mão dupla, uma rua oficial que vai pegar aqui inteiro Nossa Senhora do Carmo e vai sair lá ao lado do batalhão lá embaixo na barragem, então vai ligar um bairro ao outro e vai no caso ai dar mais condições de mobilidade no trânsito aqui dentro, porque, porque nos temo só uma rua é... igual nos temo a rua principal aqui, que tem pontos da rua principal que não passa um micro ônibus pelo outro, tem que dá ré, um dá ré pelo outro, e as pessoa tem muito carro estacionado pela rua afora então antes nós tinha rua de mão dupla hoje nós não temos, era uma única para o micro ônibus, hoje pro micro ônibus era mão única e pro morador era mão dupla, na parte do aglomerado na rua São Tomas de Aquino, numa parte ela é mão única para os carro é mais pesado como ônibus, caminhão, mas também pro morador ela se tornou mão única, então lá nesse local iria indenizar uma grande parte dos morador, do comércio, o centro comercial do aglomerado que é conhecido como vila Santa Rita de Cássia mais antigamente era morro do papagaio, então essa rede de alta tensão ela, ela é uma rede de alto risco para o morador que mora debaixo dela, hoje vários acidentes com morte também inclusive com morte debaixo dessa rede, um dos motivo de, a briga ai é porque a igreja e o ministério público achava que o número de morador que ia sair era muito alto, surgiu aqui, inclusive é até casado com a minha sobrinha, um rapaz o nome dele é Cris, numa reunião ele

sugeriu para passar essa rede subterrânea, em alguns locais ela já é subterrânea em outras grandes cidades, só que fica muito mais caro pra CEMIG para passar essa rede subterrânea, mais avaliando no caso os danos que iria ser para os moradores que tinha o seu comércio, estabilizado já no morro, que o risco único era o elétrico, essa alternativa foi aceita na assembleia, foi aceita pelo ministério público, pela URBEL, por todos foi aceito, então pode passar essa rede de alta tensão vai ter não uma rua total, porque tem uma parte que é bastante acidentada na rua Titi, que não... vai ficar muito apertada, então provavelmente não vai dar pra passar carro, mas na maior parte na parte de cima onde é a parte que ia sair o centro comercial vai ter também uma rua com nove metros que aproxima dos dez, que nove é oficial, em algum ponto lá ela vai ficar um pouco mais tímida mais pelo menos vai ter passeio de um lado e do outro, então lá vai poder ser uma rua de mão dupla também, e a rua que hoje existe lá ela sendo uma... pode ser uma dupla pode ser única porque, vai ficar duas ruas paralelas uma com a outra vai ficar uma faixa de comércio no meio, então pode ficar uma mão única subindo e a outra mão única descendo, isso vai facilitar de mais, também, vai ter uma ligação da dessa rua com o bairro São Pedro, então vai ficar mais fácil as pessoas acessarem o bairro São Pedro, pessoas do bairro São Pedro que quiserem acessar sair aqui na Nossa Senhora do Carmo também não como daqui, mais vai ter facilidade também, então os moradores que ficaram também, eles ficaram beneficiados, aí se você me perguntar quantos por cento das pessoas satisfeitos eu falo com você, eu falei desde o princípio, para a decisão foi quase meio a meio por causa do impasse, mais eu sabia que no final depois que o pessoal tivesse lá dentro dos prédios, que eles iriam aproximar dos 90% de satisfação, então chegou a isso aí foi feita pesquisa, a única insatisfação que o pessoal fala é porque lá eles não tem comércio, aqui todo mundo mora perto do comércio, é... então a discussão que onde que é o prédio hoje que as empreiteiras, a empreiteira que é um consórcio, mais a URBEL reúne, poderá transformar-se em um ponto de comércio futuramente quando terminar todas as obras, terá uma padaria, uma sacolão, um açougue, os comércio de necessidade é, hoje é onde que tá a URBEL, tem uma discussão, mais isso aí é só quando terminar mesmo, agora, tem um nível de 85, 90% de satisfação mais eles reclamam também de outro ponto, porque esse mesmo padre que incentivava o pessoal a fazer gato na luz e na água e não pagar, é... ele incentivava o pessoal e muitas pessoas fizeram com incentivo dele assim... que com dificuldade de pagar né, ainda mais que uma pessoa que um

líder ta incentivando, muitos fez porque quis outros fez pelo incentivo, então hoje algumas famílias que estão lá, grande problema é porque es tão acostumado a deixar torneira aberta a noite inteira e ta nem ai, não foi educado porque não pagava água, e era gato, e eu pagando e o outro não pagando, e eu pagando mais caro que o outro jogando fora né, a luz é a mesma coisa, é se você perguntar qual é a porcentagem da pessoa que tinha gato, 90% do pessoal também que foi pra lá, tinha gato, e agora 100% tem que pagar né e ai isso é um problema que tem um nível de insatisfação também poderá chegar a 60%, 70 hoje, a insatisfação que exatamente não que pagar a luz e a água ta, agora aqui dentro várias pessoas de pontos diverso da comunidade não foi beneficiado diretamente, eles gostariam no caso ai também receber um apartamento, ou até ser indenizado pra ir embora, tem desse lado ta, agora tem o outro lado que na fala que to falando com cê eu ouvi das pessoas, quem ficou mais próximo a sua residênciã também, ou do seu comercio vai ser muito mais valorizado, uma casa que hoje vale aqui 80 mil na berada na rua aqui, ela passa a valer o mesmo preço do apartamento vai ter aqui em frente, e vai ter um centro comercial aqui também vai ter é... parece que 70, 80 e poucos apartamentos aqui mais 18 lojas, que vai ser é trocada, aquelas pessoa que tinha uma loja na loja dele era o dono e ele era o dono do comércio também então ele vai receber aquele que tinha três alternativa, aquele que quer receber a loja não pode ser um oficina mecânica, faz muito barulho né, um ponto de festa de som né, isso ai num pode se não vai trazer problema pros morador, mais o comercio normal es vão receber em troca e essas loja elas vão ter um valor mas elevado, por qual motivo, porque essas loja que foram promovida.

Entrevistadora: eles vão ter que comprar as lojas?

Senhor P: é não, eles vão receber é uma troca né porque na verdade o vila viva da o apartamento ao troco da casa da pessoa se ele tiver direito, se ele tiver direito, vão supor, na casa ele tem o comércio ele continuou tendo direito na loja como se fosse aqui, quando ele morava aqui, agora vamo supor que essa pessoa não ta querendo mexer com comércio mais e ela quisesse receber a sua indenização da loja e receber o apartamento da casa, ai es paga, mais ai eu mesmo tinha a minha loja mais eu não mexia no comércio, eu, eu alugava a loja, então eu só tinha direito só na indenização não tinha outra opção ta, igual eu é eu fiquei um pouco prejudicado nesse sentido... ta, mais como eu tinha outras alternativa, claro evidente eu tenho

que se virar não é isso, eu fiquei um pouco prejudicado não vou falar que fiquei muito não porque é... eu vejo umas região muito pobre, e eu sei o quanto sofrido pras pessoas que moram nesses becos, que não tem rede de esgoto, que não tem igual nem um meio de transporte a não ser andando mesmo ou carregado nas costa, quando uma pessoa adocece num beco desse ai sem saída, de madrugada, chovendo, morre ai, e ai o vila viva ajudou hoje uma boa parte desse pessoal... então de um modo geral se você perguntar minha opinião, as outras coisa eu falei pra você ouvindo e participando fala da comunidade, agora pra mi, se cê perguntar pra mim foi um beneficio geral, você no caso ai ficou prejudicado mas você acha que indiretamente você também no caso ficou beneficiado eu respondo pra você sim, porque, desmonta-se um pouco, pelo menos se as autoridade e a comunidade participa, como nos temo em todos aglomerado hoje as gangue que que vende droga, o tráfico, usuário, o tráfico, que traz um grande incômodo pra todas comunidade, com a remoção muitas família as vezes que tava sobre ameaça, as vezes receberam o dinheiro foram embora, aqueles que é mais ambicioso ficaram, mais até reorganizar, ai pelo menos desorganizou aquele pessoal que já estava no caso ai, é... sentia-se o dono duma determinada área, então como eles foram indenizado ou foi pro prédio até aquela gangue reorganizar, se as autoridade ficar em cima, algum no caso ai se cometer um crime mesmo se foi punido, alguns no caso ai até por esse motivo de ter que sair do seu local que era zona de conforto porque, tem pessoas que as vezes... é muito perigoso mais a poluição hoje no Brasil ela é muito lenta, muita das vezes a poluição é... na própria sociedade ela é muito mais rápida do que na justiça, as vezes tem um bandido na determinada região que ele é.. um psicopata, ai mais ele não sai daquela zona dele ali de proteção entendeu, e num projeto desse ai, querendo ou não ele acaba saindo da zona de proteção dele porque saiu o que protege ele, sai o outro, o outro muda pra mais distante, ai ele tem que também mudar, ai antes dele ser julgado as vezes ele também no caso ai é até assassinado, a gente num... trabalha pra isso não acontecer, mais como é... foi uma oportunidade deles reorganizar, e se a gente usamos a cabeça e as autoridade usa também como, como um beneficio pra maior parte da comunidade, este momento, eu também acredito que foi bom ta.

Entrevistadora: desarticulou o crime?

Senhor P: é desarticulou um pouco, porque, hoje nos temos rua, tendo rua até pras autoridade tanto policial como prum oficial de justiça, em acesso, um socorro, pra tudo, então é... vai ter um beneficio mais rápido, porque se tem um traficando ai estuprando é... matando o povo da comunidade, impondo o terror no caso ai na comunidade, o pessoal muitas vez fica calado porque eles passa a ser refém, a maioria das pessoas tem muitas pessoas de bem, mais as pessoas ao mudar pra um local muito distante pra tomar ônibus ficar duas horas no ponto do ônibus pra vim trabalhar, eles prefere a expor um pouco no caso continuar nos aglomerado, porque, tem um pouco mais de tempo pra trabalhar porque, pra ficar duas horas dentro dum ônibus no transporte se você mora aqui você as vezes vai até a pé pro serviço, então cê pode trabalhar três horas a mais, cê ganha mais, e chega mais rápido você tem um tempo muito maior de descanso se você não tiver horas extras né... mais é isto, de um modo geral se você perguntar no caso ai se for pra comunidade aprovar mais uma parte do Vila Viva, não vou dizer pra você em toda região porque tem uns refém de determinada região, os refém é aquelas pessoa que as vez o outro ameaça ele e segue ele porque foi ameaçado, tem parte do aglomerado que as rua vai continuar do mesmo jeito, que as próprias pessoas que mora na berada da rua que eles não consegue chegar na sua casa que eles tem carro e não consegue chegar, e ai es tem que ficar no caso ai vendo as pessoa brigando porque o transito ta embolado porque a pessoa estaciona de qualquer maneira, o pessoal do tráfico, você entra com uma pessoa doente dentro do carro eles ta lá com som ligado na maior altura com cigarrão de maconha na boca, um outro lá vendendo, ai cê para atrás, ai eles fica batendo papo, ai se você buzina es te xinga, cê sai do carro pra explicar que tem uma pessoa doente es te ameaça, eu fiquei doente um dia desse ai aqui ó, o cara vem, o rapaz faz até minha marmita ai pessoal ai no buteco, o usuário metido a traficante metido a patrão na moto no meio da rua batendo papo com outro usuário, vem um esse rapaz que... deu um toque na buzina xingou ele, ai ele pos o baço pra fora porque tava com pressa, da licença porque ele tava com pressa, ele fingiu que não tava ouvindo, deu mais um toque na buzina... saiu de cima da moto xingando, ai o rapaz saiu pediu até pelo amor de Deus, ele ameaçando ele, ai eu olhei aquele negócio eu fiquei doente vendo um trem daquele ali... é uma pessoa, um usuário de droga, uma pessoa que acha que é superior a todo mundo ele gritando falando com o rapaz quem manda aqui é nós, sou dono da rua, eu eu ando no passado eu andava até armado, falo na verdade se eu tivesse armado eu ia falar

alguma coisa com ele, e se ele partisse pra cima de mim ia dar problema, mais como o pai dele eu nem conhecia esse cara, eu moro no morro a 46 anos eu não conhecia ele porque o aglomerado é muito grande, ai eu procurei saber quem era ele, da onde ele era, quem era a família dele aí me falaram, ai dois dias depois o pai dele passou com a mesma é, pão que o pai dele entregava nas casas aqui numa bicicleta, chamei ele expliquei pra ele numa boa, ele falou “Senhor P” eu vou te pedir pra você no caso ai ter um pouco de paciência se acontecer de novo porque ele é usuário eu mais a mãe dele tamo pegando no pé dele, ele não tem autorização pra passar aqui, ele não tem autorização pra passar pela barragem, ele tem eu dou a moto pra ele buscar pra mim o pão ele tem que ir, pegar, retornar no verde mar, entra por dentro e subir, ai ele ele ta passando por aqui pra aprontar mesmo, mais ter um pouco de paciência que eu tô em cima dele poder ele melhorar, felizmente, valeu o que eu falei com o pai dele porque eu tenho acesso a todo mundo no morro por eu moro aqui a muitos anos, no passado eu não tinha muito juízo também o pessoal, minha cidade que é Mutum, é uma cidade muito perigosa né, e eu tive alguns problemas que eu fui ameaçado de morte aqui quando eu cheguei, e eu fui é... na fala popular atacado a tiro em algum momento ai pra me defender eu dei tiro tamem aquela coisa, ai o pessoal sabe que eu não sou muito medroso tamem, e ai como eu moro a muitos anos e eu mexo hoje com, tem uns 30 anos que eu mexo mais com movimentos comunitários aqui dentro da comunidade, de um modo geral é... eu conheço muitas pessoas por causa das três associações que já existiu hoje existe o nome não ta legalizada, ajudei a fundar uma que no caso é a desportiva é... e hoje pra gente poder trabalhar mais ou menos já tem 27 anos com criança, muitas criança e adolescente que passou por aqui, porque hoje os meninos entra na instituição Grupo de Amigo da Criança com uma ano e meio e aqui eles até ano passado nos tinha um projeto aqui que es já saiam direto pro serviço, que es ficaram, recebia o curso aqui e nós com alguns parceiros já contratava aqueles que sobressaísse melhor, esse curso foi extinto agora ta começando outros e nós tamo acompanhando nós informamos no sábado, e ai provavelmente nós vamo ter outros curso, então por esse motivo por eu ser bastante conhecido quando tem esses problema de violência que eu to dizendo pra você, uma pessoa passar por cima do direito do outro, não só porque eu não tenho muito medo de conversar mas como eu sou muito conhecido e saber como usar das minha habilidade pra chegar até a família, até a pessoa pra, invéz de provocar mais violência, diminuir ela né,

mostrando que aquilo ali não vai levar ninguém a nada, então é... eu vou pra te falar a verdade, quando a violência ta muito grande aqui as vez eu participo de algumas reuniões, igual agora desde Novembro nós tão reunindo, é... eu falo com as pessoa e também converso com os patrão do tráfico, e mostro pra eles que pra ser bandido tem que respeitar o direito do trabalhador também, o direito pode ser o que for, mas temo que respeitar o direito das autoridade, temo que respeitar o direito deles que são bandido e que é patrão do tráfico, mas eles também tem que respeitar o nosso, porque porque ai nós vamo conviver no mesmo espaço com liberdade, eles faz o que quer a gente faz o que nós achamos, cada um faz o que acha eu é mais certo da sua vida né, mas não podemos entrar em guerra porque eu não sou dono da rua, nós temos uma rua pública pra nós usar né, mas se eu for lá e impedir você de passar nela eu vou ter problema, se eu tiver impedindo você impedir e eu não aceitar vamos ter problema, então na verdade quando a gente consegue conversar com o próprio pessoal que é os patrão do tráfico que manda nos menino que fica nas famosa biqueira, agente consegue diminuir então muito a violência ta, o maior problema nosso é a violência mais o nosso maior zona de conforto é a proximidade do centro da cidade, e que se o pessoal tivesse consciência mesmo todas famílias, todas instituições que tem aqui dentro, trabalhava no sentido de conscientização, e o governo oferecia mais no caso os projetos e educação, para os nosso jovem aqui ter as mesmas oportunidade que os outros tem, infelizmente, é o pobre mais pobre e o rico mais rico, porque, alguns pobre que tem uma família que tem uma cabeça melhor que foi mais bem orientada as vez passa até necessidade pra estudar, mais tem aquele pobre as vezes o pai não estudou não teve condição de dar estudo pros filho, o filho também já tem uma inclinação pro mal não é isso, ai é presa muito fácil pro tráfico, porque, pra você ter uma formação pra amanhã depois você sobreviver dela, você inicialmente ce sofre muito, e os jovem de hoje eles que a zona de conforto é inicialmente 14 ano, eles que vestir as melhores roupa de marca e quer ter os melhores carro, mais e ai, busca isso aonde, onde eles encontra fácil, na escola não vai ganhar dinheiro es vão desgastar, o pai não tem condição dar o dinheiro pra ele não é isso?! Eles vão achar o dinheiro fácil é no tráfico, é vendendo no caso ai dez bucha de maconha lá e ganhando o valor de duas como pagamento, então tem tem menino ai que ganha 200 reais por dia enquanto um pedreiro sai cinco horas da manhã e chega sete horas da noite pra ganhar seis, sete e cinquenta né, então é mais fácil ne pra eles, por a familia e o estado de um modo geral não

preocupar muito infelizmente nosso muito lá vai de mal pra pior porque, hoje o balcão dos negocio está dando as instruções para poder ajudar muito, porque eu acredito muito em Deus, não falo mal da instituição, do nome dela, mas existe hoje uma ambição muito grande entre as instituição elas joga, pessoal disputando povo né, porque disputando povo tem uma oferta, tem um dízimo né.

Entrevistadora: bom eu acho que no mais é isso mesmo né, ce já contribuiu bastante ai se quiser falar mais alguma coisa fica a vontade.

Senhor P: não é eu é... tem momentos que eu não sou muito bem entendido não, tem uma menina que faz parte da diretoria aqui o pai dela morreu no tráfico chama Léia ela ta formando dia 31 é a formatura dela, hoje ela faz parte da diretoria aqui, ela mesmo ficou um pouco sem graça comigo num fórum que nós fizemos aqui que nós temos um advogado que foi formado aqui no morro a mais ou menos 35 anos atrás, que nós em todo morro nós chamamos ele pra voltar pra nos trabalhar juntos, e pedimos pro governo arrumar um espaço pra ele pra representar nós lá dentro, só que ai nos temos um grupo que chama grupo de amigos do aglomerado, ele faz parte desse grupo, ai tem essa menina que ta formando agora tem uma outra que já foi formada uma fono que foi formada também, desempregada também precisando trabalhar, ai ele convida elas pra participar da reunião conheceu elas, ai elas vieram na reunião uma vez, ai ele pegou chamou elas pra fazer uma reunião paralela, falou que o grupo de amigos do aglomerado precisa fazer uma reunião paralela mas tem que falar uai, não é só pegar e tirar as pessoas, em vez de pegar e convidar pra participar dessa reuniões aqui conosco, você depois começar a fazer reuniões separado não, ai como ele fez a reunião no caso ai depois veio um grupo de advogados um instituto, um advogado ate parece que bastante capacitado, e ai participou de uma reunião ele não entendeu que este advogado poderia contribuir com a instituição que ele representa, ele achou que nós não poderia participar e deu impasse porque ele não veio pra cá pra mandar no grupo, e mandar individualmente nas pessoas, ai eu não concordei muito com ele e ele também não concordou comigo que ele acha que esse advogado ta querendo arrumar cliente aqui no morro e usar a comunidade pra ganhar dinheiro, eu acho que ele ta de prova o contrario que você tem que ta de portas abertas pra receber as pessoas né, e ai deu impasse, no dar esse impasse em uma reunião eu peguei e falei com ele que ele não tava respeitando porque, ele tava dizendo muito mais das pessoas que tavam aqui com

curso superior do que as pessoas que não tem curso superior, mas que está em reunião direto buscando alternativa para os problema, e ai que eu respeitava de mais da conta as pessoas tirava o chapéu pra quem sofria pra ter hoje essa formação igual curso superior, mais eu respeitava muito mais os morado também que não tinha essa formação, mais que ele tinha um conhecimento de vida e que ele conseguiria viver aqui dentro do aglomerado e conviver com parte da cidade sem ter problema, que todos os dois lado tem seu valor e tem que ser respeitado, essas três meninas uma delas inclusive é filha de famílias aqui é minha conterrânea, um dia nós dois conversávamos falou ô “Senhor P” eu num, Dr. Luis pra mim ele é muito bom mais eu num concordo muito com a tese dele não, eu concordo com sua tese sim de receber o instituto e os representante do instituto que diz que é escritório de advocacia e que trabalha mais para os bancos e 1% que es arrecada diz que vai aplicar aqui dentro da comunidade, até por qual motivo, que nós somo recém formado nós precisamos fazer estágio e ele não tem condição de dá um estágio pra nós todos, e abrir as porta do escritório pra nós ter um acompanhamento depois do estágio com um advogado formado que tem mais experiência, e ai nos que tamo formando agora nó ficamos prejudicado, ai até comentei isso pra ele também, ai ela arrumou um serviço agora ta participando não ai geral esse impasse também, então não sou muito bem dito porque eu acho assim, a pessoa tem que ter o que ele pensa o que ele vê que ta errado uma coisa ela ta de frente então ele tem que falar com o outro, ele não tem que falar pra traz, tem determinadas coisa mais individual que você não pode falar em reunião, mas se você tiver falar com o povo no caso ai, você está na frente daquele povo, o que você entende que é bom pro povo, você tem que falar, agora se o outro não entender você vai defender a sua tese e o outro vai defender a tese dele, tem que ser respeitado até o tempo de fala, agora se não da pra poder todo mundo falar, que escolha lá três quatro de um lado de outro né, porque vai três fala defendendo uma determinada coisa, pro zotro ter uma noção pro voto porque um ou outro lado foi beneficiado porque foi calado a boca, que eu acho que nós não podemos calar a boca do próximo, e quando as pessoas ai no caso pede por uma entrevista no aglomerado eu venho com satisfação pra dar essa entrevista pra você, porque eu é completei meu ensino médio agora em 2012 é e lá tinha um menino que ele tava lá e ele é aluno muito bom, mas o pessoal considerava ele que ele tinha problema, e ai o diretor da escola me pediu pra nos fundar que ele ficou sabendo que eu tinha experiência com associação comunitária,

se eu não queria fundar uma associação de alunos da escola, falei com ele o professor não dá, porque a escola, os alunos da escola são passageiros, nós podemos fundar uma comissão de amigos, comissão de amigos de alunos e ex-alunos da escola, aí fundamos essa comissão aí chamei esse menino pra participar, aí ele tinha dificuldades em, na redação, quando chamei ele ele falou comigo que não conseguia que nunca tinha feito aquilo, eu peguei e perguntei, sua mãe faz o quê?!, é foi professora hoje ela é aposentada?! É, no prédio?! Sindica, eu falei então ela vai ser sua professora, aqui nós vamos ser seu professor, vou te orientar um pouco mas a sua professora vai te orientar também pra você poder fazer as atas, todos os relatórios você vai fazer, você vai ser nosso secretário, e aí você chega em casa faz seu rascunho do seu jeito, do jeito que você entender, você vai tá ouvindo se quiser gravar igual você tá gravando, você grava também e quando você chega em casa pede sua mãe poder te ajudar passar essa ata a limpo, nós sempre vamos assinar essa ata na reunião seguinte, ele veio reclamar que a escola ia mal eu peguei e falei com ele, não a escola é muito ótima, boa, eu quando na minha infância não tive a oportunidade de estudar numa escola tão boa como esta que você tá achando ruim, muitas das vezes quem é ruim é o aluno que não quer aprender, você quer aprender a escola dá abertura e ela ajuda aqueles alunos que quer ter o reforço, nós temos essa alternativa aqui dentro tá, aí ele entendeu, e com muita dificuldade no caso aí, ele nas primeiras reuniões nós tivemos né ele que fez a ata e depois ele pegou gosto e aí eu não fui pra faculdade e hoje ele é advogado e tá dentro do Ministério Público e me coloca a disposição sempre que eu tenho alguma dificuldade com alguma coisa aqui dentro da comunidade, é... pra chegar, porque em todos os locais se você tem uma pessoa lá dentro facilita um pouco pra você, porque as pessoas te orientam como você chega com mais facilidade né, porque os caminhos pra quem não conhece se você tiver alguém que te orienta, é mais fácil você chega mais rápido né, e ele me orienta os caminhos que tem que se tomar pra chegar mais rápido até é... quem representa a lei, e recentemente até nós fomos em uma reunião com um dos promotores, desse programa dessa ação na justiça aí, e foi um dos promotores que cuida dessa aliança que manda prender quando o pessoal tá incomodando muito a população de um modo geral né, ele veio conhecer a comunidade aí o pessoal do estado do Fica Vivo me ligou falando que ele vinha conhecer o aglomerado mas que ele ia passar antes pra uma reunião, aí ele foi que é uma pessoa que tá lá dentro que eu tive a oportunidade de estudar com ele e que tenho uma admiração muito

grande pela pessoa dele, pela dedicação, ele também gosta muito de falar, “Senhor P” foi o meu professor e continua, eu sou advogado hoje mais continuou sendo meu professor porque uma pessoa que procura fazer o bem, trabalhar e é dia e noite, então eu respondo essas pesquisa pra quem ta estudando com muito prazer ta bom.

Entrevistadora: ah que ótimo... eu vou, acho que a gente podia encerrar aqui.